

Introdução

O presente trabalho, enquadrado numa perspectiva psicossocial, pretende ser um contributo para uma melhor compreensão da exclusão social, em geral, e dos *arrumadores de carros*, em particular. Concretamente, consiste em avaliar o Abandono Aprendido e a Auto-Estima em *arrumadores de carros* na cidade do Porto.

O fenómeno dos *arrumadores de carros* é um fenómeno relativamente recente de exclusão social nas sociedades contemporâneas.

Em termos simplificados, Castel (1990), define exclusão social como “a fase extrema do processo de marginalização”, entendido este como “um percurso descendente, ao longo do qual se verificam sucessivas rupturas na relação do indivíduo com a sociedade (p.30). Um ponto relevante desse percurso corresponde à ruptura em relação ao mercado de trabalho, a qual se traduz em desemprego, sobretudo desemprego prolongado, ou mesmo num deslizamento irreversível face a esse mercado.

A fase extrema da marginalização - a da exclusão social - é caracterizada não só pela ruptura com o mercado de trabalho, mas por rupturas familiares, afectivas e de amizade (ibidem). Assim, pode haver pobreza sem haver exclusão social. No entanto, a própria noção de exclusão encerra em si o conceito de pobreza. Esta ideia está patente na definição política de “pobreza” estabelecida em 1974, pelo Conselho de Ministros da CEE, segundo a qual são pobres “os indivíduos ou famílias cujos recursos são tão escassos que os excluem do modo de vida mínimo aceitável no Estado membro em que vivemos”(Commission of the European Communities, 1981).

Salienta-se, todavia, que o conceito de exclusão social abarca mais do que a noção de pobreza, incluindo outras situações que, embora não sendo de pobreza, são caracterizadas por rupturas ao nível das relações sociais. Assim, a noção de “exclusão” suscita logo a pergunta “excluído de quê?”, remetendo-nos para a existência de um contexto de referência, do qual se

é, ou se está, excluído. Por conseguinte, a qualificação de “social” permite interpretá-la em relação à sociedade (Costa, 1999).

Neste sentido, a exclusão social é um conceito mais abrangente do que a noção de pobreza, pois traduz-se pela ausência de vários tipos de poder: económico, de decisão, de influência e de participação na vida da sociedade. Mas muito mais do que isso, exclusão social tem um forte carácter relacional, considerando que as relações sociais são uma componente fundamental do bem-estar psicossocial das populações e que a quebra destas relações conduz a uma não participação efectiva na sociedade.

Assim, a exclusão social é uma situação de perda dos vínculos sociais e de não participação mais genérica na sociedade, traduzindo-se na falta de “lugar” face às oportunidades oferecidas pela sociedade.

Na verdade, nas sociedades modernas o indivíduo é incentivado a melhorar a sua posição social de origem, através da possibilidade de mobilidade social ascendente. No entanto, esta ascensão não depende apenas do indivíduo, pois há um conjunto de mecanismos que facilitam ou prejudicam a ascensão social de cada grupo. Ou seja, são necessários um conjunto de recursos culturais, relacionais e simbólicos, que nem todos têm a possibilidade de garantir, muito para além dos recursos económicos.

A problemática da pobreza em Portugal remete para condições de existência que se traduzem em situações de carência e de exclusão, marcadas por especificidades de carácter nacional, social e cultural. Assim, a “definição de pobreza não se pode restringir à falta de dinheiro, mas sim como resultado das desigualdades na apropriação de recursos socialmente eficientes indispensáveis para participar no «jogo social»” (Almeida et al., 1992, p. 90).

Os recursos económicos englobam não apenas o dinheiro, mas também o emprego, ou o modo de integração no mundo do trabalho. Por conseguinte, os indivíduos com ausência, ou um nível de escolarização e qualificação muito baixos, estão mais sujeitos às irregularidades

do mercado de trabalho e, conseqüentemente, à pobreza que se poderá prolongar por várias gerações.

De facto, um nível de escolaridade muito baixo, resultado de um abandono precoce da escola, com entrada muito cedo na vida activa, faz com que os indivíduos iniciem a sua vida profissional com trabalhos pouco qualificados e mal remunerados, diminuindo as suas possibilidades de ascensão social e de afirmação no espaço social.

Actualmente, mesmo que se tenha um emprego, o tipo de vínculos contratuais muitas vezes impedem os trabalhadores de fazerem projectos para o futuro, pois os seus postos de trabalho não estão seguros. Esta instabilidade deve-se, em grande parte, à crescente precarização do emprego, aliada a factores como o contrato a termo certo, o “falso” trabalho independente, o trabalho à peça ou o trabalho em *part-time*. A importância que é dada neste momento à questão do emprego, como factor de exclusão ou, no sentido inverso, de inclusão, deve-se à importância que os recursos económicos assumem para que um indivíduo se sinta integrado na sociedade e nela participe e, claro está, que o facto de se ter um emprego valorizado, ou não, influencia, e muito, essa integração. Quando os empregos são precários, ou na ausência deles, as condições dessas pessoas poderem acederem a outros tipos de recursos culturais, simbólicos ou relacionais é muito dificultada, mantendo-os à margem de tudo o que é valorizado socialmente.

A este propósito, Brébant (1984a) refere que a irregularidade do emprego tem influência nos modos de vida, salientando a existência de factores objectivos que se impõem aos indivíduos independentemente da sua consciência:

a consciência de tempo altera-se, sendo este determinado pela necessidade de responder às necessidades de sobrevivência. (...) a vida passa a ser uma corrida anárquica pela sobrevivência, em que é o tempo que organiza o indivíduo e não o contrário. Para além disso, quando as pessoas se encontram desempregadas há muito tempo, os ritmos de trabalho quotidiano vão-se perdendo, assim como as

capacidades de cumprir horários, o que por sua vez cria uma maior dificuldade em se projectar no tempo e de cumprir esses projectos. (ibidem, p.15).

Os recursos culturais consistem nos saberes científicos, escolares e universitários, e num conjunto de disposições ou *habitus*, cuja aprendizagem é feita na vida social corrente. Cada vez mais os diplomas escolares e universitários ganham importância para a obtenção de um emprego. No entanto, por outro lado, verifica-se uma crescente desvalorização desses mesmos recursos, pois não há postos de trabalho suficientes para colmatar a procura, verificando-se uma elevada taxa de indivíduos com formação superior que se encontram no desemprego, ou sujeitos a empregos precários.

Relativamente às disposições ou *habitus*, estes consistem em esquemas interiorizados de padrões de comportamentos na vida social. Em muitas situações, actuamos de acordo com a percepção de como se deve actuar nessa situação, indo ao encontro do que é esperado socialmente. Mas, se pelo contrário, não possuímos este *background* cultural, será constituído um entrave à integração, pois desconhecemos como nos devemos comportar em determinadas situações.

Já no que diz respeito aos recursos relacionais, estes assumem particular importância, para a participação dos indivíduos no “jogo social”, uma vez que representam as bases de relacionamento entre as pessoas. Podemos considerar os diversos grupos sociais a que o indivíduo pertence, como a família, o grupo de amigos e as associações, entre outros, e em todos eles os indivíduos tentam tirar benefícios dessas relações.

Por fim, são de referir os recursos simbólicos, como, por exemplo, o local onde se habita, a cor da pele ou a forma de vestir, como factores potenciadores de inclusão ou exclusão, pois, dependendo do que estes factores representam, podem dificultar a valorização destes indivíduos. Exemplificando, o facto de se viver num bairro social degradado, ou conotado negativamente, produz, ou pode produzir, um conjunto de reacções negativas que entram a obtenção de outro tipo de recursos, como, por exemplo, os relacionais.

Neste cenário, muitas vezes as pessoas recorrem à formação de economias marginais para sair da pobreza. No entanto, por vezes sucede precisamente o inverso do pretendido, transformando-se num factor de exclusão e de reprodução da pobreza.

Bréban (1984a) enuncia um conjunto de características deste mercado paralelo de trabalho, nomeadamente “o predomínio do envolvimento familiar sobre o envolvimento individual, a ausência de laços regulamentares e o facto de ser um mercado pouco previsível” (p.15).

Por exemplo, os “*biscates*”, a venda ambulante, ou os “*arrumadores de carros*”, fornecem recursos muito precários, pois também não têm qualquer tipo de vínculo contratual, sendo, por isso, muito instáveis e inevitavelmente associados a segmentos pobres da população.

Neste quadro, as economias informais funcionam como um ciclo vicioso da sobrevivência, mas sempre num nível muito precário, pois não têm meios para se projectarem no futuro, indo, por isso, contra o que é valorizado socialmente. No entanto, são, por vezes, estas economias marginais que permitem adquirir os recursos materiais, culturais, simbólicos e relacionais, necessários à sua participação e integração na sociedade.

Salienta-se, todavia, que, sendo o

rendimento um critério importante para explorar e apreciar as desigualdades sociais, a quantificação dos recursos dos agregados familiares mais desmunidos revela-se pouco elucidativa. Assim, uma abordagem visando apreender as características qualitativas dos rendimentos e dos modos de consumo é mais eficaz para identificar factores de reprodução da pobreza (Bréban, 1984b, p.20).

Ainda na perspectiva da autora (ibidem),

os modos de consumo obedecem a uma racionalidade forjada por uma subcultura da exclusão, em que a pobreza vivida por uma minoria gera um sentimento de alteridade, pois não podem corresponder à norma através da aquisição de certos

bens, ao mesmo tempo que inviabiliza o sentimento de pertença à colectividade. Deste modo, não se pode analisar a pobreza em termos de insatisfação das necessidades fundamentais, mas sim das necessidades sociais que remetem para o desejo de integração num dado ambiente sociocultural (p.20).

Na verdade, a aquisição de bens de consumo faz com que as pessoas que habitualmente têm poucos recursos se sintam socialmente integrados, constituindo numa resposta a um estado de privação e a uma relação de exclusão. Por um lado, tentam obter objectos que simbolizam a pertença social e, por outro, tentam diferenciar-se da comunidade pobre.

Neste cenário, os indivíduos podem adoptar duas posições face à sua vida: o hedonismo, através da satisfação imediata dos seus desejos, pois consideram que a sua posição social só poderia mudar à custa de sacrifícios intensos, ou o fatalismo, desistindo de procura de possibilidades de mudança. A adopção de uma destas posições resulta da confluência de vários factores sociais, bem como de factores psicológicos.

De facto, a personalidade dos indivíduos associada às suas experiências quotidianas vai determinar, em grande parte, o modo de estar e de actuar na vida. Na verdade “o Homem é aquele ser individual que adquiriu o elevado estatuto de pessoa” (Mota Cardoso, 2000, p.61), o que traduz o indivíduo num ser singular que vai mais além do biológico, acrescentando algo de próprio e novo, sendo o único capaz de reflectir sobre si mesmo, manifestando que existe e sabe que existe. Aparece, assim, o conceito de personalidade enquanto “totalidade dinâmica do indivíduo, enriquecido com o acrescento privativo e irrepitível fora do sujeito (...) esta totalidade, juntamente com a pessoa que ela subentende, projecta-se no tempo e amarra-se aos espaços significativos da vida, nomeadamente ao espaço donde partiu” (ibidem, p.61).

De um ponto de vista etimológico, a palavra personalidade, do latim *persona*, remete-nos para dois significados distintos: o primeiro salienta uma dimensão apreendida, denotando que deriva do meio ambiente tendo sido construída ao longo dos tempos (carácter); a segunda

foca o individual, o modo de cada um ser, a sua essência (temperamento). Deste modo, a personalidade apresenta-se como um construto de dimensão biopsicossocial.

A partir do século XX a personalidade começa a ser encarada como um objecto científico, capaz de ser medida e testada através de diversos métodos científicos. Assim, surgem diversos tipos de definições de personalidades que foram enquadradas em diversas teorias. No quadro da exclusão social, salienta-se a teoria de Cândido da Agra, que partiu da teoria dos sistemas e da fenomenologia, entendendo “o homem concreto como resultante da interacção e interrelacionamento de diversos sistemas, entre os quais se destacam a pessoa, a família e o ambiente” (Mota Cardoso, 2002, p.63). Considera que o sujeito psicológico é constituído por três sistemas: o sistema da personalidade, que será a forma ou estrutura constituindo o dispositivo central do sistema psíquico; o sistema-etoético, correspondendo à acção ou à dinâmica; e, por fim, os sistemas de significação, integrando os dois sistemas anteriores de forma organizada e hierarquicamente estratificada (Queirós, 1997).

Em relação à personalidade, Agra (1998) afirma que esta é considerada como um sistema complexo e auto-organizador constituído por sete sub-sistemas/estratos, ordenados segundo uma estrutura hierárquica no interior da qual alguns sub-sistemas se desenvolvem a partir uns dos outros por encadeamento e estratificação do nível mais baixo ao mais alto, adquirindo uma autonomia progressiva em detrimento da dependência progressiva. Os estratos são o neuropsicológico, o psicossensorial, o expressivo, o afectivo, o cognitivo, o experiencial e o político, interagindo entre si através de variadas e complexas ligações que possibilitam a adaptação à personalidade.

Assim, o estrato político, visto não depender dos outros tem como função regê-los estabelecendo ligações que permitam o funcionamento e o desenvolvimento do sistema. Na medida em que rege a natureza interna da personalidade, encaminha a articulação da personalidade com o meio externo através do interestato psicossocial, adquirindo, deste modo, uma grande importância na relação da personalidade com o meio.

Na verdade, o desenvolvimento e a evolução da personalidade de cada indivíduo é traçada pela sua história pessoal e biográfica, a par do meio em que se encontra inserido, já que a dimensão social nunca deixa de estar presente. Ora, no caso particular da exclusão social este processo envolve um confronto constante de relações sociais, suportando níveis de poder desiguais entre os agentes de socialização e eles mesmos. Consequentemente, podem surgir comportamentos de conformidade, ou de desvio face à organização social.

Na verdade, é com frequência que a exclusão social se encontra associada a comportamentos desviantes. Neste quadro, a sociedade tem procurado criar mecanismos de combate à exclusão social, em geral, e aos *arrumadores de carros* em particular, com vista, por um lado, à eliminação/redução de comportamentos desviantes e, por outro lado, à reinserção social.

No entanto, apesar dos diversos programas que têm sido implementados com este fim, os resultados observados ficam ainda muito aquém do esperado. De facto, a taxa de reincidência a nível dos comportamentos de adicção, por exemplo, permanece ainda muito elevada. Ora, tais resultados alerta-nos para o facto de se tornar necessário conduzir estudos que permitam contribuir para uma maior compreensão dos factores psicológicos (a nível cognitivo, afectivo e comportamental) e sociais que poderão contribuir para o insucesso, pelo menos parcial, de tais programas de inclusão social.

É neste quadro que surge o presente estudo. Especificamente, pretende-se avaliar a existência do síndrome de abandono aprendido, bem como o nível de auto-estima em *arrumadores de carros* na cidade do Porto. Assim, foi realizado um estudo diferencial em três grupos de arrumadores de carros: os arrumadores que se encontram a frequentar o Programa Porto Feliz Livre de Drogas, os arrumadores que se encontram a frequentar o Programa Porto Feliz Redução de Riscos e Minimização de Danos, e os arrumadores que não se encontram a frequentar nenhum programa.

Concretamente, este trabalho encontra-se estruturado em três capítulos principais. No primeiro capítulo, dedicado à exclusão social, apresentam-se diversas teorias explicativas deste fenómeno, bem como alguns dos principais aspectos que caracterizam os indivíduos que se encontram excluídos. Posteriormente, caracterizam-se os *arrumadores de carros*, enquanto fenómeno extremo de exclusão social. Por fim, apresenta-se uma breve caracterização do Projecto Porto Feliz, tanto na sua vertente de Livre de Drogas como Redução de Riscos e Minimização de Danos, na medida em que parte da amostra do presente estudo se encontrava a frequentar o referido Projecto.

O segundo capítulo refere-se ao Abandono Aprendido e à Auto-Estima. Neste capítulo, além de serem explicadas teoricamente estes dois construtos, fez-se também a ponte para a questão da exclusão social, assim como se operacionalizou uma retrospectiva de alguns estudos nesta área.

Por fim, no terceiro capítulo, apresenta-se o estudo exploratório realizado que, como referimos, pretendeu avaliar o abandono aprendido e a auto-estima em *arrumadores de carros* na cidade do Porto. Assim, começa-se por se apresentar os objectivos de trabalho e as hipóteses formuladas. De seguida, apresentam-se aspectos específicos do método, nomeadamente a caracterização dos participantes, dos instrumentos utilizados e do procedimento adoptado. Por fim, descrevem-se e discutem-se as análises às qualidades psicométricas dos dois instrumentos, bem como os principais resultados observados nos estudos diferenciais e correlacional realizado.



EXCLUSÃO SOCIAL

1.1 - Introdução

O crescimento das cidades, em geral, e da cidade/metrópole do Porto, em particular, tem-se desenrolado nas últimas décadas como um processo histórico marcado pelo aparecimento e pela consolidação de fortes assimetrias e desequilíbrios internos, com consequências profundas nas suas próprias estruturas, quer a nível físico, quer a nível social.

De facto, actualmente assistimos ao desequilíbrio das grandes cidades devido a factores de vária ordem, como é o caso da sua composição demográfica (envelhecimento), das suas características sociais (polarizações sociais) e económicas (e.g., excessiva terciarização, desertificação). Estes factores têm contribuído, de alguma forma, para uma alteração de valores já que o que outrora eram valores de coesão social, como a solidariedade e a interajuda, foram progressivamente substituídos por valores cada vez mais individualistas, de procura/obtenção de sucesso pessoal, fazendo com que, cada vez mais, a cidade seja um espaço impessoal e anónimo, contribuindo, deste modo, para um aumento significativo do sentimento de insegurança nas suas populações.

Neste quadro, não é de estranhar que a cidade/meio urbano se constitua na síntese de todos os desequilíbrios, caracterizando-se por ser um espaço de polarizações e, consequentemente, de clivagens sociais e territoriais. Ora, estas características contribuem fortemente para o aparecimento de condições objectivas que favorecem a proliferação de numerosas actividades marginais, subterrâneas e atípicas, particularmente, nas categorias

urbanas mais desfavorecidas, cujas condições de integração sócio-laboral se tornam cada vez mais difíceis.

Na verdade, a escassez de oportunidades, por um lado, e as pressões impostas pelas diversas privações a que estão sujeitos, por outro lado, impulsionam os indivíduos a inventar novas actividades e a criar novas estratégias marginais de sobrevivência, como é o caso dos *arrumadores de carros*. Estamos, assim, perante um fenómeno social reactivo que emerge no quadro de uma sociedade em mudança e que ainda não foi capaz de encontrar os mecanismos adequados para prevenir e remediar as consequências e os impactos sociais negativos dos processos económicos, demográficos, sociais e culturais que a caracterizam.

Neste quadro, o presente capítulo é dedicado ao fenómeno da exclusão social e respectivo impacto psicossocial. Assim, começaremos primeiro por definir e operacionalizar a exclusão social e respectivas teorias explicativas do seu aparecimento. De seguida, e considerando a temática do presente estudo, caracterizamos um grupo específico, os *arrumadores de carros*, enquanto fenómeno extremo de exclusão social.

Por último, apresentamos o “Programa Porto Feliz”, nas suas duas vertentes: - Livre de Drogas e Redução de Riscos e Minimização de Danos, - um projecto que está a ser implementado na cidade do Porto e que visa, entre outros aspectos, a inclusão social de *arrumadores de carros*. A caracterização deste projecto específico assume particular relevância na medida em que parte da amostra do estudo empírico realizado se encontra a frequentar este programa.

1.2 - Exclusão Social

O fenómeno da exclusão social é um dos problemas sociais mais graves que o mundo ocidental actualmente enfrenta. Ora, dada a complexidade que lhe está subjacente e o carácter multifacetado que a caracteriza, a exclusão social apresenta-se como algo difícil para os investigadores sociais, dando azo a conflitos e a análises sociais controversas (Bruto da Costa,

1998; Xiberras, 1993). De facto, uma das primeiras tentativas de definir a exclusão social focalizava-se na clara associação entre esta e a situação de pobreza. No entanto, vários problemas foram levantados que se prendem, desde logo, com a univocidade do conceito de pobreza. Autores como Paugam (1993) e Bouget (1995) acreditam que este conceito nem sequer deve ser considerado como uma caracterização sociológica, já que a categoria “pobre” só existe a partir do momento em que é denominada e reconhecida como tal. Segundo estes autores, a categoria foi criada apenas com o objectivo arbitrário de classificação estatística ou normativa, resultando na identificação de um conjunto muito diversificado de indivíduos e de situações sociais, que acabam por ser agregados sob uma denominação comum, logo, não diferenciada.

Ora, esta ausência de diferenciação alerta para a necessidade de se conceptualizar a noção de pobreza como um estatuto social que deve ser analisada em relação à perda de estatutos que alguns indivíduos que vivem em situação de precariedade material são alvo (Ferreira, 1996; Simmel, 1971). Ou seja, a noção de pobreza não pode ser restringida nem reduzida apenas à precarização das condições de vida dos indivíduos (ibidem). Neste quadro, novos conceitos foram introduzidos para clarificar esta situação, nomeadamente o conceito de pobreza absoluta e o conceito de pobreza relativa.

O conceito de pobreza absoluta, introduzido por Rowntree no início dos anos 80 do séc. XX, apoia-se na noção de “padrão absoluto de pobreza”, medido através da despesa mínima necessária à manutenção da saúde meramente física, como, por exemplo, a alimentação e o vestuário.

Já o conceito de pobreza relativa, concebido por Townsend e outros investigadores sociais, é mais abrangente associando a noção de pobreza não apenas às questões relacionadas com privações materiais, mas a todo um conjunto de indicadores de privação. Ou seja, no estado de pobreza relativa “os seus recursos [dos pobres] ficam tão seriamente abaixo dos

controlados pelo indivíduo ou família médios, que eles são de facto excluídos dos padrões de vida, costumes e actividades correntes” (Towsend, 1979, p.45).

Consequentemente, as situações de pobreza relativa levam à criação de “culturas de pobreza” que correspondem a maneiras de estar, de sentir e de ser daqueles que, por terem recursos escassos, não conseguem atingir padrões de vida semelhantes aos ditos “normais” na sociedade a que pertencem. É nestas culturas de pobreza que se encontram os mais excluídos, como é o caso dos *arrumadores de carros*.

Ora, com o aparecimento da distinção entre pobreza absoluta e pobreza relativa, a noção de exclusão social deixou de ser encarada como a fase final de um processo de marginalização e de destituição social, para passar a ser perspectivada de forma mais generalista e abrangente: isto é, a noção de pobreza absoluta associou-se à noção de pobreza relativa.

Por conseguinte, a noção de exclusão social passou a ser conceptualizada de forma mais abrangente do que a simples noção de se ser pobre, traduzindo-se na ausência de vários tipos de poder, nomeadamente, poder económico, poder de decisão, poder de influência e poder de participação na vida em sociedade. Mas para além disso, a exclusão social passou a reflectir um forte carácter relacional, considerando-se que as relações sociais constituem uma componente fundamental para o bem-estar das populações e que a quebra destas relações se traduz numa não participação activa na sociedade.

De facto, como nos diz Paugan (1996), a noção de exclusão social tem de passar inevitavelmente pelos aspectos relacionais de pobreza, já que se observa um conjunto de perdas, como a perda de identidade, a perda de auto-estima, a perda de auto-confiança, a perda de perspectivas de futuro e a perda de capacidade de iniciativa e de motivações, perdas estas que culminam na falta de sentido e de pertença à sociedade.

Assim, a exclusão social passa a ser entendida como uma situação de perda dos vínculos sociais e de não participação mais genérica na sociedade, traduzindo-se na falta de

“lugar” face às oportunidades oferecidas pela mesma. Deste modo, o indivíduo encontra-se excluído da sociedade, logo, numa situação em que mesmo o direito mais básico - a cidadania - se encontra vedado.

Saliente-se, todavia, que nem sempre a exclusão social diz apenas respeito aos indivíduos e seus agregados, podendo abarcar todo um território. Estamos, assim, perante os denominados “territórios de exclusão”, que se caracterizam por ser territórios de convívio marginal em que “ecologias oblíquas escapam aos planos lisos da urbe” (Fernandes, 1998, p.85).

Nesta perspectiva, é possível antever a não existência de uma população específica à partida que se possa designar como excluída: na verdade, o processo de construção da exclusão social é algo complexo, muitas vezes determinado pela confluência de vários factores, como é o caso dos percursos de “*desafiliação*”, enunciados por Castel, dos percursos de “*desinserção*”, na perspectiva de Gaulejac e Léonetti, e dos percursos de “*desqualificação*”, segundo Paugan.

No primeiro caso, a *desafiliação* é entendida como o culminar de um processo dinâmico de diferentes zonas de vulnerabilidade onde se produzem os vários processos de construção da exclusão social. Já a *desinserção* nos remete para uma passagem de uma identidade positiva a uma identidade negativa, passagem esta que se processa em quatro etapas: a ruptura, o encadeamento de rupturas, o início da errância e, por fim, a entrada num grupo organizado de excluídos. De um ponto de vista psicológico, a *desinserção* processa-se ao longo de três fases: a fase da resistência, a fase da adaptação e a fase da instalação. Por sua vez, a *desqualificação* caracteriza-se por níveis de destituição mais graves, em que a reintegração social se torna cada vez mais difícil e morosa.

Em síntese, a exclusão social apresenta-se, na prática, como um fenómeno de tal modo complexo e heterogéneo, que se pode mesmo falar em exclusões sociais. Este critério é importante, porque não só se relaciona com as causas, como nos dá indicações sobre o tipo de

soluções mais adequadas. Neste quadro, a exclusão social poderá assumir diferentes formas consoante a causa que lhe está na base. Assim, a exclusão social poderá ser predominantemente determinada por factores económicos, sociais, culturais ou poderá ser o resultado de comportamentos auto-destrutivos.

No primeiro caso – exclusão social de tipo económico – estamos perante a situação de “pobreza”, entendida como uma situação de privação múltipla, por falta de recursos. Esta forma de exclusão é frequentemente caracterizada por más condições de vida, baixos níveis de escolarização e de qualificação profissional, emprego precário, actividade informal no domínio da economia, entre outras. Quando se trata de pobreza de longa duração, poderá reflectir-se em características psicológicas, culturais e comportamentais específicas. Na situação mais extrema, esta forma de exclusão social pode conduzir à situação de “sem-abrigo”.

Quando os factores são de tipo social, a própria causa de exclusão situa-se no domínio dos laços sociais, quer primários quer secundários. Trata-se de uma situação de privação de tipo relacional, caracterizada pelo isolamento que, por vezes, se encontra associado à falta de auto-suficiência e de autonomia pessoal.

A exclusão social pode também dever-se a factores de ordem cultural, como, por exemplo, o racismo, a xenofobia, ou certas formas extremas e radicais de nacionalismo. Por fim, temos os comportamentos auto-destrutivos, relacionados com fenómenos como a toxicoddependência, o alcoolismo e a prostituição, entre outros. É de salientar que alguns destes comportamentos também aparecem associados à situação de “sem-abrigo”, dos arrumadores *de carros* e tanto podem ser causas como consequências dessa situação.

1.3 - Teorias da Exclusão Social

Várias teorias têm sido descritas na literatura no sentido de explicar o fenómeno da exclusão social. Algumas destas teorias enquadram-se numa perspectiva sociológica, considerando, deste modo, que a exclusão social é o resultado da confluência de factores sociais de vária ordem. À luz destas teorias, a qualidade de se ser, ou não, excluído depende de condições sociais específicas, externas ao indivíduo. Tratam-se, assim, de teorias que põem a tónica em aspectos sociais que condicionam, limitam e influenciam o indivíduo, ou através da ruptura de laços sociais ou devido a uma forma desvantajosa de inserção na sociedade capitalista, ou ainda à impossibilidade de acesso a bens materiais e simbólicos.

Já outras teorias se filiam numa perspectiva psicossocial, enfatizando os factores internos ao próprio indivíduo (cognitivos, afectivos e comportamentais) como determinantes e influenciadores do tipo de resposta que é dada às condições sociais em que este se encontra. Tratam-se de teorias que assentam numa orientação culturalista, mais voltada para os traços psicossociais dos indivíduos. Arriscamo-nos a identificá-las, em muitos dos seus elementos, com a noção norte-americana de *underclass*. Esta definição difundiu-se através de Gunnar Myrdal (1963), que a usava para caracterizar uma camada populacional miserável e economicamente supérflua. Na década de 70 do século passado, *underclass* tornou-se sinónimo de pobreza persistente (Jenks, 1992) associando-se à ideia de uma cultura de pobreza, marcada pela indolência, imprevidência e imoralidade (segundo os padrões de valores da burguesia norte-americana), compreendendo manifestações usuais de alcoolismo, toxicomania, maternidade dissociada do casamento, desemprego e dependência de políticas sociais. Esta ideia deu suporte à divisão dos pobres em dois subgrupos: de um lado, aqueles que mereceriam ajuda e, do outro lado, os indivíduos e famílias cuja pobreza era atribuída ao seu próprio comportamento (ibidem).

Em termos gerais, as diferentes perspectivas teóricas descritas na literatura põem a tónica em determinados aspectos sociais ou psicossociais como determinantes da exclusão social. A nosso ver, a adopção de diferentes perspectivas sobre a exclusão social permitirá dispor de um quadro compreensivo mais abrangente, logo, menos redutor, sobre um fenómeno que se apresenta tão complexo, heterogéneo e multifacetado.

Na verdade, o perspectivizar as diferentes teorias como complementares e a adopção de uma abordagem eclética poderá constituir-se numa mais valia para a implementação de programas de prevenção e de intervenção em situações de exclusão social, sem que para isso se negligencie, naturalmente, as especificidades que os casos individuais encerram.

Apresenta-se, de seguida, uma síntese dos principais pressupostos preconizados pelas teorias da ruptura dos laços sociais, da exclusão social como inserção precária, da exclusão social como não-cidadania e da aprendizagem social.

1.3.1 - Teoria da Ruptura dos Laços Sociais

À luz desta teoria, a exclusão social é vista como um processo de rupturas sucessivas de laços sociais (Castel, 1998; Escorel, 1999; Nascimento, 1994), correspondendo ao estado ao qual se chega como resultado final dessas rupturas. Nesta perspectiva, a exclusão social define-se por ser simultaneamente um processo e um estado: como nos diz Escorel (1999),

um processo porque fala de um movimento que exclui, de trajectórias ao longo de um eixo inserção/exclusão, e que é potencialmente excludente (vectores de exclusão ou vulnerabilidade). Mas é, ao mesmo tempo, um estado, a condição de exclusão, o resultado objectivo de um movimento. (p.67)

Neste sentido, observa-se uma trajectória sucessiva de rupturas parciais, que caracterizam situações de precariedade e de vulnerabilidade, e que podem culminar numa ruptura total. Os laços que se rompem são principalmente os que vinculam o indivíduo ao trabalho e às relações comunitárias e familiares.

Para Nascimento (1994), a exclusão social seria um efeito secundário da ruptura da solidariedade orgânica, na medida em que cada vez mais os indivíduos deixam de ser elos necessários de uma interdependência social conferida pela divisão do trabalho.

Assim, aos grupos excluídos molda-se um conjunto de características interligadas, na medida em que se tornam cada vez mais desnecessários do ponto de vista do funcionamento da economia capitalista (Wanderley, 1997), objecto de desprezo e “não-forças políticas” (Castel, 1998). Consequentemente, tornam-se numa potencial fonte de ameaças de violência contra os incluídos e, por conseguinte, objectos de uma discriminação cada vez mais acentuada (Buarque, 1993) A este processo de segregação em função da posição económica e social, Buarque (ibidem) deu o nome de “apartação”, considerando que a exclusão seria a consequência da apartação com vista a expressar a condição daqueles que sofrem.

Neste quadro, e na perspectiva de Buarque, os indivíduos excluídos passam a ser vistos pelos demais como não-semelhantes, não lhes sendo reconhecida qualquer fracção de humanidade que permita aos incluídos (ou a grande parte deles) se reconhecerem nos excluídos. Em função desta condição, tornam-se vítimas de ameaças de eliminação física, como, de facto, ocorre em acontecimentos quotidianos (Forrester, 1997).

Ora, esta situação caracteriza um estado de anomia, já que nesta situação estariam ameaçadas as instituições democráticas (Buarque, 1993, Forrester, 1997, Nascimento, 1994) e a sociedade poderia tornar-se ingovernável (Castel, 1998).

Quando reflectem sobre as razões que levaram a esta situação, ou à ameaça premente de tal situação, vários autores encontram uma crise da actual organização da sociedade, que vai desde uma alteração de valores (Zaluar, 1997) até uma mudança dos próprios fundamentos dessa organização (Castel, 1998; Paugam, 1996; Rosanvallon, 1996; Schnapper, 1996). Zaluar (1997) considera mesmo que a situação actual de anomia difusa, na qual deve ser entendida a exclusão social, foi provocada pelas mudanças nas relações entre os sexos e

nas formas de organização familiar e comunitária, bem como nos valores que antes tinham no trabalho (a sua principal referência) e que agora são, sobretudo, valores de consumo.

Martins (1997), ao criticar a exclusão social como conceito mas admitindo-a como fenómeno equivalente à pobreza, também enfatiza o deslocamento do eixo de funcionamento da sociedade da produção para o mercado, isto é, para a circulação de mercadoria e de serviços. Castel (1998) vai mais além, vendo na exclusão social um dos efeitos do enfraquecimento da condição salarial, em que a centralidade do trabalho passa a ser inevitavelmente colocada em questão.

1.3.2 - Teoria da Exclusão como Inserção Precária

Ao contrário da perspectiva anterior, a Teoria da Exclusão como Inserção Precária não se focaliza na exclusão social como sintoma ou elemento de crise de uma dada sociedade, mas antes como decorrência do funcionamento dessa organização social. Assim, ao invés de considerar a exclusão social como resultado de anomia social, esta teoria considera este fenómeno como parte do funcionamento da sociedade. Consequentemente, o excluído social deixa de ser considerado como não forças sociais para passar a ser percebido como forças potenciais.

Entre os autores que partilham esta perspectiva, Sawaia (2001) defende que a exclusão é parte de um processo de contradição, uma vez que nega a inclusão, ao mesmo tempo que faz parte dela. Nas palavras do autor,

a exclusão é um processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjectivas. É processo subtil e dialéctico, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é um processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Não tem uma única forma e nem é uma falha do

sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, ela é produto do funcionamento do sistema (Sawaia, 2001, p.9)

Nesta perspectiva, a tónica deixa de ser colocada na existência de ruptura de laços sociais, para passar a enfatizar determinados tipos de ligações que representam parte do funcionamento da sociedade

Como refere Santos (2001), a exclusão social é o resultado das contradições da acumulação capitalista, correspondendo basicamente à exclusão de riquezas, associada à exclusão de participação política e acrescida, sobretudo, do desemprego e da ausência de protecção social. Neste sentido, a exclusão advém da dinâmica da actual fase do capitalismo, aparecendo sintetizada no conceito de globalização.

Martins (1997) adopta igualmente esta visão de contradição ao falar da exclusão como uma “inclusão estritamente em termos daquilo que é mais conveniente e necessário à mais eficiente (e barata) reprodução do capital. E também, ao funcionamento da ordem política, em favor daqueles que dominam” (p.20). A exclusão seria, assim, uma etapa entre uma forma e outra de exclusão: “a sociedade capitalista desenraíza, exclui, para incluir de outro modo, com as suas próprias regras, segundo a sua própria lógica” (ibidem, p.32).

1.3.3 - Teoria da Exclusão Social como Não-Cidadania

A noção de cidadania remete para os direitos que asseguram ao indivíduo a garantia de um mínimo de participação na vida social e nas benesses, materiais ou não, instituídas pela sociedade. De facto, na linha da tradição liberal, a cidadania corresponde ao conteúdo da pertença igualitária a uma dada comunidade política e afere-se pelos direitos e deveres que a constituem e pelas instituições a que dá azo para se ser social e politicamente eficaz. A cidadania não é, por isso, “monolítica; é constituída por diferentes tipos de direitos e instituições; é produto de histórias sociais diferenciadas padronizadas por grupos sociais diferentes” (Marshall, 1967, p.76).

Deste modo, a cidadania remete-nos para três direitos-chave: o civil, o político e o social. Ora, os direitos cívicos são os primeiros direitos no desenvolvimento da cidadania; são os mais universais em termos da base social, atingindo e apoiando-se nas instituições de direito moderno e do sistema judicial que o aplica. Já os direitos políticos são mais tardios e de universalização mais difícil, traduzindo-se institucionalmente nos parlamentos, nos sistemas eleitorais e nos sistemas políticos, em geral. Por último, os direitos sociais, desenvolvidos apenas no séc. XX, particularmente após a II Guerra Mundial, têm como referência social as classes trabalhadoras e são aplicados através de múltiplas instituições que, no seu conjunto, constituem o Estado-Providência (Santos, 1994).

Para além destes direitos, o exercício pleno da cidadania implica e traduz-se no acesso a um conjunto de sistemas sociais básicos (Xiberas, 1993) mais ou menos amplo, consoante o conceito de cidadania que esteja subjacente. Assim, pode-se agrupar os sistemas sociais básicos em cinco domínios fundamentais: o social, o económico, o institucional, o territorial e o das referências simbólicas (Costa, 1999).

Neste quadro, a noção de cidadania apresenta-se oposta à noção de exclusão social já que, como nos diz Nascimento (1994), ao excluído lhe é negado o direito aos direitos. Consequentemente, os indivíduos excluídos passam a ser tratados como não-semelhantes, sendo-lhes retirado, total ou parcialmente, a qualidade ou direito de cidadão.

Assim, e de acordo com a Teoria da Exclusão Social como Não-Cidadania, as novas formas de exclusão são o resultado do modo como se processa a distribuição de acessos a bens materiais e culturais, a oportunidades de trabalho e de participação política (Sposati, 2003).

1.3.4 - Teoria da Aprendizagem Social

A teoria da Aprendizagem Social considera que as várias aprendizagens que o ser humano faz ao longo do seu ciclo vital são o resultado das observações que vai fazendo e dos

exemplos que vai assistindo e não tanto o resultado de reforços directos (Bandura, 1969). Apesar de não negar a importância deste tipo de reforços como um meio de influenciar o comportamento, esta teoria preconiza que o comportamento não pode apenas ser aprendido, modificado ou determinado por meio de reforço directo. Para Bandura (ibidem), a aprendizagem por condicionamento operante, em que se observa o comportamento de ensaio e erro até o indivíduo apresentar a resposta certa, é um meio insuficiente e potencialmente perigoso de aprender habilidades, defendendo, por conseguinte, que os comportamentos humanos, na sua maioria, são aprendidos por meio de exemplos, quer estes sejam intencionais quer sejam acidentais. Nesta perspectiva, as aprendizagens resultam das observações que fazemos das outras pessoas e da consequente modelação do nosso comportamento pelo delas.

Com base em extensivas pesquisas, Bandura (ibidem) concluiu que muitos dos nossos comportamentos, “bons” ou “maus”, “normais” ou “anormais”, são adquiridos por meio de imitação do comportamento de outras pessoas. De facto, desde a infância que vamos desenvolvendo respostas a modelos que a sociedade oferece. Tendo inicialmente os pais como modelos, o indivíduo aprende a sua língua e vai-se progressivamente socializando, adoptando os costumes e os comportamentos aceitáveis na sua cultura de pertença. Neste quadro, os indivíduos que se desviam das normas culturais adquirem, de igual modo, o seu comportamento. Só que esta modelagem tem por base o comportamento de indivíduos que se desviam.

Assim, à luz desta perspectiva, o comportamento humano é controlado por processos cognitivos internos e por estímulos externos, uma condição que Bandura (ibidem) designa por determinismo recíproco.

Deste modo, e no caso específico do processo de exclusão social, o factor central que lhe está subjacente é o da desagregação, que passa, desde logo, por uma desvinculação sócio-familiar, assistindo-se, por conseguinte, à quebra de vínculos dos indivíduos com a família, com a escola e com as demais instituições responsáveis pelo controle social.

Consequentemente, esta desvinculação dos indivíduos traduzir-se-á numa não pertença a grupos sociais e numa não participação nas dimensões sociais da vida humana, levando à condição de exclusão que, nas palavras de Escorel (1999), se caracteriza por estar “ sem lugar no mundo, totalmente desvinculado ou com vínculos tão frágeis e efémeros que não constituem uma unidade social de pertencimento” (p.18).

1.4 - Exclusão Social, Comportamentos Desviantes e Toxicodependência

Como temos vindo a referir, a desigualdade social e a segregação urbana, entre outros, podem produzir exclusão social o que, para alguns autores, pode estar na origem estrutural de comportamentos violentos/desviantes.

Para podermos perceber os comportamentos desviantes, socorremo-nos das teorias sociológicas. O objectivo destas teorias é o de tentar relacionar a delinquência com uma multiplicidade de factores sociais que se interligam entre si, visto a delinquência ser um fenómeno social. Assim, a investigação deste fenómeno complexo deve passar por uma vigilância permanente que faça a ruptura com as explicações exclusivamente naturalistas, individualistas e etnocentristas.

Na verdade, a complexidade dos comportamentos desviantes exige reunir um conjunto de elementos que auxiliem a problematização deste fenómeno biopsicosocial, partindo da abordagem sociológica assente, essencialmente, no contributo teórico da Escola de Chicago. Esta Escola formou um conjunto de autores que deram origem a diferentes teorias sobre o comportamento desviante, em que se destaca a Teoria Funcionalista, a Teoria Interaccionista e a Teoria Culturalista.

A Escola de Chicago, surgida nos anos 20, refere-se a uma corrente da ecologia urbana que estuda a delinquência como uma consequência do processo de urbanização, ou até

mesmo, do desfasamento que ocorre entre o crescimento urbano e o crescimento dos empregos industriais. Trata-se de uma escola que tem como pressuposto teórico fundamental o estudo da repartição social dos diferentes grupos sociais nas diversas áreas da cidade. Por conseguinte, a comunidade é vista como exercendo um papel activo na emergência do comportamento delincente, “autonomizando-se” como um factor de explicação, para além do indivíduo delincente e do seu meio envolvente mais imediato.

Nesta perspectiva, a “anti-sociabilidade”, o indivíduo transgressor e os lugares de “má fama” são consideradas formas existenciais e sistemas de normas em tensão com os sistemas dominantes. Tratam-se, pois, nas palavras de Nels Anderson (1983), de “mundos desviantes”, ou na perspectiva de Thrasher de “zonas intersticiais” sendo “sobretudo indivíduos e contextos que têm de ser situados na sua luz própria, que é uma luz humana” (Matza, 1969, p.10), o que apela a uma descrição precisa da “anatomia social antes que possamos exactamente saber que fenómenos são os que vemos” (Becker, 1963, p.28).

Na perspectiva de Thrasher, por exemplo, autor formado pela Escola de Chicago, o aparecimento de bandos de jovens marginais surge como o resultado da desorganização das bases de solidariedade e controlo social provocada pelo desenvolvimento incontrolado das zonas urbanas. Consequentemente, todo este processo dá origem a zonas degradadas que aglomeram aqueles que não conseguiram integrar os bairros residenciais da periferia.

Assim, a perspectiva da Escola de Chicago consiste em estabelecer uma ligação entre determinados territórios urbanos, as características das populações e a delinquência. Para tal, propõe um modelo de intervenção comunitária, apelando para a necessidade de criação de instituições que ajudem a preencher o vazio sócio-cultural que os indivíduos vivenciam, auxiliando na superação dos seus problemas. Prevenir a delinquência é, segundo estes autores, evitar situações extremas de privação de relações fundamentais.

O mérito desta abordagem reside na atribuição de um papel à variável espaço; no entanto, apresenta-se insuficiente já que negligencia outros factores que se vieram a revelar

pertinentes na análise da delinquência, como é o caso, por exemplo, do papel dos agentes de controlo social.

Durkheim (1984), autor Funcionalista e uma das referências da Sociologia da Desviância, procurou dar resposta ao problema das origens da coesão social e da manutenção do vínculo social ao definir os conceitos de solidariedade, densidade moral e anomia, ou seja, ausência de normas.

Para este autor, os comportamentos desviantes e os crimes devem ser entendidos pela maneira como a sociedade se encontra organizada. Assim, o Homem está submetido ao sistema, à sociedade, que é fonte de ordem, controle e que o transcende. Sendo este um sistema central de valores, normas e regras, funciona como um todo equilibrado, o que implica uma coesão social em que as consciências individuais se devem conformar a um tipo colectivo e comum.

O conceito de anomia implica, assim, a ideia de desorganização e quebra do vínculo social, de exclusão social e de desestruturação dos mecanismos sociais integradores. Durkheim (1984) sugere que, na medida em que a sociedade se desenvolve, esta cresce e torna-se heterogénea, abrangendo pessoas de camadas diferentes e com objectivos diferentes, logo, implicando uma mudança de experiências sociais - anomia.

Deste modo, o indivíduo torna-se desviante porque não existem regras capazes de o controlar (vazio entre a mudança das regras tradicionais e a não existência de novas regras), associadas a uma socialização precária. A anomia seria, então, um estado de ausência de normas e valores de regulação, manifestando-se em tempos de mudança social radical (da sociedade tradicional para a moderna).

Para este autor (ibidem), a delinquência é definida como a quebra de normas, geralmente acompanhada de sanções por parte do grupo delinvente, considerando que as condições para o aparecimento do comportamento desviante se encontram nas diferenças objectivas das condições de vida dos grupos sociais, isto é, na estrutura de oportunidades

existentes numa dada sociedade. Por conseguinte, a impossibilidade dos grupos sociais desfavorecidos acederem aos lugares mais prestigiados da estrutura social, daria origem à procura de soluções marginais na busca de êxito.

Já Merton (1938), também ele autor funcionalista, explica o desvio enquanto problema social, uma vez que existem diferenças entre os objectivos dos indivíduos e os meios que os permitem obter, o que vai encorajar os indivíduos a adoptar comportamentos diferentes dos esperados. Os comportamentos surgem, nesta perspectiva, do desfasamento entre os objectivos culturalmente definidos e os meios considerados como socialmente aceitáveis para os atingir. Observa-se, então, uma dissociação entre as normas e regras valorizadas e as condições sociais reais, o que provoca anomia que se reporta a um desfasamento entre metas culturais a atingir e os meios que a sociedade proporciona para o efeito.

Segundo este autor (*ibidem*), nas sociedades modernas ocidentais os meios para alcançar o reconhecimento social (aceitando e vivendo em conformidade com os valores e normas dominantes) assentam, sobretudo, na autodisciplina e no trabalho árduo. No entanto, esta situação não é análoga para todos os indivíduos, pois nem todos dispõem de recursos (e.g., formação profissional, emprego) para conseguirem alcançar, por meios legítimos, um estatuto social valorizado.

Nesta perspectiva, o comportamento desviante assume-se como um produto da estrutura social. Por conseguinte, uma sociedade bem integrada seria aquela que mantivesse o equilíbrio entre as metas sociais e culturais estabelecidas e os meios legítimos institucionalizados para as conseguir alcançar. Contudo, esta situação não se verifica, pois cada indivíduo ocupa uma posição diferente na estrutura social. Não dispondo de meios legítimos para atingir os seus fins, os indivíduos procuram outras formas de acesso, o que origina o desenvolvimento de comportamentos delinquentes.

Cloward e Ohlin (1960), enquadrados na perspectiva funcionalista, estudaram a delinquência enquanto resultado da reacção colectiva à desigualdade existente na sociedade.

Segundo os autores (ibidem), a delinquência é vista como a quebra das normas socialmente estabelecidas e caracteriza-se por assumir a forma de bando, que corresponde a um sistema diferenciado de papéis dentro do qual os indivíduos encontram legitimação para os seus actos. Desta forma, concebem a delinquência não em termos de comportamentos individuais, mas em termos de subculturas, as quais surgem como o conjunto de regras onde se estabelecem os consensos, criando a integração na rede de relações sociais constituída pelos membros do bando.

Na década de 60 do século passado, um grupo de sociólogos retoma os postulados da Escola de Chicago, estudando o conjunto das relações sociais que contribuem para o desvio, o que deu origem à teoria do interaccionismo simbólico.

Em termos gerais, a noção de interacção diz respeito à influência recíproca que os indivíduos que participam num dado contexto exercem uns sobre os outros. Assim, para esta corrente, os actores que se encontram em interacção numa dada situação social, interpretam essa situação e gerem-na em função dessas interpretações.

Trata-se, pois, de uma perspectiva que defende que os comportamentos desviantes são o resultado de um processo de designação, ou *labelling*, segundo Becker (1963). Esta definição está relacionada com o pressuposto de que não existem indivíduos ou actos delinquentes intrinsecamente delinquentes, pois a delinquência resulta de um processo durante o qual os actores sociais são socialmente definidos como delinquentes dentro de um determinado grupo.

Para Becker (1963), um dos autores de referência desta perspectiva, a desviância traduz um comportamento que se afasta das normas instituídas num grupo. Neste sentido, a norma é um preceito de conduta que corresponde a uma situação social determinada. Assim, as normas traduzem-se em regras que são delas a expressão prática, correspondendo a "situações e modos de comportamento a elas apropriados; certas acções são prescritas (o que está "bem"), outras são proibidas (o que está "mal")" (ibidem, p.25).

A transgressão destas normas legais constitui um delito, e o indivíduo que transgride é considerado um delinquente. Nas palavras de Becker (1963), “quando se supõe que um indivíduo transgrediu uma norma em vigor, pode acontecer ele ser encarado como um tipo particular de indivíduo, em quem não se pode confiar para viver segundo as normas acordadas pelo grupo. Esse indivíduo é considerado estranho ao grupo”, (p.25), isto é, um *outsider*. Este termo, segundo o autor, pode ter dois sentidos: pode referir-se ao indivíduo que transgride uma norma e que se torna assim «estranho» ao grupo, ou pode dizer respeito àqueles que são estranhos ao grupo dos desviantes.

Salienta-se que um indivíduo pode recusar as normas de um determinado grupo e considerar que os outros (aqueles que o julgam) não têm competência para o fazer, sendo mesmo estranhos ao seu universo. Tal situação leva-o a definir as suas próprias regras para se submeter a elas. É esta dimensão de exterioridade recíproca que define o *outsider*, onde se encontram os consumidores de drogas.

Na verdade, se “um acto desviante decorre necessariamente de certas características do seu autor, que tornam a realização desse acto necessária ou inevitável” (Becker, 1963, p.28), então os indivíduos consumidores de drogas são, sem excepção, denominados por toxicodependentes, vistos como dependentes de uma substância tóxica.

De um fenómeno praticamente desconhecido, o consumo de drogas ilegais adquiriu, nas últimas três décadas em Portugal, uma importância crescente, sendo considerado um problema social.

Ao longo dos tempos, os padrões de consumo foram sendo progressivamente modificados, acabando por o mercado da droga se estabelecer em locais marcados por forte estigmatização social, na medida em que “albergam populações com graves carências, aos quais se deslocam quotidianamente múltiplos consumidores em busca das suas doses diárias” (Quintas, 2000, p.30), constituindo-se em zonas “escuras”, onde o negócio vai crescendo, mas de modo proibido e perseguido. Na verdade, o consumo e a venda de drogas deixou de ser

difundido no tecido urbano, com particular incidência nos bairros sociais, para passar a estar unicamente ligado à ideia de ambientes fechados, degradados, de exclusão social, de zonas periféricas marginais.

Ora, as drogas levantam dois problemas essenciais: o do seu consumo e o do acesso ilegal dos produtos, que aparece condicionado pelos preços super-inflacionados. O preço elevado das drogas está na origem de toda uma série de comportamentos desviantes. A delapidação do património familiar, a pequena criminalidade destinada a obter meios de aquisição da droga, a inserção dos consumidores nas cadeias mais baixas de tráfico e a prática da prostituição para angariar proventos para a dose diária, são todo um conjunto de efeitos secundários das drogas que se repercutem negativamente na opinião pública, pelas reacções emocionais que provocam (Quintas, 2000).

Deste modo, a explicação do comportamento desviante, segundo Becker (1963), não deverá ser feita como uma distância relativamente a uma norma, sem nos interrogarmos sobre a maneira como esta é produzida e aplicada, já que

os grupos sociais criam a desviância instituindo normas cuja transgressão constitui a desviância, aplicando essas normas a certos indivíduos e rotulando-os de desviantes. Deste ponto de vista, a desviância não é uma qualidade do acto cometido por uma pessoa, mas antes uma consequência da aplicação, pelos outros, de normas e de sanções a um «transgressor». O desviante é aquele ao qual este rótulo foi aplicado com sucesso e o comportamento desviante é aquele ao qual a colectividade atribui esse rótulo. (ibidem, p. 32-33).

Deste modo, a desviância assume-se como uma consequência das reacções dos outros face ao acto de um indivíduo. Assim, para que um indivíduo seja rotulado de desviante é necessário percorrer diversas fases sequenciais, num processo de interacção dinâmico, a que Becker (ibidem) denominou de carreira desviante. Assim, o rótulo de “marginal” não é uma característica que corresponde ao sujeito em si próprio, mas antes uma categoria construída

num processo de interacção social. Os grupos sociais criam a desviância através da instituição de normas aplicadas a certos indivíduos que passam a ser etiquetados como desviantes, o que leva a afirmar que todo o acto social é susceptível de ter um carácter desviante, ou não, consoante “a reacção societal” (ibidem, p.33).

Na mesma perspectiva, Giddens (1997) considera que são os agentes que representam as forças da lei e da ordem e que ocupam posições de poder, quem impõe as definições de moralidade convencional e que representam as principais fontes de rotulação. Consequentemente, os rótulos atribuídos criam regras que definem quem é ou não desviante e em que contextos serão aplicados, sendo que estas são estabelecidas “pelos mais fortes em relação aos mais fracos” (ibidem, p.163).

Ridruejo Alonso (citado por Fernandes, 1998), no prólogo que escreve para a obra “*Symbolic Interactionism Perspective and Method*”, de Herbert Blumer, sintetiza o interaccionismo em três premissas básicas:

o ser humano orienta, os seu actos em relação às coisas em função do que estas significam para ele; a fonte desse significado é um produto social que emana das actividades dos indivíduos ao interactuar e a utilização do significado pelo agente produz-se através de um processo de interpretação própria, que supõe auto-intenção e manipulação de significados (p.35).

Neste sentido, “o consumo de drogas, sendo aparentemente um comportamento observável e portanto descritível, é antes um acto, que depende do sentido que faz para o sujeito, da forma como ele interacciona esse comportamento enquanto símbolo de alguma coisa em si e que a reacção dos outros lhe devolve enquanto símbolo” (ibidem, p.35).

Por conseguinte, e de forma a dar resposta aos problemas actuais, promulgam novas leis, e o desrespeito destas, cria novos rótulos, como o de toxicodependente. Assim, todos os comportamentos que possam surgir, independentemente de serem desviantes ou não, vão ser associados a esse rótulo. Por exemplo, se um jovem toxicodependente tem um conflito com os

seus pais, o que pode acontecer a qualquer outro jovem, este facto é imediatamente associado à sua dependência.

Neste quadro, o estudo dos fenómenos sociais remete-nos para a utilização de termos específicos, já que a má escolha dos mesmos pode levar a interpretações negativas dando origem, conseqüentemente, a determinados rótulos. Daí que Becker (1963) tenha escolhido «fumadores de marijuana» em vez de «toxicodependentes» para falar de consumidores de drogas. O termo “toxicodependentes” pressupõe uma dependência e sugere que o consumo é sempre tóxico. Assim, todos os consumidores de drogas são vistos como indivíduos de uma única e mesma categoria, independentemente do tipo de droga que consomem, bem como da regularidade e das razões que o levaram a tal comportamento. No termo «fumadores de marijuana», isso não se verifica, dado o cuidado do autor.

Salienta-se, igualmente, que Becker (1963) defende que a teoria da rotulagem não é a única explicação para a desviância: “seria absurdo sugerir que os que roubam à mão armada atacam as pessoas simplesmente porque alguém os rotulou de ladrões à mão armada, ou que tudo o que um homossexual faz decorre de alguém ser rotulado como tal” (pp. 186-187). Para a corrente interaccionista, a desviância é também uma acção voluntária de actores que agem em conjunto.

Já na perspectiva de Cohen (1986), sociólogo culturalista, o fenómeno principal da delinquência resulta da existência de uma subcultura delinvente que representa a resposta colectiva às experiências de frustração na tentativa de aquisição de *status* no contexto da sociedade e da sua cultura. Assim, para este autor, é na interacção com os outros que apresentam idênticos problemas de integração, que surge a subcultura delinvente. Cohen (ibidem) importa o conceito de subcultura, utilizado pela sociologia, para focar os efeitos de socialização dentro de subgrupos culturais de uma sociedade pluralista. Deste modo, defende que uma subcultura só é possível quando um certo número de indivíduos em interacção enfrenta os mesmos problemas.

1.4.1 - Toxicodependência numa Perspectiva Biopsicossocial

O indivíduo toxicodependente constrói uma identidade desviante ao longo do seu percurso de vida. A compreensão desta construção pelo próprio é feita em dois níveis, o social e o individual, em que o primeiro nível se reporta à reacção aos consumos por parte dos membros da sua rede de suporte social e de instituições de controlo, e o segundo nível se refere à construção que o indivíduo faz de si e à maneira como gere o seu próprio quotidiano.

Por conseguinte, a toxicodependência deixa de ser vista como uma actividade criminal ou doentia, para passar a ser perspectivada como um fenómeno biopsicossocial.

No plano biológico, “vários estudos sobre toxicodependência têm demonstrado que a maior parte das drogas de abuso estimulam o «sistema de recompensa cerebral» e podem induzir ainda maiores sentimentos de prazer do que as funções naturais” (Robinson & Berridge, 1993, p.51). Por sua vez a influência das drogas sobre esses circuitos pode conduzir a uma menor necessidade das actividades de sobrevivência e a um uso repetido da droga, que pode originar um ciclo poderoso de adicção. Estes estudos sugerem que a neurobiologia da toxicodependência envolve não apenas os neuro transmissores que medeiam as propriedades do reforço agudo das drogas, mas também os aspectos motivacionais aversivos e emocionais da abstinência (ibidem).

Também no plano psicológico, a dependência se assume muito vincada. Segundo a abordagem cognitivo-comportamental, o “comportamento é regulado fundamentalmente pelas suas consequências, e estas ocupam um lugar privilegiado na aprendizagem” (Skinner, 1971, p.20), sendo o reforço a consequência de um comportamento que tem como efeito aumentar a frequência, duração ou intensidade desse comportamento, que serão orientadas por duas forças: a busca de prazer e a fuga à dor. Assim, o reforço positivo é a tentativa de acalmar um efeito desagradável, é a tentativa de responder ao desejo de consumo, ou seja, o prazer do “chuto”, que gera uma sensação agradável. Em contrapartida existe o reforço negativo, que se resume a um síndrome de abstinência, com efeitos desagradáveis e que se traduz na ressaca.

Beck (1993, citado por Morel, 1997) enumera um conjunto de factores de predisposição para o consumo, tais como:

sensibilidade exagerada ao desprazer; motivação deficiente para controlar o seu comportamento; impulsividade; procura de sensações e baixa tolerância à frustração. Assim, a adicção constitui uma auto-medicação da ansiedade ou da depressão, instalando-se um círculo vicioso, em que os problemas médico-psicossociais do indivíduo são agravados, conduzindo a um aumento da ansiedade e da depressão, com a necessidade de recorrer a um produto (p.187)

Por conseguinte, e à luz desta perspectiva, é possível distinguir dois estados do processo de procura de gratificação: o *craving*, ou seja, o acto involuntário, ou desejo incontrolável de consumir, e o *urge*, que significa o impulso, a acção destinada à procura permanente do produto, e que se constitui um acto voluntário.

Neste quadro, a intervenção terapêutica deve situar-se entre estes dois estados, “ajudando o indivíduo a ultrapassar o seu sentimento de impotência, para lhe proporcionar a aquisição de técnicas de controlo, consciencializando-os que eles podem controlar os seus consumos” (Morel, 1997, p.187). Isto é particularmente importante na medida em que, de acordo com Beck (1993, citado por Morel, 1997), há uma série de crenças, pensamentos e ideias disfuncionais construídas, que alimentam a necessidade do indivíduo consumir droga. Para além disso, os indivíduos com grande ansiedade e stress, com humor disfórico e depressivos, estão mais vulneráveis a desenvolver comportamentos toxicómanos.

Já as abordagens psicodinâmicas utilizam uma série de conceptualizações, destacando-se a noção de toxicofilia, que significa um "modo de organização instintivo-afectiva muito elementar que impele certos sujeitos a encontrar na embriaguez duma droga satisfações profundamente regressivas" (ibidem, p.187), noção esta que está na origem dos conceitos de toxicomania, toxicodependência e adictividade. A estes conceitos acresce o conceito de estados limites, ou *borderline*, que se traduz numa “organização similar à neurótica, mas com

registros psicóticos transitórios (fragilidade do Eu, redução da tolerância à frustração, mecanismos de defesa primitivos, necessidade insaciável de satisfação de desejos, vazio, angústia de abandono) ” (Morel, 1997, p.187).

Para esta abordagem, existem dois vectores fundamentais: a relação com o outro e como o mundo e a sexualidade e identidade. Segundo Freud (1897, 1930), o consumo de drogas aparece como substituto da actividade sexual, e os indivíduos que se tomam dependentes de uma qualquer substância encontram-se num estágio de desenvolvimento inferior à sua idade tendendo a regredir. Assim, a adolescência associada a problemas de identificação, de perda, de luto e de vazio, são algumas das características que aparecem associadas aos primeiros consumos.

Decorre daqui a grande relevância que esta abordagem dá à primeira infância, centrando a fase da adolescência como o período de maior risco no contacto com a droga.

Por fim, as abordagens centradas na identificação de traços, estruturas e modalidades de organização da personalidade de Nicken, elegem um conjunto de características de personalidade e funcionamento psico-afectivo mais frequentemente atribuídas aos toxicodependentes. Assim, são descritos como indivíduos com uma baixa tolerância à frustração, depressividade e ansiedade, impulsividade, imaturidade, ambivalência, dificuldade em estabelecer relações afectivas significantes, agressividade do eu, dificuldade de tomada de responsabilidade, défices cognitivos e intelectuais, fraco desenvolvimento moral, falta de assertividade, isolamento, dificuldades de integração social e ausência de ligação a papéis convencionais, entre outros.

Saliente-se, todavia, que este modelo apresenta algumas lacunas, já que é impossível, por um lado, determinar a estrutura do sujeito numa fase anterior ao consumo e, por outro lado, verificar as mudanças de personalidade que ocorrem após o consumo. Torna-se, portanto, imprescindível encarar e compreender o fenómeno da toxicodependência

equacionando três parâmetros essenciais: o encontro de um produto com uma certa personalidade individual num dado momento sócio-cultural.

1.5 - Arrumadores de Carros: Um Fenómeno Extremo de Exclusão Social

Em termos globais, a exclusão social diz respeito a todos os indivíduos que não se encontram incluídos na sociedade. Ora, o crescente aumento da exclusão social que temos vivenciado nas últimas décadas e a sua proliferação no espaço urbano, contribui para a criação de novas zonas de obscuridade social, que vão funcionar como pólo angariador das mais variáveis figuras de exclusão, figuras estas a que Agra (1998) denominou como “os sem”: os *sem-abrigo*, os *sem-emprego*, os *sem-saúde*, os *sem-família*, os *sem-autonomia*, os *sem-pretença*, os *sem...*

No caso específico do contexto português, e em particular na última década, surgiu um novo tipo de população excluída, com muita visibilidade social: os *arrumadores de carros*. Os *arrumadores de carros* constituem-se como uma realidade tipificada do senso comum, ou seja, como um fragmento da realidade de exclusão, remetendo-nos, deste modo, para uma das várias manifestações de outros problemas e fragilidades sociais mais graves e menos visíveis.

Tal como a exclusão social, em geral, a questão dos *arrumadores de carros* terá de se situar e de ser compreendida no quadro de uma sociedade em mudança, que ainda não encontrou os mecanismos adequados para remediar e prevenir as consequências e os impactos negativos dos processos económicos, demográficos, sociais e culturais que a caracteriza.

Como nos diz Mota-Cardoso (2003), vivemos actualmente em tempos de angústia, sendo estes tempos marcados pela solidão: a solidão pela redução do núcleo familiar, a solidão pela “morte dos Deuses” e a solidão “de mesmo acompanhado se sentir só”. Esta

solidão acontece na nossa sociedade porque existe uma enorme competição entre os seres humanos, com o objectivo do triunfo individual que acarreta limites à comunicação e, acima de tudo, forma angústias muito penosas nos indivíduos. “Cada um se angustia à sua maneira e, sobretudo, cada um faz a gestão do seu sofrimento de forma consciente ou inconscientemente de acordo com múltiplas circunstâncias, centradas fundamentalmente na personalidade e na dinâmica existencial, numa palavra, no «estar no mundo» ” (ibidem, p.405).

Cada ser humano possui, assim, na sua natureza o paradigma do sofrimento e transporta também as armas para o seu combate. Viver no sentido humano implica estar envolvido num movimento interior de escolha do caminho (ibidem), movimento este que lhe permitirá lidar com as diversas situações com que é confrontado no dia-a-dia.

Na verdade, o ser humano está sempre contido numa determinada situação, que terá inevitavelmente de resolver. Assim, o ser humano está sempre perante um problema tendo obrigatoriamente que fazer escolhas, andando pela vida um pouco ao sabor de acontecimentos externos e internos (ibidem). Ora, todos estes mecanismos encontram-se mais ou menos interiorizados na “carreira de um arrumador”.

Em termos gerais, os *arrumadores de carros* são indivíduos que passam grande parte dos seus dias a desenvolver uma actividade que consiste em recolher moedas junto de automobilistas para poderem, na sua maioria, comprar droga (Morais, 2003). Esta actividade é exercida em locais destinados a estacionamento, locais estes que os *arrumadores de carros* tendem a assumir como o “seu espaço”. Na verdade o local onde os arrumadores exercem a sua actividade é, acima de tudo, um lugar intermédio entre um

lar que se perdeu (ou que nunca se ganhou) e o abastecimento de droga (...) [constituindo-se em] espaços de afiliação, de mobilização de suportes relacionais e afectivos que matizam modos de vida precários por entre tentativas de fuga, impossível, à precariedade. É neste sentido que os parques de biscates espelham

um fenómeno de exclusão e de inclusão, de segregação e de integração, de anomia e nomia (Pais, 2001, p.334).

Existe, assim, um sentimento de valorização por pertencer a um determinado local de arrumação. Decorre daqui uma vivência do local como fonte de suporte, de vinculação e de protecção (Rodrigues, 2004), resultando numa estratégia de protecção, que passa por ser também uma protecção identitária encontrada pelos jovens arrumadores para lidarem com a imagem social negativa interiorizada por eles.

Segundo Nave (2004), as razões que levam estes indivíduos a arrumar automóveis podem situar-se a diferentes níveis, nomeadamente a nível social, cultural e, até, a nível individual. No entanto, apesar desta diversidade de razões, é possível traçar alguns percursos e aspectos comuns para a maioria dos arrumadores de carros. Como no diz Nave (ibidem), tratam-se de indivíduos que revelam vivências desestruturantes a nível do relacionamento familiar e individual (e.g., o divórcio dos pais, o abandono por parte de um ou de ambos os progenitores), vivências em famílias ou instituições de acolhimento, insucesso escolar e abandono precoce da escola. Para além disso, e ainda segundo o autor, os arrumadores apresentam frequentemente patologias associadas, como as do foro psiquiátrico, alcoolismo, toxicoddependência, insucessos e *handicaps* variados.

Na mesma linha, Pimenta, Almeida e Amaral (1996) verificaram que no caso específico dos arrumadores da cidade do Porto, estes tendem a ser maioritariamente indivíduos do sexo masculino, solteiros, com menos de 30 anos, e com um baixo nível de escolaridade. Para além disso, apresentam uma elevada incidência de comportamentos adictivos em relação às drogas, bem como problemas de álcool, isolamento social, marginalidade, pobreza, auto-destruição, conflito com o exterior, insatisfação contínua e elevada mortalidade (ibidem). Ora, tais características contribuem para que esta população seja considerada excluída por excelência.

Consequentemente, tais percursos e características comuns permitem compreender, em parte, a discriminação social de que são alvos. De facto, o senso comum alimenta a ideia de que se tratam de indivíduos delinquentes e perigosos, por serem, na sua maioria, toxicodependentes, rotulando-os de “gadelhudos”, “vagabundos”, “drogados” e “marginais”, entre outros.

Goffman (1993), ao analisar a estigmatização de determinadas categorias populacionais, concluiu que a inferioridade do “outro” é relacional e socialmente construída, servindo dessa forma os *rótulos* para identificá-lo, reforçando e mantendo a exclusão. Por conseguinte, e ainda segundo o autor, observa-se uma pluralidade de estratégias que o “estigmatizado” utiliza na sua vida quotidiana: nuns momentos para *escapar* às situações que o inferiorizam; noutros em que, em sentido inverso, o “rótulo” lhe confere “oportunidades” para poder usufruir em proveito próprio.

De facto, distintas interacções preenchem a sua vida quotidiana, em que, por exemplo, o arrumador se pode prestar a zelar pela segurança dos automóveis por ele *arrumados*, obtendo, deste modo, a confiança e a “gratificação” do automobilista, e noutros momentos, ao se aperceber que “possui um atributo particular e as consequências de o possuir” (Pais, 2001, p.336), vestir a *pele* de “marginal” vandalizando os carros daqueles que não lhe dão dinheiro. Por conseguinte, a “carreira moral” (Pais, 2001) do arrumador constrói-se e reconstrói-se dia a dia. Neste sentido, pode questionar-se até que ponto a transgressão é uma qualidade do acto de arrumar carros ou é uma consequência do facto de o acto ser etiquetado como transgressor.

Rodrigues (2004) concluiu com o estudo exploratório do “vivido” qualitativo dos arrumadores da cidade do Porto, que os indivíduos revelam uma motivação para a mudança, orientada para a normatividade e inserção social, culminando no deixar a droga e em arranjar um trabalho. No entanto, apesar desta motivação, estes indivíduos encontram constrangimentos relacionados com a inércia associada ao seu modo de vida, particularmente

com os consumos de droga, com dificuldades de inserção em meio laboral e com a ineficácia de respostas disponíveis e já tentadas pelos indivíduos, centradas em dois níveis: a auto-responsabilização e a hetero-responsabilização.

Esta motivação para a mudança é essencial para o sucesso dos tratamentos. Todavia, a mudança é um processo longo e complexo, que se inicia mesmo antes da pessoa se dar conta do seu problema. Quando este não pode mais ser ignorado, a pessoa poderá desenvolver planos para o resolver, que podem ser bem ou mal sucedidos.

Um dos modelos que procurou explicar como as pessoas são bem ou mal sucedidas nas mudanças que produzem nas suas vidas, é o modelo transteórico que se baseia na investigação levada a cabo por Prochaska e DiClemente (1984). Segundo estes autores, a mudança ocorre sempre em cinco estádios distintos: o estádio de pré-contemplanção, de contemplanção, de preparação, de acção e de manutenção.

O estádio de pré-contemplanção é o mais precoce em termos de mudança, em que indivíduos se encontram distanciados do seu problema de comportamento ou desencorajados a proceder a mudanças. Implicam-se em pequenas actividades que podem deslocar o seu ponto de vista do problema de comportamento e podem estar bastante defensivos acerca do objectivo da mudança de comportamento. Não estão convencidos dos aspectos negativos do seu comportamento e, por isso, não conseguem perceber os possíveis aspectos positivos de uma mudança.

É só no estádio de contemplanção que a pessoa reconhece que tem um problema e começa seriamente a pensar no modo como o resolver, esforçando-se por o compreender, por identificar as suas causas e pensar acerca de possíveis soluções, apesar de estarem longe de desafiar a acção.

No estádio de preparação, os indivíduos estão prontos para a mudança num futuro próximo. Os indivíduos neste estádio podem já ter tentado a mudança de comportamentos e terem falhado, podendo até ter aprendido com essas tentativas de mudança.

No estágio de acção, os indivíduos modificam com frequência o seu comportamento e entram num programa de tratamento. Este é o período de maior investimento e energia e também o período em que as mudanças são mais visíveis, e, portanto, de maior reconhecimento.

Por fim, o estágio final do processo de mudança é a manutenção. Neste estágio, a pessoa trabalha para consolidar os ganhos conquistados durante o estágio de acção e esforça-se por prevenir a recaída. Com efeito, para se afirmar uma mudança, não basta parar de consumir, é necessário uma total reestruturação da personalidade e dos comportamentos do indivíduo, em relação a si próprio e em relação aos outros que o rodeiam.

De acordo com os autores (ibidem), estes cinco estágios de mudança “representam pontos ao longo de um percurso de mudança e sublinham um estatuto individual na realização desse processo de mudança. Cada estágio é previsível, definido, tem lugar num determinado período de tempo e a ele estão associados cognições e comportamentos” (p.70).

A passagem de um estágio para outro ocorre, na perspectiva dos autores (ibidem), através de dez processos específicos de mudança organizados em dois tipos: os processos de experiência e os processos comportamentais: “o primeiro está focado no processo interior de pensamento e no modo como a pessoa vê a sua situação, sendo mais relevante no início dos estágios de mudança. O segundo grupo está focado na acção e no comportamento e é mais importante nos últimos estágios de mudança” (Prochaska & DiClemente, 1984, p.71). Estes processos são elementos importantes no movimento de transição entre os estágios e são críticos para ajudar as pessoas a “fazer a coisa certa no momento certo” (ibidem, p.71).

Em termos específicos, o processo empírico ou experiencial é caracterizado por cinco processos de mudança: (1) tomada de consciência de si próprio e do seu problema de comportamento, considerando os prós e os contras; (2) libertação dramática, ou seja, uma experiência significativa, por vezes emocional de descrição do problema, provocada por estímulos internos ou externos; (3) reavaliação do *Self*, em que se reconhece que um

comportamento corrente entra em conflito com os valores pessoais e os objetivos de vida; (4) reavaliação do meio ambiente, ou seja, reconhecimento dos efeitos do seu comportamento nos outros e no meio social; e (5) libertação social, que consiste no reconhecimento e na criação de alternativas sociais que encorajam a mudança de comportamento, podendo também ser visto como a utilização de recursos do meio para alterar e manter mudanças de comportamento, assumindo particular importância nos estádios posteriores.

De salientar que cada um dos estádios precoces do processo se aproxima um do outro e, no seu conjunto, são importantes para facilitar o movimento através dos diferentes estádios de mudança.

O processo comportamental é igualmente composto por cinco processos de mudança, nomeadamente: (1) controlo dos estímulos, orientando-se para mudar as disposições sobre o meio envolvente, evitando pessoas, lugares e actividades relacionadas com as experiências das drogas; (2) adversidades, condições adversas, ou seja, mudar a reacção aos estímulos, já que a ansiedade e a frustração são frequentes disposições que potenciam o uso de drogas, logo, uma resposta saudável para os mesmos sentimentos poderá ser os exercícios de relaxamento; (3) administração do reforço, que consiste em recompensar uma mudança positiva do comportamento, contribuindo, deste modo, para manter o comportamento no futuro; (4) libertação do *Self* que consiste em acreditar nas possibilidades de mudança de comportamento, comprometendo-se a fazê-lo; e (5) ajuda na construção de relações sociais, que constituem uma rede de suporte, ternura e aceitação de alguém que se esforça para realizar uma mudança.

De salientar que os três primeiros processos funcionam frequentemente em simultâneo, e baseiam-se na noção de que o comportamento é, em larga medida, controlado pelo meio social.

Salienta-se igualmente que a par desta motivação, e mais concretamente no que diz respeito à toxicodependência enquanto problema social, tem sido criado ao longo dos tempos

um “combate” apertado a este fenómeno, que se tem processado a diferentes níveis, nomeadamente a nível policial, terapêutico e preventivo. No caso específico dos *arrumadores de carros* na cidade do Porto, foi criado e implementado o Programa “Porto Feliz”, um programa de investigação e de intervenção sócio-sanitária como resposta ao combate da exclusão social (Mota Cardoso, Agra & Marques-Teixeira, 2002).

1.6 - Programa “PORTO FELIZ”

Realizado um inquérito na cidade do Porto, em Fevereiro de 2002, chegou-se à conclusão que o fenómeno que mais preocupava a população era a insegurança, traduzida na exclusão social.

Grande parte dos cidadãos em exclusão social, são indivíduos que vivem na rua, dependentes de substâncias psicoactivas, sem retaguarda familiar, que se abrigam em casas, fábricas e automóveis abandonados existentes, quer no centro quer na periferia da cidade. O quotidiano destes cidadãos limita-se à obtenção diária de recursos económicos para adquirir o produto de consumo. Por conseguinte, as actividades dos *arrumadores de carros*, pedintes, prostitutas/as, informadores e “orientadores” dos traficantes e traficantes, aparecem muitas vezes associada à toxicodependência, à pobreza e à exclusão social.

Grande parte destes indivíduos tem longas trajetórias de insucessos familiares e institucionais, de contactos e de experiências com organismos privados e públicos. Consequentemente, qualquer intervenção eficaz neste domínio terá de se subordinar à natureza complexa da exclusão de modo a integrá-la num sistema de coordenadas a partir do qual será possível redefinir os seus contornos conceptuais.

É neste contexto que nasce a proposta para a criação de “unidades de diagnóstico/investigação e intervenção sócio-sanitária”, mais conhecido como unidade de intervenção sócio-sanitária, ou mesmo programa “Porto Feliz”, que teve como público-alvo,

numa primeira fase, os *arrumadores de carros* na cidade do Porto. Trata-se de um programa que surgiu com o objectivo central de contribuir para o aumento da qualidade de vida dos cidadãos portuenses devolvendo-lhes os direitos de cidadania. Em termos mais específicos, os objectivos delineados foram os de, no plano comunitário, diminuir as zonas de exclusão social, nomeadamente, as unidades territoriais dos *arrumadores de carros*, e dos sem-abrigo, bem como os espaços urbanos geradores de exclusão social, e, no plano individual, restituir uma adequada qualidade de vida aos actores sociais excluídos, nomeadamente aos toxicod dependentes, aos delinquentes e aos “marginais”, em geral (Mota Cardoso et al., 2002).

Num primeiro momento, o Programa Porto Feliz contemplava apenas um ramo de intervenção, designado por “Porto Feliz” Livre de Drogas. Os objectivos principais deste projecto eram os de realizar acompanhamentos individuais e de reinserção social da população alvo com vista à abstinência de drogas, e de favorecer a inclusão social, através da aproximação dos sujeitos às suas referências normativas (familiares, profissionais, comunitárias) e a progressiva autonomia dos indivíduos.

Posteriormente, o Programa “Porto Feliz” alargou o seu foco de intervenção passando a conter um segundo ramo designado por “Porto Feliz” Redução de Riscos e Minimização de Danos. Como o próprio nome indica, o objectivo principal deste programa é o de reduzir/erradicar os níveis de comportamento de risco associados aos toxicod dependentes, no sentido de contribuir para uma melhoria da sua qualidade de vida e de inserção social.

1.6.1 - Programa “Porto Feliz” Livre de Drogas

O Programa Porto Feliz Livre de Drogas destina-se a indivíduos que se encontrem em situação de exclusão social, que fazem da rua o seu espaço de vida, passando os indicadores de exclusão por: ausência de domicílio fixo; comportamentos adictivos; percursos institucionais marcados pelo insucesso; dificuldades em recorrer às instituições/serviços

existentes; precariedade sócio-económica; ausência de suporte familiar estruturado; necessidades de apoio em termos sanitários e de saúde pública. O acesso a este programa pode ser feito directamente pelo utente, através do gabinete de atendimento, ou através das equipas de rua, constituídas cada uma por três técnicos formados nas áreas das ciências sociais e humanas e que se encontram nas quatro unidades territoriais da cidade do Porto (zona ocidental, zona oriental, zona centro norte e zona centro sul).

No caso do utente aderir ao programa, quer através das equipas de rua, quer via gabinete de atendimento, o técnico que estabelece o primeiro contacto com o utente é o que o acompanha durante o período em que este estiver integrado no programa, pelo que é denominado como técnico de vinculação.

No momento da adesão, para além da avaliação dos técnicos de vinculação, os utentes são avaliados por um psiquiatra e por um psicólogo do Centro Hospitalar Conde Ferreira (CHCF). No caso de o parecer médico-clínico ser favorável à adesão do utente no programa, é assinado um contracto terapêutico. Este contracto terapêutico consiste na aceitação das regras do programa e das fases do tratamento (desintoxicação e ambulatório) em que o utente tem que estar empenhado, participativo, colaborante e de livre vontade nas intervenções sociais e de saúde de que é sujeito activo. O incumprimento das regras e a prática de comportamentos desajustados ou ilícitos por parte do utente podem ser motivo de exclusão do programa.

Regra geral as populações intervencionadas abusam de substâncias psico-activas. Neste caso, após a adesão ao programa, os utentes passam por um período de desintoxicação de dez dias que ocorre no CHCF, em regime de internamento. Findos esses dez dias, o utente tem alta e integra o regime de ambulatório, que contempla, para além de acompanhamentos e de intervenções médicas, psicoterapêuticas e de reinserção social, um conjunto de actividades ocupacionais em diferentes espaços da cidade do Porto.

De salientar que, do ponto de vista psicológico, os utentes são avaliados quanto à ansiedade, ao auto-conceito, à depressão, aos sintomas psicopatológicos, às estratégias de

coping e à ansiedade social. Quando apresentam valores desadequados em cada uma destas dimensões são implementadas intervenções específicas.

De referir que, na ausência de retaguarda familiar, ou nos casos em que esta retaguarda se revela potencialmente prejudicial aos objectivos da intervenção em curso, os utentes pernoitam em apartamentos de reinserção. O programa dispõe de diversos apartamentos de reinserção situados na cidade do Porto, com excepção de uma casa de acolhimento que se situa em Guimarães, e que, de maneira geral, é a primeira casa que os utentes integram, já que se situa fora da cidade do Porto. De salientar, ainda, que a manutenção e a limpeza do respectivo espaço (e.g. lavar a loiça, fazer as camas, limpar as casas de banho) é da responsabilidade dos utentes.

1.6.2 - Programa “Porto Feliz” Redução de Riscos e Minimização de Danos

Em relação ao “Porto Feliz” Redução de Riscos e Minimização de Danos, trata-se de uma unidade vocacionada para os cuidados sociais e de saúde de toxicodependentes sem qualquer rede de suporte e em situação de ruptura social, familiar, profissional e sanitária e que, por indicadores de ordem física e/ou psicológica, apresentam francas dificuldades em manter um padrão de abstinência do consumo de drogas. Por conseguinte, estes cuidados são incisivos e de curta duração, visando sobretudo satisfazer as necessidades básicas dos utentes. Para além disso, e sempre que possível, constituem-se num reforço motivacional para adesão a programas terapêuticos estruturados e continuados, como é o caso do “Porto Feliz” Livre de Drogas.

Esta estrutura de acolhimento, de funcionamento contínuo e permanente, oferece um conjunto de serviços multi-sectoriais sob a forma de ajuda social, médica, psicológica e de enfermagem de curta duração, de forma a contribuir para a diminuição dos níveis de

comportamento de risco associados aos toxicodependentes, logo, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e da reinserção social.

Trata-se de um programa que apresenta poucas semelhanças com o “Porto Feliz” Livre de Drogas, visto não se tratar de um programa estruturado, na medida em que muitas vezes o estado de saúde dos utentes não o permite.

Tal como no Programa “Porto Feliz” Livre de Drogas, os utentes acedem ao “Porto Feliz” Redução de Riscos e Minimização de Danos ou por iniciativa própria, através do contacto directo com o gabinete de atendimento, ou, a situação mais frequente, por encaminhamento das equipas de rua ou de instituições.

De acordo com as necessidades identificadas pelos técnicos de vinculação, em colaboração com médicos e enfermeiros existentes nesta estrutura, decide-se o tipo de cuidados a ter com os utentes, que pode passar pela toma de metadona, por usufruir de dormida, por tomar banho, por tomar refeições e/ou pela troca de seringas e de *Kits*.

À semelhança do “Porto Feliz” Livre de Drogas, os utentes têm igualmente actividades ocupacionais, embora não tão estruturadas nem com o carácter de obrigatoriedade.

1.7 - Síntese

A questão da exclusão social, não sendo uma questão nova nem restringida às grandes cidades, assume nestas aspectos e contornos particulares. Em oposição à inclusão, a exclusão social remete-nos para aqueles que não são incluídos na cidade, que, quanto mais vai crescendo no tecido urbano, mais limbos e mais zonas de obscuridade social vão emergindo, a ponto de se ocultarem das zonas de maior visibilidade social. Esses territórios de obscuridade social são habitados por uma diversidade de pessoas que foram “descaindo” para aí através de complexos processos de exclusão. Ora, o conhecimento destes processos, permite desenhar estratégias de intervenção que, não se circunscrevendo à forma tradicional de assistência, apresentam planos estruturais de intervenção pré-definidos, de acordo com o conhecimento

científico produzido sobre esta problemática. Neste contexto foi implementado o Programa de Intervenção Porto Feliz, com o objectivo de promover a inclusão de todos os excluídos (começando pelos *arrumadores de carros*) no tecido social, quer no plano profissional, quer no plano social, devolvendo-lhes o pleno gozo da sua cidadania.



ABANDONO APRENDIDO E AUTO-ESTIMA

2.1 - Introdução

Apesar do papel importante que os factores sociais podem assumir, há aspectos psicológicos e de personalidade do indivíduo que poderão torná-lo mais vulnerável a desenvolver uma trajectória de vida que culminará numa situação de exclusão social. Dois desses aspectos são a existência de síndrome de abandono aprendido e uma baixa auto-estima, que poderão ter um papel determinante, não só na adopção de comportamentos desviantes e no se ser excluído, mas também no insucesso da reintegração sócio-laboral, que tão frequentemente assistimos.

De facto, a teoria do Abandono Aprendido considera que um indivíduo “aprende” que em algumas situações não há relação entre as suas escolhas e acções e os resultados que pretende atingir. Consequentemente, este acreditar que nada poderá ser feito para alterar os acontecimentos que ocorrem na sua vida vai estar na origem de comportamentos de desistência e de abandono.

Por sua vez, a auto-estima diz respeito, genericamente, aos julgamentos e sentimentos que o indivíduo tem de si próprio, constituindo-se na componente avaliativa do auto-conceito. Ora, estes julgamentos e sentimentos vão influenciar o modo como os indivíduos estão motivados, persistem, adquirem e atingem os níveis de sucesso desejados nas mais diversas áreas de actividade (Fontaine, 1991; Weiss, 1987).

Neste quadro, apresenta-se no presente capítulo as definições e os principais modelos explicativos do síndrome de abandono aprendido e da auto-estima. De seguida, apresenta-se

uma breve reflexão sobre a relação existente entre estes dois construtos, terminando-se com a referência a estudos que analisam o abandono aprendido e a auto-estima em alguns contextos de exclusão social.

2.2 - Abandono Aprendido: A Descoberta

No ano de 1967, Martin Seligman e Maier, enquanto estudavam a relação entre o medo e a aprendizagem, descobriram acidentalmente um fenómeno inexplicável que mais tarde se veio a designar por “abandono aprendido”. Na verdade, Seligman desenvolveu a sua teoria aquando de uma experiência com cães através do método de Pavlov – condicionamento clássico.

Na experiência original, foram utilizados dois grupos de cães, designados por grupo A e grupo B, respectivamente. Num primeiro momento, ambos os grupos de cães foram colocados numa caixa fechada, em que lhes eram fornecidos, periodicamente, pequenos choques eléctricos. Os cães do grupo B não tinham qualquer possibilidade de escapar aos choques, enquanto que os cães do grupo A tinham essa possibilidade desde que empurrassem um manípulo com o focinho. Ou seja, o grupo A tinha controle sobre a situação ao contrário dos cães do grupo B. Num segundo momento, os cães de ambos os grupos foram colocados em outra caixa, dividida por uma barreira (cf. Figura 1). Na metade esquerda dessa caixa, onde os cães se encontravam, eram igualmente emitidos choques eléctricos periódicos. O modo de escapar a esses choques consistia em saltar a barreira e ir para a metade direita da caixa.

Os cães do grupo A, numa primeira fase, aguardavam o choque e saltavam a barreira; mais tarde, já nem esperavam o choque saltando logo. Já os cães do grupo B não demonstraram sequer a intenção de fugir, aceitando simplesmente os choques. Inicialmente corriam desesperados, mas depressa se tornaram passivos, aninhando-se a gemer. Com este

resultado, Seligman concluiu que os cães do grupo B aprenderam que não tinham qualquer controlo sobre os choques devido à incapacidade por eles sentida na primeira experiência, e, quando postos numa situação onde poderiam controlar a situação, simplesmente “acreditaram” que continuavam sem a controlar (Overmier & Seligman, 1967; Seligman & Maier, 1967). Este estudo demonstrou, assim, que a primeira aprendizagem pode resultar numa mudança drástica de comportamento, já que os animais que estiveram expostos a situações desagradáveis e incontroláveis generalizaram a falta de controlo para outras situações futuras parecidas, mesmo que não fossem idênticas, dificultando-lhes, deste modo, a aprendizagem de respostas simples de fuga e de evitamento.

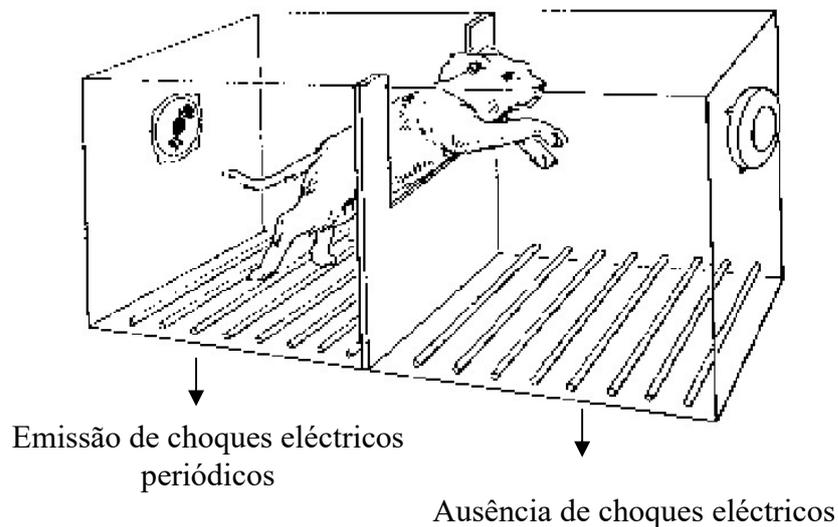


Figura 1. Experiência realizada por Seligman e colaboradores (adaptado de Swenson, 1984, ¶3).

Estes resultados foram replicados em outros estudos com animais (eg. Besson, Privat, Eschaliier & Fialip, 1998; Myers, 2002). Numa experiência com ratos que tinham sido injectados com células cancerígenas verificou-se que estes ficavam doentes com maior frequência se lhes fossem dado choques eléctricos aos quais não pudessem fugir, do que aqueles que tinham possibilidade de fuga (Myers, 2002). Tal resultado pode ser aplicado ao

ser humano: de facto, Seligman e o seu grupo sugerem que o abandono aprendido nos animais é análogo à depressão humana, o que explicaria o porquê dos indivíduos em certas circunstâncias aceitarem o seu desconforto, ou situações negativas, em vez de as tentarem mudar.

Com os resultados da sua experiência, Seligman definiu o abandono aprendido, *Learned Helplessness*, no original, como um síndrome vivenciado por indivíduos em que estes acreditam que os seus “esforços e as tentativas desenvolvidas para controlar ou prever os resultados e as situações são infrutíferos, aprendendo que os resultados são independentes das respostas voluntárias” (Seligman, 1992, citado por Lima Santos, Ribeiro & Faria, 2002, p. 26). Ou seja, quando um indivíduo interioriza que nada pode fazer para mudar os acontecimentos que vivencia, a atitude mais provável e previsível a adoptar é a desistência e o abandono.

Decorre daqui três dimensões fundamentais do abandono aprendido: a existência de um evento importante, a percepção de que o indivíduo não é capaz de controlar o resultado de nenhuma acção voluntária e a atitude de abandono/desistência (Seligman, 1992a, 1992b).

Na verdade, com o objectivo de explicar os resultados obtidos nas suas experiências, Seligman (1992a, 1992b) propôs uma hipótese interpretativa, que se tornou o primeiro modelo do abandono aprendido. Este modelo compreende (três) postulados fundamentais do abandono aprendido. O primeiro defende que quando um organismo acredita que os acontecimentos do meio são independentes do seu comportamento, ou seja, quando não consegue controlar o desenrolar dos acontecimentos através da sua própria acção, encontra-se numa situação de “*não contingência*” ou “*incontrolabilidade*”. O segundo considera que se um organismo for exposto repetidamente a situações de não-contingência, acaba por aprender que a sua acção é independente dos acontecimentos do meio. Por fim, e em resultado da aprendizagem anterior, o organismo reagirá de forma desanimada e com indícios de abandono (Castro, 1985).

Por conseguinte, e na linha de Lima Santos et al. (2002), consideramos que a tradução de abandono aprendido para *learned helplessness* é mais abrangente do que a terminologia inicialmente adoptada no contexto português, como é o caso de “desanimo aprendido” ou de “desamparo aprendido”, já que estes termos se apresentam redutores não abarcando as três dimensões do construto: a cognitiva, a afectiva e a comportamental.

De facto, o abandono aprendido pode ser conceptualizado como um síndrome de défices cognitivos, motivacionais e emocionais (Castro, 1985; Lima Santos et al., 2002; Naidoo & Pretorius, 2006). Cognitivos porque não chega um organismo estar exposto à incontrolabilidade para que haja abandono: é necessário ser criada uma expectativa de que as suas próprias acções não influenciam o meio. Motivacionais porque o organismo responde tardiamente e com muita dificuldade aos estímulos, por acreditar que não tem qualquer influência na situação. E, por fim, emocionais visto o organismo aprender que é ineficaz.

Em síntese, Seligman e colaboradores definem o abandono aprendido como a “aprendizagem ou percepção de independência entre a resposta emitida pelo organismo e a apresentação dos eventos provocadores de aversão” (Seligman et al., 1975, p.258), em resultado das experiências que realizam no âmbito da psicologia experimental animal. Diversos autores aplicaram este modelo ao ser humano e depararam-se com os mesmos resultados obtidos nos testes realizados com animais em relação a incontrolabilidade de eventos provocadores de agressão, como o ruído e os choques eléctricos, entre outros, bem como em relação à não-contingência entre esses eventos e o comportamento no contexto laboratorial, mostrando-se, deste modo, adequado ao ser humano (Faria, 1990).

Como referido anteriormente, uma das primeiras aplicações deste modelo no comportamento humano foi feita na depressão humana, já que uma pessoa deprimida se caracteriza por estar com um afecto negativo e por ter uma elevada desistência na procura de soluções, comportando-se, por conseguinte, como um indivíduo com o síndrome de abandono aprendido. Neste quadro, Seligman (1975) propôs o abandono aprendido como um modelo

laboratorial da depressão, visto a sintomatologia, etiologia, cura e prevenção serem paralelos nos dois casos.

No entanto, esta primeira versão do modelo mostrou-se inadequada quando aplicado ao homem em certos aspectos, na medida em que põe a tónica no “carácter negativo dos estímulos apresentados aos sujeitos (ruídos, choques eléctricos) e [na] incontrolabilidade objectiva da situação na produção do fenómeno, em detrimento da importância da percepção que os sujeitos têm dessa incontrolabilidade, traduzida nas explicações que produzem para a justificar” (Faria, 1990, p. 35). Por conseguinte, foi necessário proceder-se à reformulação da teoria do abandono aprendido, através da integração da explicação atribucional.

2.3 - Abandono Aprendido: Modelo Reformulado

Em 1978, Seligman e o seu grupo escreveram um artigo para o *Journal of Abnormal Psychology* onde apresentam a reformulação do modelo de abandono aprendido, dada a necessidade sentida de incluir a teoria atribucional da motivação (Abramson, Seligman & Teasdale, 1978). De facto, a aplicação do modelo ao comportamento humano demonstrou que “mais importante do que a ausência de contingência objectiva entre acção e resultados, é a percepção e experimentação que o sujeito faz dessa ausência de contingência” (Faria, 1990, p.26).

Por conseguinte, a versão reformulada do modelo deixa de valorizar a expectativa da não-contingência, para passar a sublinhar a experiência vivida pelo indivíduo que, por mais que se esforce para controlar as situações/resultados, acaba por perceber que o seu esforço de nada lhe serve, aprendendo que não existe relação entre os resultados e as suas respostas, logo, acreditando que é incapaz de alterar os acontecimentos decorrentes na sua vida, o que se vai traduzir em comportamentos de desistência e de abandono. Assim, a versão reformulada do modelo passa a integrar a perspectiva da teoria atribucional, visto o indivíduo atribuir

causas a situações indesejáveis, que serão responsáveis por determinar o síndrome de abandono aprendido.

Em termos gerais, a teoria atribucional tenta explicar, por um lado, o modo como os indivíduos criam explicações causais e, por outro lado, as suas repercussões no comportamento (Barros & Barros, 1993). Em 1979, Weiner identificou três dimensões de causalidade – o locus de causalidade, a estabilidade e a controlabilidade – às quais correspondem atribuições causais que “fornecem ao sujeito informações acerca de si próprio que lhe permitem orientar a sua acção” (Fontaine, 1990, p. 110).

A primeira dimensão causal - locus de causalidade - considera que as causas encontradas pelo indivíduo podem ser atribuídas tanto a ele próprio como ao ambiente, o que significa que tanto se podem associar ao esforço e ao mérito individual (locus de causalidade interno) como podem depender da ajuda dos outros ou de factores externos como, por exemplo, a sorte (locus de causalidade externo).

Em relação à dimensão causal da estabilidade, esta considera que quer os factores internos quer os externos podem ser estáveis ou instáveis, sofrendo mudanças e variações ao longo do tempo. Ora, esta relação entre estabilidade e locus de causalidade vai estar na base de atribuições dos resultados a diferentes causas (cf. Quadro 1).

Quadro 1. *Atribuições causais mais frequentes dos sucessos vs. fracassos tendo em conta o locus de causalidade e a estabilidade*

Locus de Causalidade	Estabilidade	
	Estável	Instável
Interno	Capacidade vs. Incapacidade	Esforço vs. Falta de esforço
Externo	Facilidade da tarefa vs. Dificuldade da tarefa	Sorte vs. Azar

Nota. Adaptado de Fontaine (1990, p.112).

Por último, a dimensão causal da controlabilidade permite diferenciar as causas em função da “atribuição da responsabilidade a quem é visto como tendo o controlo [dos] acontecimentos” (Fontaine, 1990, p.114), que pode ser o próprio ou os outros.

Em 1985, Weiner considerou duas novas dimensões causais - a intencionalidade vs. não-intencionalidade e a globalidade vs. especificidade -, tendo expandido o seu modelo tridimensional para uma teoria atribucional da motivação e emoção em contextos de desempenho (cf. Figura 2).

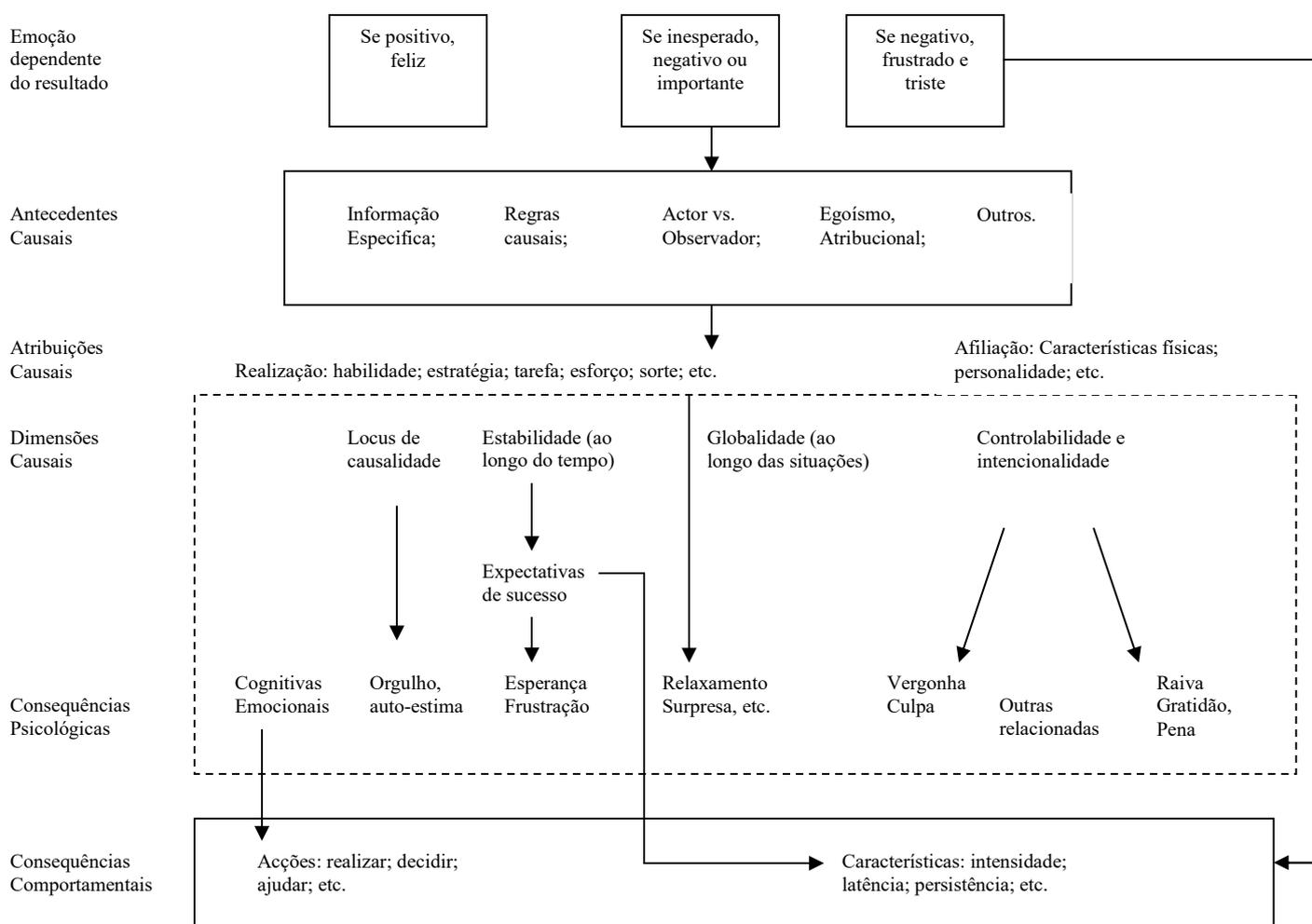


Figura 2. Teoria atribucional da motivação e emoção (adaptado de Weiner, 1986, ¶7).

Esta teoria parte do pressuposto que certos resultados geram pensamentos atribucionais, que se encontram organizados em dimensões de locus de causalidade, estabilidade e controlabilidade (apesar das causas poderem variar de contexto para contexto),

e, em menor grau, de intencionalidade e de globalidade, as quais, por sua vez, influenciam as consequências psicológicas das atribuições. Ou seja, a cada uma das dimensões descritas por Weiner, agrega-se um certo tipo de consequências emocionais e comportamentais, como, por exemplo, a mudança de expectativas ou o estado emocional (emoção dependente da atribuição). Assim, compreende-se que a dimensão da estabilidade esteja ligada às expectativas de sucesso.

Também sentimentos como a vergonha e a culpa, por exemplo, se encontram relacionados com as atribuições causais: de facto, quando um resultado negativo é atribuído a causas estáveis o resultado é frequentemente o desânimo. Por conseguinte, estas emoções conduzem muitas vezes à desistência e à diminuição da participação do sujeito. Saliente-se, todavia, que o sentimento de vergonha é considerado um resultado negativo sendo atribuído a causas internas e incontroláveis; em contrapartida, o sentimento de culpa é atribuído a causas internas mas controláveis. Em suma, as atribuições influenciam as emoções que, por sua vez, influenciam futuros comportamentos em contextos de desempenho (Weiner, 1985).

De destacar que, apesar de Weiner (1986) ter incluído no seu modelo as dimensões causais de intencionalidade e globalidade, acabou por as considerar menos centrais na análise que fez sobre a relação entre as causas e as cognições, emoções e comportamentos. No entanto, estas duas dimensões adquirem a sua relevância, particularmente quando nos referimos ao síndrome de abandono aprendido (Hanraahan, Grove & Hattie, 1989).

De facto, *a globalidade*, é uma dimensão importante no abandono aprendido na medida em que se refere à amplitude das situações que uma causa pode abranger, ou seja, algumas causas são exclusivas a uma situação, enquanto outras são generalizadas a outras situações. Assim, a globalidade tem uma dimensão bipolar: global vs. específico (Abranson et al., 1978). Por sua vez, a intencionalidade diz respeito à responsabilidade dos acontecimentos em situações em que se pode prever que a adopção de determinado comportamento resulta nas consequências observadas (Faria, 1990).

Em síntese, o modelo reformulado especifica que o sujeito “aprende” que certos resultados e respostas são independentes da sua acção fazendo atribuições quanto às causas deste fenómeno. Neste quadro, as dimensões causais *locus de causalidade* (interno vs. externo), estabilidade (estável vs. instável) e globalidade (global vs. específico) são particularmente determinantes na interpretação da incontrolabilidade dos resultados (Faria, 1990). Concretizando, a atribuição de acontecimentos provocadores de aversão a factores internos, estáveis e globais, conduzem a sentimentos e à experimentação de abandono aprendido (Fontaine & Faria, 1989). Por conseguinte, atribuir a falta de controlo sobre os acontecimentos a factores internos, em detrimento de factores externos, gera baixa auto-estima; já se se atribuir a factores estáveis conduz a défices comportamentais permanentes, enquanto que se se atribuir a factores globais pode observar-se uma generalização do fenómeno a outras situações (Seligman, 1992b).

Por conseguinte, pode-se concluir que o síndrome do abandono aprendido resulta da aceitação de um determinado estilo atribucional específico, aquando da presença de acontecimentos negativos, que se vão traduzir em comportamentos de evitamento da acção (com o objectivo de eliminar esses acontecimentos), bem como em comportamentos de desânimo.

Estas mudanças teóricas no modelo do abandono aprendido têm sido de grande utilidade, apesar de apresentar alguns aspectos mais controversos, bem como alguma ineficácia em determinadas áreas. Lazarus e Folkman (1994, citado por Lima Santos, Ribeiro & Faria, 2003) apresentam três críticas principais a este modelo, nomeadamente:

(I) a análise atribucional não pode ser associada ao resultado ou consequência do comportamento exibido até que o significado dessas atribuições, do ponto de vista do bem-estar do indivíduo, seja considerado; (II) a reformulação da teoria do abandono aprendido presta pouca atenção aos mecanismos de *coping*; e (III), por fim, de um ponto de vista abrangente, as emoções (ao contrário do que

consideram alguns estudos, em que são interpretadas como o momento final numa sequência inadequada do ponto de vista da adaptação) são geralmente, um passo importante para a manifestação de outros estados e processos. (pp.78-79)

Ou seja, segundo estes autores (ibidem), a teoria do abandono aprendido é insuficiente para explicar a condição de ânimo dos indivíduos numa circunstância de incontrolabilidade. Na mesma perspectiva, Faria (1990) considera que a presença de eventos que provocam aversão (fracasso) *per se* é insuficiente para explicar as emoções negativas e as reacções comportamentais.

Comer (2004) levanta igualmente algumas críticas a este modelo, considerando, desde logo, que as características contempladas não se aplicam a todos os indivíduos nem em todas as situações. Por exemplo, os choques laboratoriais produzem sempre ansiedade e abandono, mas a ansiedade nem sempre ocorre analogamente na depressão humana. De facto, Comer (ibidem) considera que a maior parte da teoria do abandono aprendido resulta de experiências efectuadas em animais, o que implica que, por vezes, os resultados não possam ser generalizados às experiências humanas.

Apesar das limitações que encerra, esta perspectiva do abandono aprendido apresenta-se bastante útil, visto considerar, por exemplo, que as dimensões causais, como é o caso da controlabilidade, não serem completamente independentes. Uma outra vantagem desta teoria é o socorrer-se de padrões atribucionais (conjunto de dimensões associadas e não isoladas) para avaliar as consequências comportamentais e afectivas das atribuições, sobretudo em situações de fracasso (Faria, 1990).

2.4 - Auto-Conceito e Auto-Estima

No mundo ocidental, o *self*/Eu tem-se tornado o elemento central da existência individual (Fox, 1998), dada a necessidade de criarmos uma identidade única e singular que

caracterize e molde a nossa vida. Decorre daqui a importância dos construtos do auto-conceito e da auto-estima, visto constituírem-se em variáveis fundamentais e centrais para a explicação de inúmeras outras variáveis psicológicas.

Apesar de intimamente relacionados, o auto-conceito e a auto-estima são construtos distintos mas interdependentes. Na verdade, vários estudos têm demonstrado que, apesar de se relacionarem positivamente, são conceitos interdependentes, porque o auto-conceito global não resulta da soma dos valores das suas diversas dimensões, sendo antes “uma síntese pessoal que tem a ver com o grau de satisfação em relação a si próprio” (Antunes, 1995, p.73), síntese esta que é identificada com a noção de auto-estima. Por conseguinte, a auto-estima resultará da relação entre o auto-conceito real e o auto-conceito ideal, isto é, resultará da relação entre a forma como o indivíduo se percebe e a forma de como ele gostaria de ser (Faria & Azevedo, 2004), sendo “considerada como a faceta mais importante do auto-conceito” (Vaz Serra, 1986, p. 60).

Existe ainda hoje uma indefinição em relação aos conceitos de auto-conceito e auto-estima (Leith, 1994). Contudo, Byrne (1986) refere que apesar da literatura não revelar uma definição operacional clara, concisa e universalmente aceite, existe uma certa concordância em torno da definição geral do auto-conceito como sendo a percepção que o indivíduo tem de si. Já, a auto-estima diz respeito a aspectos especificamente avaliativos e emocionais, estando associada à componente avaliativa do auto-conceito (Vaz Serra, 1988).

Estes dois construtos teóricos têm sido alvos de várias investigações desde o final do século XIX, mais precisamente em 1890 (Epstein, 1973; Fox, 1998; Vaz Serra, 1986). William James é o autor referido como tendo sido o primeiro a analisar o auto-conceito de um ponto de vista psicológico, tendo estabelecido alguns princípios de como deveria ser a abordagem do auto-conceito (citado por Epstein, 1973). Para este autor, existem dois caminhos possíveis: um em que o *self* seria entendido como conhecedor, ou como uma função

executiva; o outro em que o *self* seria visto como um objecto, ou seja, como aquilo que é efectivamente conhecido.

O mesmo autor identifica ainda quatro componentes do *self* que considera de importância decrescente para a auto-estima do indivíduo: o *self* espiritual, que inclui os desejos e as emoções individuais, o *self* material, que contém o indivíduo, a sua família e as suas posses, o *self* social, que inclui aquilo que os outros pensam sobre nós, e o *self* corporal.

Para além de propor uma estrutura multidimensional e hierárquica para o conceito de *self*, James teve ainda o mérito de realçar a natureza eminentemente social do *self*, quer a nível estrutural quer a nível dinâmico, pressupondo, desta forma, os estudos da dimensão social do *self*, no âmbito do interaccionismo simbólico (Burns, 1982).

Já na perspectiva de Vaz Serra (1986), o auto-conceito, enquanto construto psicológico que permite ter a noção da identidade da pessoa e da sua coerência e consistência, divide-se em três tipos distintos: o primeiro esclarece-nos sobre a forma como um indivíduo interage com os outros e lida com as áreas que dizem respeito às suas necessidades e motivações; o segundo leva-nos a perceber aspectos do auto-controlo, porque é que certas emoções surgem em determinados contextos ou porque é que uma pessoa inibe ou desenvolve determinado comportamento; e finalmente o terceiro tipo de auto-conceito permite-nos compreender a continuidade e a coerência do comportamento humano ao longo do tempo.

Assim, para este autor, o construto do auto-conceito é constituído pelas auto-imagens, pela auto-eficácia, pelas identidades, pelo auto-conceito real e pelo auto-conceito ideal, bem como pela auto-estima.

No que diz respeito às auto-imagens, estas são o resultado das observações que o indivíduo faz de si próprio, apresentando-se este como o objecto da sua própria observação. Ao auto-observar-se o indivíduo faz uma organização e uma distribuição hierárquica em relação a outras auto-imagens, ou seja, hierarquiza as várias auto-imagens acerca de si, dando maior importância àquelas que têm um maior significado (ibidem).

Para além de várias auto-imagens possíveis, qualquer pessoa pode ter dentro de si inúmeras identidades (Vaz Serra, 1998). A que estiver numa posição hierarquicamente superior é aquela a que o indivíduo dedicou maior atenção.

Um outro constituinte do auto-conceito, a auto-eficácia, refere-se às auto-percepções em que o indivíduo acredita e confia nas suas capacidades e eficácia para enfrentar o meio ambiente, conseguindo, deste modo, as consequências desejadas (Palenzuela, 1982).

No que diz respeito ao auto-conceito real e ao auto-conceito ideal, o primeiro corresponde à maneira como o indivíduo se percebe (i.e., tal como é na realidade), enquanto que o segundo se refere à maneira como o indivíduo gostaria de ser, independentemente de como é realmente. Por conseguinte, e de acordo com o autor (ibidem), torna-se importante considerar a diferença entre o auto-conceito real e o auto-conceito ideal, com a finalidade de obter a auto-aceitação individual.

Por fim, a auto-estima assume-se como um dos constituintes do auto-conceito, que consiste no processo avaliativo que o indivíduo faz das suas capacidades ou dos seus desempenhos, virtudes ou valor moral, apresentando-se, deste modo, como a faceta mais importante do auto-conceito.

Na verdade, e de acordo com Rosenberg (1979) a auto-estima pode ser definida como uma atitude que o indivíduo apresenta relativamente ao seu *self*/Eu, atitude esta que pode ser positiva, logo, intrínseca ao próprio indivíduo que se auto-avalia como tendo valor e como sendo respeitado pelos outros, ou negativa, quando é acompanhada por auto-desvalorização, por auto-insatisfação e por falta de respeito por si próprio. Mais tarde, Rosenberg (1985) aprofunda a noção de auto-estima, definindo-a como “auto-respeito, auto-aceitação e auto-valorização, mas não como um sentimento de superioridade nem de perfeição, nem tão pouco como um sentimento de alta competência e eficácia” (p.60).

Decorre daqui quatro princípios explicativos da auto-estima: o primeiro diz respeito às apreciações que pensamos que os outros fazem sobre nós próprios; o segundo envolve as

comparações que acontecem nas interações sociais, desfavorecendo a auto-estima sempre que o indivíduo se desvaloriza em relação aos outros ou se considera diferente; o terceiro prende-se com a forma como o sujeito avalia as suas acções (auto-atribuição); e, por último, o quarto princípio que remete para a importância e o valor relativos das várias dimensões do auto-conceito para o indivíduo (Rosenberg, 1979).

Em síntese, apesar da importância inegável do auto-conceito e da auto-estima, só nos últimos 35 anos, é que se assiste a um ressurgimento da investigação nesta área, que esteve parada durante muito tempo devido aos autores considerarem que não seria necessário encontrar uma definição para estes dois construtos, visto “toda a gente parecer saber o que são” (Marsch, 1997). Ora, tal posição trouxe grandes problemas à investigação no domínio, já que na ausência de uma definição consensual destes dois construtos não é possível ter a certeza de que os estão a medir com precisão. Decorre daqui a indispensabilidade de se definir e operacionalizar estes conceitos de auto-estima e de auto-conceito (Faria & Fontaine, 1990).

Na verdade, é possível considerar actualmente algum consenso relativamente à delimitação dos conceitos de auto-conceito e auto-estima. Segundo autores como Arndt (1974), Baumeister (1994), Byre (1984), Coopersmith (1967), Faria e Fontaine (1990), Fox (1988), Harter (1998), Vaz Serra (1986; 1988) e Weiss (1987) o auto-conceito consiste nas percepções ou imagens que o indivíduo tem de si próprio, das suas qualidades e características reais, enquanto que a auto-estima diz respeito à capacidade avaliativa do auto-conceito, o seu julgamento ou sentimento do indivíduo acerca de si próprio, emanando sentimentos positivos e negativos relativamente às suas qualidades e características, resultando sentimentos de satisfação ou insatisfação consigo mesmo.

Saliente-se, no entanto, que, na perspectiva de Shavelson, Hubner e Stanton (1976), o auto-conceito não seria apenas descritivo, mas também avaliativo, não contando apenas com a auto-estima para o avaliar, já que o auto-conceito é formado por experiências e interpretações do envolvimento do indivíduo e por interações sociais. Esta perspectiva reúne algumas

evidências empíricas sabendo-se, por exemplo, que a pertença a um determinado grupo social pode alterar o auto-conceito de um indivíduo.

2.5 - Modelos do Auto-Conceito e Auto-Estima

Para Cooley (1902) e Mead (1934), o conceito que o indivíduo faz do seu *self* advém da interação com os outros e reflecte as características, emoções, expectativas e avaliações que os outros dão ao sujeito. Estes autores, juntamente com os defensores do interaccionismo simbólico, vão sobretudo debruçar-se sobre a influência do meio social na estruturação do auto-conceito.

Na verdade, a influência do meio social para Cooley (1902) desempenha um papel semelhante ao de um “espelho social”, onde o auto-conceito é encarado como produto e reflexo de constrangimentos sociais. Ou seja, o indivíduo tende a observar-se e a avaliar-se em função de como os outros o olham, tornando-se o auto-conceito numa espécie de fenómeno de espelho. Por conseguinte, não é de estranhar que os interaccionistas realcem o papel da comunicação interpessoal, assim como dos outros significativos e da aprendizagem de papéis, na construção da auto-imagem.

Mais recentemente, e enquadrada na abordagem da aprendizagem social, Bandura (1969) introduz uma nova variável no estudo do *self*, nomeadamente a do auto-reforço. Segundo o autor, esta variável varia consoante a frequência e a natureza das respostas, fazendo, assim, aumentar ou diminuir o auto-conceito e podendo, deste modo, alterar o comportamento individual.

Uma outra abordagem que produziu trabalhos significativos na área do auto-conceito foi a perspectiva fenomenológica, segundo a qual é possível distinguir duas tendências no processo de construção do auto-conceito de acordo com a relevância atribuída a cada uma das componentes da relação indivíduo/sociedade. Uma das tendências seria de natureza mais

individualista, atribuindo maior importância à percepção individual e subjectiva. A outra tendência tende a realçar a importância da dimensão interpessoal e procura explicar a influência dos outros em todo o processo de estruturação do auto-conceito (Combs & Snygg, 1959).

Saliente-se, todavia, que esta teoria apresenta algumas limitações, nomeadamente a de não dar qualquer importância à dimensão inconsciente do comportamento, a de enunciar pressupostos demasiado simplistas e a de apresentar definições pouco operacionais/funcionais, bem como a inexistência de análises explicativas o que pode levar a especulações não científicas (Burns, 1979; Epstein, 1973; Wylie, 1974). No entanto, apesar destas limitações esta perspectiva apresenta algumas vantagens, nomeadamente a de ter posto em relevo a comunicação eu/outro na construção e reorganização do indivíduo ao longo da sua vida tendo dado importantes contributos a nível da estrutura multidimensional e hierárquica do auto-conceito. Ora, esta perspectiva da estrutura multidimensional e hierárquica do auto-conceito nem sempre foi assim. Na verdade, inicialmente, os investigadores acreditavam que o auto-conceito e a auto-estima eram uma entidade unidimensional, considerando, assim, a auto-estima como uma medida global que domina todos os outros factores, sem prestarem atenção às diferentes percepção do *self* que compõe este construto teórico (Coopersmith, 1967; Marsh & Hattie, 1996; Fox, 1997). Por conseguinte, esta abordagem foi caracterizada como um somatório de auto-descrições positivas e negativas, onde era assumido que o indivíduo atribuía importâncias iguais a todos os elementos específicos do auto-conceito e da auto-estima (Baumeister, 1994).

A esta abordagem unidimensional, bastante limitativa, Marsh e Shavelson (1985) contrapuseram a perspectiva de multidimensionalidade do auto-conceito. Este modelo multidimensional parte do pressuposto de que todos os factores que o constituem são independentes apesar de se encontrarem correlacionados. Um dos modelos mais significativos e mais referenciados na literatura especializada é o modelo multidimensional hierárquico de

Marsh (1994), que se apresenta como um dos mais completos já que incorpora todos os outros modelos. Assim, tal como no modelo unidimensional, Marsh considera a existência de um factor global, que constitui o cume do modelo hierárquico. Contempla, ainda, um conjunto de diferentes auto-avaliações em domínios específicos, que se encontram agregadas para formar a auto-estima global. Esta agregação pode ser obtida através da correlação de sub-degraus específicos do auto-conceito com medidas da auto-estima global (Berndt & Burgy, 1996).

De salientar que a evolução para um modelo multidimensional, onde o indivíduo tem a possibilidade de ter diversas auto-percepções separadamente das suas relações sociais, desempenho académico ou aparência corporal, levantou questões sobre a estrutura organizacional das diferentes dimensões. Shavelson e colaboradores (1976) propõe, então, um modelo que contempla a multidimensionalidade do *self* orientado por uma estrutura hierárquica, modelo este que esteve na base para a concepção de diversos instrumentos de avaliação do auto-conceito (Fox, 1988; Marsh, 1994, 1997).

Este modelo considera a existência de um auto-conceito global, que se encontra no topo da pirâmide, e de diferentes dimensões do auto-conceito nos sub-níveis seguintes (cf. Figura 4).

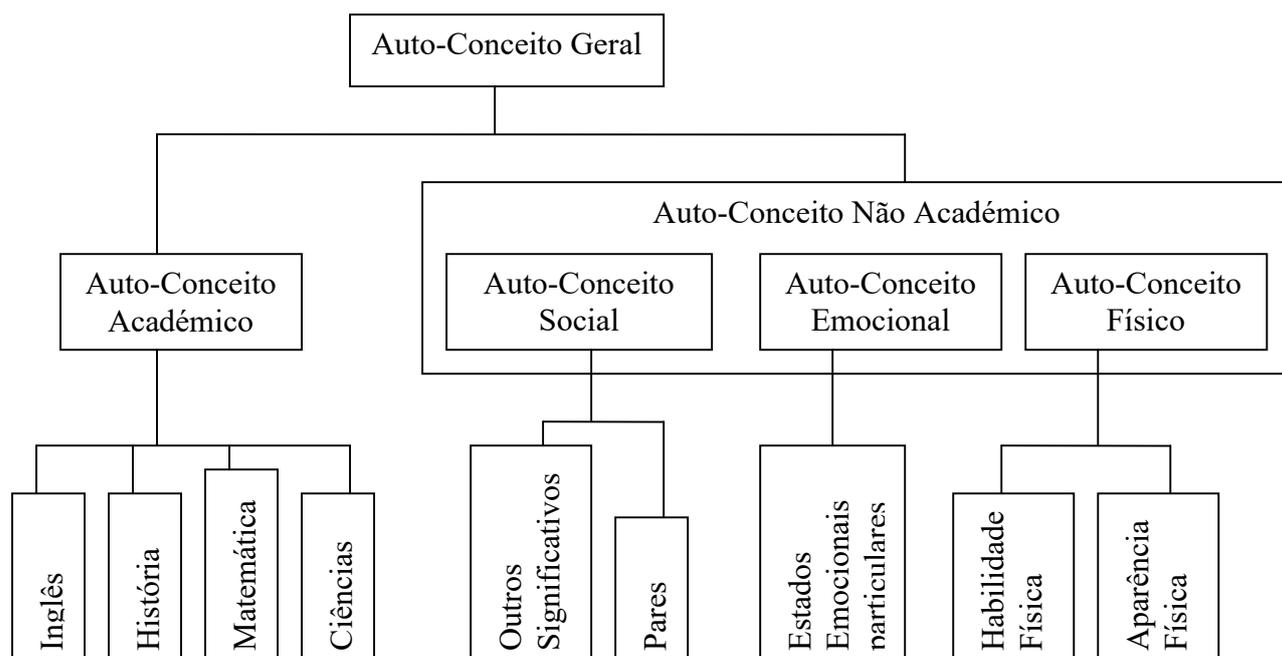


Figura 4. Modelo hierárquico multidimensional de Shavelson et al., (1976)

Como se pode ver na Figura 4, do auto-conceito geral que se encontra no topo da hierarquia, emana dois auto-conceitos específicos: o auto-conceito académico e o auto-conceito não-académico. Por sua vez, o auto-conceito académico comporta quatro domínios específicos, nomeadamente o inglês, a história, a matemática e as ciências. Já o auto-conceito não-académico, se subdivide em auto-conceito social, auto-conceito emocional e auto-conceito físico, cada um dos quais contemplando dimensões específicas. Assim, o auto-conceito social é influenciado pelos outros significativos e pelos pares; o auto-conceito emocional por estados emocionais particulares e, finalmente, o auto-conceito físico subdivide-se em habilidade física e aparência física.

Decorre daqui uma hierarquia, que vai do auto-conceito geral até à base, em que à medida que se vai descendo na hierarquia, mais situações específicas e diferenciadas em relação à autonomia se vão encontrar, nomeadamente em termos de avaliação e de atributos do comportamento.

Segundo Shavelson e colaboradores (1976), o auto-conceito pode ser definido por seis características principais: Organizado e estruturado; hierárquico; estável; multifacetado; descritivo e avaliativo; diferenciado. No que se refere ao aspecto organizativo do auto-conceito, os indivíduos ao receberem informação acerca de si próprios, vão estabelecer categorias que se reflectem nas diferentes facetas, contribuindo, deste modo, para um auto-conceito multifacetado ou multidimensional. O auto-conceito possui, assim, uma organização hierárquica das suas diferentes facetas, ou seja, as percepções que o indivíduo vai tendo sobre si próprio, vão sendo orientadas a partir da base da hierarquia, onde se encontram as facetas mais diferenciadas, para o topo, onde se encontra o auto-conceito geral. Por conseguinte, a estabilidade, que está no topo, diminui à medida que as suas facetas se tornam mais diferenciadas, isto é, mais específicas de uma determinada situação.

Para além disso, o auto-conceito torna-se mais multifacetado à medida que o indivíduo envelhece, já que as facetas que o constituem reflectem o sistema de categorias adoptado por

um dado indivíduo e/ou partilhado por um determinado grupo. Quanto ao aspecto avaliativo do auto-conceito, este permite que o indivíduo se auto-avale e que tenha possibilidade de fazer uma retrospectiva dos seus comportamentos e daí retire informação útil para novas situações. Por fim, o auto-conceito caracteriza-se por ser diferenciável, isto é, o auto-conceito pode facilmente diferenciar-se de outras variáveis, podendo compara-las entre si para averiguar possíveis relações (Albuquerque & Oliveira, 2001).

Em síntese, o modelo de Shavelson e colaboradores (1976), dadas as suas características, apresenta-se como uma boa hipótese de trabalho, tendo sido um dos primeiros modelos a ser testado empiricamente (Bryne & Shavelson, 1996), de que resultaram algumas modificações à versão inicial. Uma dessas alterações tem a ver com o facto de a versão inicial preconizar a existência de uma correlação substancial entre as diferentes componentes que constituem o auto-conceito, já que os dados empíricos parecem sugerir a não existência de uma tão forte hierarquização. Uma outra alteração diz respeito ao facto de cada uma das componentes ser regulada pelo seu próprio auto-conceito (Marsh, Byrne & Shavelson, 1988).

2.6 - Relação entre Abandono Aprendido e a Auto-Estima

O indivíduo tem uma grande necessidade de se auto-valorizar, mesmo que para isso distorça a realidade sobre ele próprio para que se percepcione sempre da maneira mais positiva possível. Na verdade, a uma atribuição causal feita directamente a um indivíduo pode originar que os êxitos lhe sejam atribuídos directamente e que os fracassos sejam atribuídos a factores externos. No entanto, o oposto também pode ocorrer, em que os fracassos são atribuídos a factores individuais e os êxitos a circunstâncias exteriores. Independentemente de qual seja a situação, ambas têm uma necessidade atributiva que, como vimos, constitui uma premissa essencial no abandono aprendido. De facto, na primeira situação descrita, valoriza-

se o acontecimento enquanto que na segunda a auto-estima do indivíduo é directamente afectada (Fox, 2000).

Perante estas situações, indivíduos com diferentes níveis de auto-estima irão reagir de forma diferente. Um indivíduo que tem uma auto-estima elevada tende a encarar as situações do seu dia a dia de uma forma muito mais positiva do que aqueles indivíduos que tem uma auto-estima mais baixa, já que tendem a efectuar frequentemente atribuições causais internas, estáveis e controláveis perante resultados positivos. De facto, estas atribuições apresentam-se consistentes com a percepção individual, sendo no entanto, variáveis de indivíduo para indivíduo (Ames, 1978; Dweck & Elliot, 1984).

De facto, vários autores acreditam que o factor essencial para a formação de uma auto-estima positiva é a percepção que os indivíduos têm da sua responsabilidade quando experienciam esses mesmos sucessos. Assim, o auto-conceito apresenta uma boa capacidade preditiva em relação às expectativas, estabelecendo com elas uma correlação positiva (Diener & Dweck, 1978; Dweck & Elliot, 1984). Ou seja quando o indivíduo assume a responsabilidade sobre um determinado acontecimento e se este for positivo, além da auto-estima aumentar, aumentam também as probabilidades de sucessos futuros. De salientar que o contrário também se aplica, embora se o indivíduo atribuir os insucessos a causas externas vai conseguir separar o seu desempenho/avaliação da causa em si. Quando isto acontece, o nível de aptidão individual aumenta. Deste modo, as atribuições feitas pelo indivíduo variam em função do auto-conceito individual podendo produzir, ou não, abandono aprendido (Markus, 1977).

Sobre este assunto, Valas (1991), apresentou um estudo sobre a relação entre a realização académica, o abandono aprendido e o ajustamento psicológico, nomeadamente a nível da auto-estima e da depressão, em função do sexo e da idade. O autor avaliou o abandono aprendido numa amostra de 1580 estudantes, que se encontravam a frequentar o terceiro, quarto, sexto, sétimo, oitavo e nono anos. Os resultados demonstraram que a

realização académica se encontra directa e indirectamente relacionada com o modelo atributivo, assim como as expectativas á cerca da realização escolar, o abandono e a auto-estima. Para além disso, verificou-se que o abandono aprendido e as expectativas académicas se encontram significativamente relacionadas com a auto-estima. No que diz respeito ao sexo, os rapazes mostraram ter um comportamento de maior abandono do que as raparigas, mas, em contrapartida, as raparigas demonstraram ter um maior desajustamento psicológico, nomeadamente a nível da auto-estima que foi significativamente mais baixa comparativamente aos rapazes.

2.7 - Abandono Aprendido e Auto-Estima em Contexto de Exclusão Social

Desde a experiência pioneira do abandono aprendido que este fenómeno tem vindo a ser aplicado em diversas áreas do comportamento humano, como a depressão (e.g., Seligman, 1975), a violência doméstica, as relações abusivas, as dificuldades de aprendizagem (e.g., Arnold, 1996/1997), os cuidados paliativos (e.g., Kim, Suh & Ahn, 2000) e os comportamentos de adicção, bem como em diversos contextos, como o prisional (Lima Santos; Lima e Faria, submetido), ou contextos sócio-económicos desfavorecidos (Lima Santos et al., 2003).

No contexto da exclusão social, e de acordo com a revisão da literatura efectuada, são poucos os estudos que incidiram sobre populações específicas (sendo uma excepção cf., e.g., Langer & Rodin, 1976, para um estudo com idosos sem abrigo). De facto, a grande maioria dos estudos incide nos efeitos do abuso de substâncias psicotrópicas no abandono aprendido. Ora, na medida em que os excluídos de rua têm frequentemente várias dependências apresenta-se, a seguir, uma síntese de alguns desses estudos.

Partindo do princípio que o baixo auto-controle e a falta de sentido na vida se encontram associadas ao abandono aprendido, e que têm sido descritos como factores que podem contribuir para a investida dos adolescentes no uso de drogas, assim como a manutenção de abuso de substâncias crónicas, Sterling; Gottheil; Weinstein; Lundy e Serota, avaliaram o abandono aprendido em 30 indivíduos consumidores regulares de cocaína, que estavam a procurar tratamento pela primeira vez. Os resultados indicaram que a escala do abandono aprendido era internamente consistente quando administrada a esta amostra clínica e que estes indivíduos exibiam níveis elevados de abandono aprendido.

Num outro estudo (2003) procuraram relacionar o abandono aprendido com as estruturas de tratamento de substâncias psicotrópicas, tendo verificado que os pacientes toxicodependentes diferem nas suas respostas a tipos de tratamento (mais estruturado, ou menos estruturado) baseado nos níveis prévios de abandono aprendido. De facto, quanto maior o abandono aprendido, maior a probabilidade dos toxicodependentes terem uma orientação comportamental para um tratamento mais estruturado. Em sentido inverso, os toxicodependentes com níveis mais baixos de abandono aprendido conseguiram ter sucesso num tipo de tratamento menos estruturado.

O porquê dos indivíduos toxicodependentes com maior abandono aprendido terem maior aptidão para tratamentos mais estruturados pode ser explicado, em parte, pelas teorias atribucionais e cognitivas. Em primeiro lugar, os indivíduos com um maior abandono aprendido tendem a atribuir o seu fracasso a factores externos para conseguirem exercer controle sobre eles próprios. Este estilo atribucional negativo leva a expectativas de que os resultados são incontornáveis em qualquer situação. Ora, como os toxicodependentes se encontram passivamente “presos” a mal adaptações comportamentais, acabam por beneficiar com situações de directividade, tendo, assim, um maior sucesso em programas de tratamento muito estruturados. Por outro lado, e à luz da teoria cognitiva reformulada do abandono aprendido aplicada à depressão humana, quanto mais elevados forem os níveis de abandono

aprendido nos indivíduos, mais tendem a explicar as suas causas internas negativas através de eventos externos negativos, o que conduz à perda de auto-estima e de auto-eficácia.

Como nos diz Gonçalves (2002), os indivíduos toxicodependentes exibem frequentemente alterações da auto-imagem e perturbações afectivas. Em relação à auto-imagem, são indivíduos que acabam por se desleixar, sendo isto um sintoma de patologia do tipo depressivo enquadrado no síndrome do abandono aprendido. Em relação às perturbações afectivas, estas assumem sucessivas desvinculações na sua trajectória de vida, onde alternam estados de depressão e ansiedade. Por conseguinte, não é de estranhar que o toxicodependente se isole em si mesmo, vivenciando a solidão ao mesmo tempo que se volta para o exterior tendo comportamentos heteroagressivos e contestatários (Gonçalves, 1999). É através das características da sua personalidade, a par do pouco controlo da sua impulsividade, de níveis elevados de ansiedade, da labilidade afectiva, da existência de comportamentos promíscuos, da baixa resistência à frustração e da existência de perturbações individuais, que o sujeito vai investindo e desinvestindo. Ora, este desinvestimento é, desde logo, um sinal de abandono aprendido (Gonçalves, 2002).

E, como vimos, o síndrome de abandono aprendido pode influenciar, e pode ser influenciado, pelo auto-conceito e pela auto-estima do sujeito, o que poderá condicionar e limitar o seu bem-estar psicossocial. Isto é particularmente importante se pensarmos na vertente dinâmica do auto-conceito (Burns, 1979, 1982; Erthal, 1986; Faria & Silva, 2001; Marsh et al, 1983; Markus & Wurf, 1987; Reynolds, 1988; Shavelson et al, 1976; Oliveira, 2001).

De facto, vários estudos têm analisado a auto-estima em situações de crimes, de comportamentos violentos, de comportamentos anti-sociais e de comportamentos desviantes, situações estas que frequentemente se encontram nos excluídos de rua, já que estes indivíduos são maioritariamente toxicodependentes e, de acordo com estatísticas recentes (2004) os consumidores de heroína cometem 15 a 20 vezes mais crimes (principalmente roubos e

assaltos) do que aqueles que não são dependentes de substâncias psicotrópicas, porque estão desesperados para arranjar dinheiro.

Um dos estudos que referencia esta problemática é um estudo que explora a ligação controversa entre a baixa auto-estima global com a agressão, comportamento anti-social e delinquência. Neste estudo, Donnellan, Trzesniewski, Robins, Maffitt e Caspi (2005) descobriram uma relação robusta entre a auto-estima e estes problemas exteriorizados. Esta relação foi auto-reportada pelos professores, pelos pais e por participantes de diferentes nacionalidades (Americanos e Nova Zelandeses) e adolescentes. Esta relação foi ainda testada sectorialmente e longitudinalmente, tendo sido controladas variáveis como o QI, o estatuto sócio-económico, as relações pais-filhos e grupo de pares. Os principais resultados observados sugerem que os efeitos da auto-estima no comportamento agressivo foram independentes do narcisismo, resultados estes que não eram esperados visto os indivíduos narcísicos, com alta auto-estima, tenderem a ser mais agressivos.

Dominicus (1997/1998), da Universidade de Howard e através das pesquisas anteriores onde se tinha descoberto que a auto-estima é um dos construtos de maior importância na promoção de mudanças na vida nas mulheres sem-abrigo, tentou averiguar os efeitos da cura holística na auto-estima de mulheres sem abrigo vítimas de agressão em comparação com outros modelos. De salientar que a cura holística em outras populações tem salientado o papel da auto-estima na mudança de comportamentos. Assim, Dominicus comparou a auto-estima de trinta mulheres que receberam tratamento de bem-estar holístico com outras trinta mulheres, da mesma idade e do mesmo nível sócio-económico, mas que não receberam esse tratamento. Os resultados sugeriram que a cura pelo bem-estar holístico ajuda a uma mudança de vida, o que dá pistas para outros programas, que não têm incluído o reforço da auto-estima dos seus participantes.

Costello e Dunaway (2003), da Universidade da Islândia, tentaram averiguar a relação entre o egotismo e o comportamento desviante. Desafiando a ideia de que uma baixa auto-estima causa violência, os autores consideram que indivíduos com elevada auto-estima reagirão violentamente quando enfrentam ameaças ao seu ego. Trata-se, pois, de um estudo que apresenta um teste preliminar da hipótese de ameaça do egotismo com uma amostra populacional de crianças da escola primária e secundária. Estes resultados mostram que o egotismo se encontra possivelmente associado com a violência e com a não-violência e que esta relação depende do controlo de alguns preditores importantes da delinquência, incluindo o controlo social e o auto-controlo. Estes resultados dão, assim, algum suporte à hipótese da ameaça do egotismo e sugere que deve ser continuada a investigação nesta área.

Por fim, diversos outros autores estudaram a relação entre crime, violência e a auto-estima. Kelley (1978), por exemplo, descobriu a correlação entre delinquência e auto-estima, tendo verificado que quando foram implantados programas com o objectivo de aumentar a auto-estima dos participantes, os incidentes de comportamento delinvente nas escolas diminuiu. Um outro autor (Kaplan, 1975) descobriu evidências que indivíduos com baixa auto-estima foram indivíduos que experienciaram por diversas vezes o fracasso. Deste modo, uma maneira de diminuir a delinquência pode ser a de promover a auto-estima. Isto é particularmente importante se pensarmos que uma baixa auto-estima pode tornar-se numa fonte tremenda de ódio, raiva e hostilidade, que frequentemente resulta em violência.

De facto, Toch e Davis (1993) concluíram que dos 10 factores que promovem a violência, o mais comum é a “compensação da auto-imagem” que envolve a agressividade como meio de defender a auto-imagem. Assim, estes autores descobriram que muitos indivíduos cometem violência para compensar os seus sentimentos de insegurança e de baixa auto-estima. Por sua vez, Sahagan e Lopes (1992) afirmam que as crianças se juntam a *gangs* pela sua necessidade de pertença, de reconhecimento da sua identidade, tradição e pela pressão grupal. Logo, numa das estratégias para se reduzir o número de membros de um *gang*

deveria centrar-se no reforço da auto-estima individual para que estes indivíduos não necessitem de se agrupar em *gangs* para satisfazer as necessidades humanas básicas. Em 1979, a Associação Internacional de Chefes da Polícia concluiu que uma significativa perda da auto-estima é a causa imediata de comportamento desviante.

2.8 - Síntese

Ao assumir-se como uma dimensão importante do ajustamento psicossocial de cada indivíduo, o auto-conceito, em geral, e a auto-estima, em particular, poderão contribuir para a implementação e para a manutenção de condutas desviantes e anti-sociais. Para além disso, se a uma baixa auto-estima se aliar o síndrome de abandono aprendido estas condutas poderão, por um lado, e em casos mais extremos, culminar numa situação de exclusão social e, por outro lado, estar na base de insucessos de programas de intervenção e de reintegração sócio-profissional. Na verdade, a literatura especializada tem sugerido não só uma correlação negativa entre auto-estima e abandono aprendido, mas também uma relação causal recíproca, em que uma baixa auto-estima pode conduzir a uma situação de abandono aprendido e vice-versa.



ESTUDO EXPLORATÓRIO DO ABANDONO APRENDIDO E DA AUTO-ESTIMA EM *ARRUMADORES DE CARROS*

3.1 - Justificação

De acordo com o relatório anual do Instituto da Droga e da Toxicodependência de 2004, 19% dos indivíduos que marcam a primeira consulta nos Centros de Atendimento a Toxicodependentes (CAT), acabam por não comparecer ao primeiro atendimento. Já em relação aos indivíduos que integraram tratamentos em comunidades terapêuticas, a percentagem de desistências é maior, ascendendo para 42% dos indivíduos que saíram sem alta programada, isto é, que abandonaram.

Também no caso do Programa Porto Feliz os dados não são animadores: de acordo com o Centro de Investigação dos Problemas Sociais (CIPS), mais de metade - 58% - dos indivíduos que integraram o programa o abandonaram. Destes, 18% abandonaram durante a fase de desintoxicação, 37% na fase do ambulatório e apenas 1% na fase de *follow up*.

Estes números dão que pensar. Que características terá este tipo de população, que os faz abandonar os programas de tratamento? No sentido de contribuir para esta questão, realizou-se o presente estudo com o propósito de caracterizar estes indivíduos em relação a duas dimensões psicológicas relevantes – o abandono aprendido e a auto-estima.

A opção pela condução de um estudo empírico neste domínio, ainda de carácter exploratório, deve-se, por um lado, ao papel importante que estas duas variáveis assumem no ajustamento psicossocial e no comportamento dos indivíduos (cf. Capítulo 2) e, por outro lado, à falta de estudos internacionais e nacionais num dos contextos específicos da exclusão social

- os *arrumadores de carros* -, uma realidade que, nas últimas décadas, tem vindo a ganhar elevada visibilidade nas sociedades contemporâneas.

3.2 - Objectivos e Variáveis

Neste quadro, o presente trabalho tem como principal objectivo avaliar o Abandono Aprendido e a Auto-Estima no contexto da exclusão social. Concretamente, pretende-se avaliar estas duas variáveis psicológicas em *arrumadores de carros* que exercem a sua actividade na cidade do Porto.

De um ponto de vista mais específico, pretende-se avaliar a existência de diferenças a nível do Abandono Aprendido e da Auto-Estima em três grupos de indivíduos, dois que se encontram a frequentar diferentes programas de intervenção sócio-sanitária (i.e., Porto Feliz Livre de Drogas e Porto Feliz Redução de Riscos e Minimização de Danos) e um grupo que não frequenta, nem frequentou, nenhum programa (i.e., indivíduos que vivem na rua e exercem a sua actividade de *arrumadores de carros*).

Um segundo objectivo específico foi o de analisar a relação entre dois construtos psicológicos nesta amostra específica. Assim, as variáveis dependentes em estudo são o Abandono Aprendido e a Auto-Estima e a variável independente é Arrumadores de Carros, que se encontra operacionalizada em três níveis: Porto Feliz Livre de Drogas (que contempla indivíduos que se encontram actualmente a frequentar o referido programa), Porto Feliz Redução de Riscos (que reúne indivíduos que frequentam este programa menos estruturado) e Rua (cujos indivíduos são actualmente *arrumadores de carros* e não frequentam nenhum programa de intervenção sócio-sanitária).

3.3 – Hipóteses

De acordo com os objectivos propostos, foram formuladas três hipóteses. De salientar que dado o carácter exploratório do presente estudo, e a especificidade da amostra, optou-se, no caso dos estudos diferenciais, por se elaborar hipóteses nulas, já que na revisão da literatura efectuada não foram encontradas investigações com *arrumadores de carros*. Assim, as hipóteses consideradas foram as seguintes:

H 1: Não existem diferenças na manifestação do Abandono Aprendido nos três grupos de *arrumadores de carros*.

H 2: Não existem diferenças na Auto-Estima nos três grupos de *arrumadores de carros*.

No caso do estudo correlacional realizado, e tendo em consideração a revisão da investigação no domínio da relação entre Abandono Aprendido e Auto-Estima, formulou-se a seguinte hipótese:

H 3: Existe uma relação negativa entre o Abandono Aprendido e a Auto-Estima (e.g., Markus, 1997).

3.4 – Método

3.4.1 – Participantes

Participaram neste estudo 75 indivíduos em situação de exclusão social, na cidade do Porto, escolhidos aleatoriamente. Destes, 25 encontram-se a frequentar o programa Porto

Feliz Livre de Drogas, 25 no programa Porto Feliz Redução de Riscos e Minimização de Danos e 25 são *arrumadores de carros* que se encontram na Rua e no momento não integraram nenhum programa. Estes grupos foram designados, respectivamente, por Porto Feliz Livre de Drogas, Porto Feliz Redução de Riscos e Rua.

Como se pode ver no quadro 2, a amostra é predominantemente masculina (69%), sendo o grupo Porto Feliz Livre de Drogas constituído apenas por homens havendo 4 mulheres no grupo Porto Feliz Redução de Riscos e 2 no grupo Rua. Em relação à idade, a média total é de 38 anos, (DP=7,86), embora o grupo Porto Feliz Livre de Drogas abarque, em termos médios, indivíduos mais velhos.

Quadro 2. *Características dos grupos quanto à Idade e ao Sexo.*

Grupo	n	Idade				Sexo	
		Média	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo	F	M
Porto Feliz Livre de Drogas	25	40,88	7,81	29	54	0	25
Porto Feliz Redução de Riscos	25	35,92	7,18	26	53	4	21
Rua	25	36,28	7,89	27	60	2	23

Em relação ao estado civil, e como uma inspeção ao quadro 3 revela, os grupos encontram-se relativamente equilibrados, observando-se um predomínio de indivíduos solteiros (39%). Segue-se a categoria de “divorciado/separado”, que representa 25% do total de indivíduos. A categoria menos representada é a de “viúvo”.

Quadro 3. *Distribuição dos indivíduos por grupo quanto ao estado civil*

Grupo	Estado Civil			
	Solteiro	Casado/ União de facto	Divorciado/ Separado	Viúvo
Porto Feliz Livre de Drogas	12	4	8	1
Porto Feliz Redução de Riscos	12	6	7	0
Rua	15	4	4	2

No que diz respeito à escolaridade, verifica-se que a escolaridade média para o total da amostra é de 6 anos (DP=3,14), encontrando-se os 3 grupos relativamente equilibrados (cf. Quadro 4). Tanto no grupo Porto Feliz Livre de Drogas, como no grupo Rua, o máximo de literacia atingido é de 15 anos de estudo, o que corresponde à frequência universitária. Quanto ao número de reprovações este é, em média, de 2 anos em cada grupo. Por fim, a média de entrada na escola dos três grupos é de 6 anos e a de saída é de 15 anos, para os grupos Porto Feliz Livre de Drogas e Rua, e de 14 anos para o grupo Porto Feliz Redução de Riscos.

Quadro 4. Médias e respectivos desvios-padrão, mínimos e máximos por grupo quanto à escolaridade à idade de entrada e de saída da escola e o nº de reprovações

Grupo	Escolaridade				Idade de entrada				Idade de saída				Nº de Reprovações			
	M	DP	Min	Max	M	DP	Min	Max	M	DP	Min.	Máx	M	DP	Min	Max
Porto Feliz Livre de Drogas	6,36	3,99	0	15	6,24	,72	5	8	14	4,69	8	31	1,58	1,47	0	5
Porto Feliz Redução de Riscos	5,72	2,39	1	11	6,24	,44	6	7	13	1,81	10	17	2,04	2,34	0	9
Rua	6,20	2,92	3	15	6,16	1,02	5	10	15	2,40	10	20	2,32	2,27	0	7

No que diz respeito à experiência profissional, todos os participantes do grupo Porto Feliz Livre de Drogas e a grande maioria dos participantes dos outros dois grupos já exerceram mais do que uma profissão. (cf. Quadro 5). De facto, só 7 indivíduos do Grupo Porto Feliz Redução de Riscos e 5 do grupo Rua não exerceram outra actividade laboral.

Para os indivíduos que já exerceram uma actividade, as profissões mais frequentes foram a de trolha/construção civil (10,57% dos indivíduos), seguida da de empregada de balcão/mesa (9,71%) e da de carpinteiro (7,14%). A descrição das profissões exercidas pelos indivíduos dos 3 grupos pode ser consultada em anexo (cf. Anexo A).

No que diz respeito à situação actual face ao emprego, observa-se uma grande variação entre os grupos (cf. Quadro 5). No grupo Porto Feliz Livre de Drogas, a maioria dos participantes encontra-se desempregada. Apenas 4 indivíduos se encontram empregados por

conta de outrem e com contratos a termo certo, visto serem empregos protegidos como Pocs ou Programas Vida-Emprego, e 1 indivíduo que faz “Biscates”. Relativamente ao grupo Porto Feliz Redução de Riscos, a maioria encontra-se igualmente desempregada, estando apenas 1 indivíduo empregado, 1 incapacitado e 4 reformados. Já no grupo Rua, todos os indivíduos se encontram na rua a arrumar carros, há 3 anos e meio, em média.

Quadro 5. *Número de indivíduos por grupo quanto à sua situação profissional actual e quanto ao exercício de outras profissões no passado*

Grupo	Profissões anteriores	Situação Actual			
		Empregado	Desempregado	Arrumador carros	Outros
Porto Feliz Livre de Drogas	25	4	20	0	1
Porto Feliz Redução Riscos	18	1	19	0	5
Rua	20	0	0	25	0

Nota: “Outros”= Reformado ou Incapacitado ou realiza Biscates

Em relação aos desempregados, os dados indicam ser um desemprego de longa duração: os indivíduos do grupo Porto Feliz Redução de Riscos estão, em média, desempregados há 6,45 anos, enquanto que o grupo Porto Feliz Livre de Drogas a média é mais baixa de 3,56 anos, visto muitos utentes do programa já terem conseguido dentro do programa arranjar emprego. De salientar, que neste caso os trabalhos são temporários, com uma duração média de um ano, apresentando, por conseguinte, poucos indivíduos activos neste momento.

Apesar da elevada taxa de desemprego, a grande maioria dos sujeitos (75%) nunca fez formação profissional. Apenas 19 dos indivíduos frequentaram a formação profissional ($n=9$

do grupo Porto Feliz Livre de Drogas e $n=5$ de cada um dos dois grupos restantes), tendo treze deles terminado com sucesso.

Intimamente relacionada com a situação profissional encontram-se as fontes de rendimento. Os indivíduos pertencentes ao grupo Porto Feliz Livre de Drogas são, na sua maioria, subsidiados pela segurança social: 1 indivíduo através do RMG, 17 com um subsídio para gastos pessoais, transporte e medicação, e 2 com uma reforma por invalidez. Os restantes 4 auferem um salário pelo seu trabalho. Em relação ao grupo Porto Feliz Redução de Riscos, o panorama é semelhante: 10 auferem um subsídio para transporte e gastos pessoais, 8 recebem o RMG, 5 recebem a reforma por invalidez, 1 tem apoio familiar e 1 recebe salário. Já no que diz respeito ao grupo Rua, as suas fontes de rendimento provêm maioritariamente da actividade de “arrumar” carros ($n=24$), só um indivíduo que para além de “arrumar” carros também recebe o RMG.

Quanto ao estado de saúde dos indivíduos, a grande maioria ($n=41$; 55%) tem realmente problemas, que pode ser HIV, Hepatite B e C e/ou Tuberculose (cf. Quadro 6). Dos restantes 34 indivíduos não tem problemas e 25% desconhecem a sua situação actual. De salientar que o grupo Rua apresenta um padrão de saúde/doença relativamente diferente dos outros dois grupos, já que a maior percentagem é de indivíduos que não sabem se têm qualquer doença (44%).

Para além destes problemas, 5 indivíduos do total da amostra (2 do grupo Porto Feliz Livre de Drogas e 3 do grupo Rua) apresentam algum tipo de deficiência ou limitação, nomeadamente um membro inferior amputado ($n=2$), incapacidade de 80% numa perna e num braço ($n=1$), problemas de visão ($n=1$) e amputação do membro superior direito.

Apesar dos problemas de saúde evidenciados, apenas os grupos Porto Feliz Livre de Drogas e o Porto Feliz Redução de Riscos, recebem cuidados médicos, visto estarem integrados num programa, e a serem acompanhados por estruturas de saúde. Já quanto ao grupo Rua nenhum dos seus elementos esta a ter qualquer tipo de apoio a nível da saúde.

Quadro 6. *Distribuição dos sujeitos por grupo quanto ao conhecimento e tipo de problemas de saúde*

Grupo	Problemas de Saúde			Doenças			
	Não	Não sei	Sim	HIV	HB	HC	TUB
Porto Feliz Livre de Drogas	7	4	14	8	3	2	1
Porto Feliz Redução de Riscos	3	4	18	18	0	0	0
Rua	5	11	9	4	1	4	1

Relativamente ao consumo de álcool, apenas 8 indivíduos se consideram dependentes (5 do grupo Porto Feliz Livre de Drogas, dos quais 3 recebem cuidados médicos no sentido de conseguirem controlar a bebida, e 3 do grupo Rua, onde nenhum deles se encontra a ser apoiado).

Já no que diz respeito ao consumo de drogas, todos os indivíduos foram consumidores de drogas duras (cf. Quadro 7). Actualmente o grupo Porto Feliz Livre de Drogas não consome qualquer tipo de drogas duras e apenas doze consomem drogas leves (e.g., haxixe). Por sua vez, todos os indivíduos do grupo Porto Feliz Redução de Riscos tomam a metadona, enquanto que os indivíduos do grupo Rua continuam a consumir drogas duras.

Todos os indivíduos pertencentes ao grupo Porto Feliz Livre de Drogas efectuaram uma desintoxicação durante dez dias no Centro Hospitalar Conde Ferreira. Quanto ao grupo Porto Feliz Redução de Riscos, apenas doze referem já ter feito uma desintoxicação, enquanto que no grupo Rua este número ascende para dezasseis.

Quanto ao tempo que os indivíduos dos três grupos ficaram sem consumir este é bastante variável. O grupo que está em média, há mais tempo sem consumir é o Porto Feliz

Livre de Drogas ($n=25,80$ meses), logo seguido do grupo Porto Feliz Redução de Riscos, ($n=19,88$ meses), e por último, o grupo Rua, cujo tempo de abstinência é 6 meses.

Quadro 7. *Distribuição dos sujeitos por grupo em função do padrão de consumo prévio e actual*

Grupo	Consumo Prévio		Consumo Actual			
	Drogas Duras	Sem Consumo	Metadona	Drogas Leves	Drogas Duras	Sem Consumo
Porto Feliz Livre de Drogas	25	0	0	12	0	25
Porto Feliz Redução de Riscos	25	0	25	0	0	0
Rua	25	0	0	0	25	0

O tempo de consumo prévio de drogas duras varia igualmente entre os grupos: o grupo Porto Feliz Livre de Drogas consumiu, em média, drogas duras durante um período de 17 anos, enquanto que o Porto Feliz Redução de Riscos consumiu, em média, 12 anos e o grupo Rua 14 anos.

Passando agora à história familiar dos inquiridos, observa-se que, de uma maneira geral, estes não têm grande apoio familiar. O grupo Porto Feliz Livre de Drogas está bastante dividido em relação ao apoio familiar: 8 indivíduos não têm nenhum apoio, 4 têm pouco apoio, 8 têm algum apoio e 5 têm muito apoio. Em relação aos contactos familiares, a maioria ($n=13$) mantém contactos regulares com a família, 6 contactam a família esporadicamente, 3 de modo intermitente e apenas três não estabelece qualquer tipo contacto.

Já no grupo Porto Feliz Redução de Riscos, 9 indivíduos não tem qualquer apoio familiar, 8 tem pouco apoio, 4 têm algum e outros e os restantes 4 têm muito apoio familiar. Quando ao número de contactos, verifica-se que 9 indivíduos mantém contactos regulares, 7 têm contactos esporádicos, 5 têm contactos intermitentes e 4 não têm qualquer contacto com a família de origem.

Por fim, os indivíduos que integram o grupo Rua são aqueles que se encontram mais desprovidos tanto em relação ao contacto como ao apoio familiar. De facto, 14 indivíduos não têm nenhum apoio, 8 têm pouco apoio, 2 ainda têm algum apoio e só 1 refere ter muito apoio familiar. No que concerne aos contactos, verifica-se que apenas 3 mantêm contactos regulares, 7 têm esporádicos, 3 intermitentes e a grande maioria ($n=12$) não tem qualquer contacto familiar.

Quanto aos familiares propriamente ditos, a grande maioria não tem antecedentes criminais ($n=55$ vs. $n=20$ com antecedentes criminais) mas apresentam hábitos de consumo regulares de drogas e de álcool (cf. Quadro 8).

Quadro 8. *Hábitos de consumo dos familiares dos sujeitos por grupo*

Grupo	Álcool	Drogas	Sem hábitos de consumo
Porto Feliz Livre de Drogas	5	7	13
Porto Feliz Redução de Riscos	6	9	10
Rua	7	10	8

Por último, apresenta-se no Quadro 9, o tipo de habitação por grupo em estudo. Destaca-se o facto de os indivíduos pertencentes ao Porto Feliz independentemente do programa viverem maioritariamente numa das casas abrigo do programa, enquanto que os indivíduos do grupo Rua vivem, na sua maioria, na rua.

Quadro 9. *Distribuição do número de sujeitos por tipo de habitação e por grupo*

Grupo	Casa Própria	Casa Família	Pensões	Casa Abrigo	Rua
Porto Feliz Livre de Drogas	0	1	0	24	0
Porto Feliz Redução de Riscos	2	5	5	13	0
Rua	0	3	2	0	20

3.4.2 - Material

A selecção e caracterização dos participantes foi feita através de um Questionário Sócio-Demográfico construído para o efeito (cf. Anexo B). A avaliação do Abandono Aprendido e da Auto-Estima foi feita através da Escala de Abandono Aprendido, de Quinless e McDermott (1988); adaptação portuguesa de Lima Santos & Ribeiro (1999), e da Escala de Auto-Estima Global de Rosenberg (1979).

Escala de Abandono Aprendido

A Escala do Abandono Aprendido (cf. Anexo C) é constituída por 20 itens, indicadores consistentes do abandono aprendido. Estes 20 itens encontram-se organizados em 10 itens positivos e 10 itens negativos, de modo a minimizar a indução das respostas. Estas respostas são avaliadas numa escala tipo *Likert*, com 4 pontos, que variam de “Concordo Totalmente” a “Discordo Totalmente”. O valor 1 é atribuído ao “Discordo Totalmente”, e o de 4 ao “Concordo Totalmente”. Assim, quanto mais elevada for a pontuação obtida (que varia de um mínimo de 20 a um máximo de 80) maior é a manifestação de abandono aprendido (Lima Santos et al., 2002).

No que diz respeito às qualidades psicométricas da versão portuguesa, a partir de uma amostra de 134 sujeitos, verificou-se bons níveis de fidelidade, analisada através do coeficiente de *alpha* de Cronbach, em que se obteve um valor elevado ($\alpha=0,97$), bem como através da análise das correlações dos itens com a escala total, tendo-se observado a homogeneidade da escala (Lima Santos et al., 2002).

No que diz respeito à validade, esta foi avaliada através da análise factorial, tendo-se obtido uma estrutura unifactorial que explica 65,4% da variância total dos resultados.

No que concerne ao estudo da sensibilidade, foram observados valores que asseguram uma boa dispersão dos resultados da escala.

Dada as boas qualidades psicométricas evidenciadas no estudo de Lima Santos e colaboradores (2002), bem como em estudos posteriores (e.g. Lima Santos et al., 2003), optou-se por a utilizar no presente estudo.

Escala de Auto-Estima Global

O auto-conceito é definido como “uma organização de partes e componentes (...), organizados hierarquicamente e inter-relacionados de modo complexo” (Rosenberg, 1979, p. 73), Rosenberg elaborou uma escala que permite avaliar a auto-estima global (cf. Anexo D), constituída por 10 itens, cinco destes itens são positivos, enquanto que os outros cinco são negativos. Assim, foram formuladas diferentes questões e com pontuações diferentes. Os depoimentos positivos e negativos não são apresentados consecutivamente para se reduzir o perigo de respostas direccionadas.

Trata-se de uma Escala tipo *Likert*, de 6 valores, que varia do “Concordo Totalmente” ao “Discordo Totalmente”. No meio encontra-se o “Concordo Parcialmente” e o “Discordo Parcialmente”. Nas questões positivas o “Concordo Totalmente” corresponde a seis valores, enquanto que nas questões negativas equivale a um valor. Por conseguinte, quanto maior for a pontuação obtida (que varia entre um mínimo de 10 e um máximo de 60), maior será a auto-estima.

A escolha deste instrumento deve-se, por um lado, à brevidade e à facilidade de aplicação e por outro lado, ao facto de já ter sido validado por vários autores em diversas populações (e.g. Hagborg, 1993, citado por Baptista, 1995; Rosenberg, 1979). Para além disso, a escala tem evidenciado boas qualidades psicométricas, com um valor de *alpha* superior a 0,80 e uma estrutura unifactorial clara (Faria & Silva, 2000). Por outro lado, a versão portuguesa da Escala tem sido amplamente usada em varias populações portuguesas, quer de jovens (Baptista, 1995; Rodrigues, 1997; Silva, 1995) quer de pessoas idosas (Lopes, 1996).

Por último, trata-se de uma escala que é considerada como um dos melhores instrumentos para avaliar a Auto-Estima Global (Wylie, 1974; Sonstroem & Potts, 1996, citado por Dinis, 1995).

3.4.3 - Procedimento

Os indivíduos pertencentes ao grupo Porto Feliz Livre de Drogas e o Porto Feliz Redução de Riscos, na medida em que residem em casas abrigo e fazem tomas de medicação no Centro Hospitalar Conde Ferreira, e na Casa Vila Nova, respectivamente, foram observados nesses locais após autorização do Director do Projecto Porto Feliz. Assim, foi realizado um cronograma com a data, hora e local, no sentido de facilitar a sensibilização dos indivíduos para a participação neste estudo.

Em relação ao grupo Rua, como estes indivíduos constituem a *franja* dos mais excluídos de rua, o processo de administração dos questionários foi mais difícil e moroso, por um lado, porque em algumas situações se encontravam a “ressacar” e tinham de ir consumir, e, por outro lado, porque simplesmente “não queriam conversa”. De facto, estas duas situações impossibilitaram a concretização de um objectivo inicial que consistia em observar um quarto grupo, o dos indivíduos que frequentaram, mas abandonaram o programa Porto Feliz, não tendo sido avaliado um número mínimo de sujeitos para a análise estatística. Os questionários do grupo Rua foram administrados em contexto de rua.

De salientar que dadas as características e particularidades da amostra em estudo, antes de se avaliar o Abandono Aprendido e a Auto-Estima, procedeu-se a uma reflexão falada dos instrumentos a utilizar, no sentido de averiguar da necessidade de se proceder a alterações da linguagem de modo a facilitar a compreensão das instruções e dos itens. Assim, neste estudo piloto, foram observados 10 sujeitos masculinos, de baixa escolaridade, e que se encontravam a frequentar o programa Porto Feliz Livre de Drogas. Na medida em que não surgiram dúvidas nem ambiguidades na compreensão dos itens que integram ambas as escalas, não

foram introduzidas alterações às versões portuguesas respectivas. Estes dez questionários não foram integrados na análise dos resultados.

Após este estudo prévio, procedeu-se à administração dos instrumentos, tendo-se recorrido à técnica do contrabalanceamento no sentido de evitar o enviesamento das respostas. Assim, em metade dos sujeitos de cada um dos três grupos a ordem de administração dos instrumentos foi a seguinte: Questionário Sócio-Demográfico, Escala de Abandono Aprendido e, por fim a Escala de Auto-Estima Global. Para a outra metade administrou-se primeiro o Questionário Sócio-Demográfico, seguido da Escala de Auto-Estima Global e, por último a Escala de Abandono Aprendido.

A administração foi feita individualmente, sendo de destacar que as desconfianças e as resistências que habitualmente surgem em situação de avaliação, assumem aqui maior proporção, dada as características da amostra. Assim, optou-se por, no momento da administração, assegurar com clareza o carácter anónimo e confidencial das respostas. Para além disso, no início de cada administração, foram apresentados os objectivos de estudo e, na medida em que se trata de indivíduos com uma escolaridade baixa, pautada por reprovações e analfabetismo, optou-se por se efectuar as questões verbalmente e transcrever as respostas dadas. Este procedimento revelou-se fundamental e imprescindível para a total adesão dos participantes, que inicialmente se mostraram desconfiados e apreensivos.

3.5 – Resultados

3.5.1. *Qualidades Psicométricas dos Instrumentos*

Dada a especificidade da amostra, foram realizadas análises às qualidades psicométricas dos dois instrumentos utilizados, no que diz respeito à fidelidade, à validade, à sensibilidade e ao poder discriminativo dos itens.

3.5.1.1 Escala de Abandono Aprendido

Fidelidade

A fidelidade diz respeito ao grau de confiança ou de exactidão dos resultados observados (Almeida & Freire, 2000), permitindo, deste modo, avaliar se o instrumento utilizado mede bem, isto é, de forma consistente (em que a totalidade dos itens que o constituem formam um todo homogéneo – consistência interna) e estável (em que se avalia o mesmo quando administrado aos mesmos sujeitos e em momentos diferentes). Na medida em que o presente estudo consistiu apenas na realização de uma única administração, procedeu-se à análise da consistência interna através do *alpha* de Cronbach.

Assim, no que diz respeito à consistência interna, os resultados observados evidenciam um valor de *alpha* bastante elevado (0,93), que se aproxima do valor observado pelos autores da adaptação portuguesa (Lima Santos et al., 2002) e que são superiores aos encontrados pelos autores da versão original (Quinless & McDermott, 1988) (cf. Quadro 10).

Quadro 10. Coeficientes de *alpha* relativos ao total de itens da Escala de Abandono Aprendido observados no presente estudo, na adaptação portuguesa de Lima Santos et al. (2002) e na versão original de Quinless e McDermott (1998)

	Quinless e McDermott (1988) (N=241)	Lima Santos et al. (2002) (N=134)	Presente Estudo (N=75)
<u>Alpha de Cronbach</u>	0,85	0,97	0,93

Por outro lado, e como se pode ver no Quadro 11, foram ainda observadas correlações satisfatórias da maioria dos itens com o total, o que reforça a homogeneidade da escala. Exceptua-se o caso do item 4 (“Não me coloco em situações de que eu não possa prever os resultados”) que apresenta uma correlação muito baixa com o total de itens, seguido dos itens 12 (“Não aceito uma tarefa se eu não pensar que serei bem sucedido”) e 8 (“Quando alguma

coisa não corre do modo como planeei, sei que é por causa de falta de capacidade da minha parte”).

Quadro 11. *Correlações item-total e valores de alpha da Escala de Abandono Aprendido*

Item	Correlação item-total	Alpha se item eliminado
1	,639	,925
2	,596	,926
3	,653	,925
4	,222	,933
5	,509	,928
6	,686	,924
7	,735	,923
8	,494	,928
9	,605	,925
10	,650	,925
11	,604	,925
12	,415	,929
13	,775	,922
14	,737	,923
15	,617	,925
16	,564	,926
17	,617	,925
18	,634	,925
19	,774	,922
20	,706	,923

Validade

A validade de um instrumento diz respeito à sua congruência, apresentando-se como uma qualidade psicométrica importante, já que permite conhecer em que medida as avaliações proporcionadas são válidas, logo, se o instrumento mede o que se propõe medir (Almeida & Freire, 2000).

Antes, porém, de se realizar o estudo da análise factorial do instrumento procedeu-se à análise da adequabilidade da amostra e da capacidade de rotação dos factores, nomeadamente

através do cálculo do coeficiente de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e do teste de esfericidade de Bartlett.

O valor de KMO encontrado foi de 0,87 o que, segundo Pestana e Gageiro (2000), indica a presença de uma análise factorial boa. No teste de esfericidade de Bartlett obteve-se um nível de significância inferior a 0,001, o que revela a existência de correlação entre as variáveis, pelo que os itens podem sofrer uma rotação ortogonal através do método *varimax* (ibidem).

Por conseguinte, procedeu-se a uma análise factorial em componentes principais com rotação *varimax*, sem pré-definição do número de factores, tendo-se observado uma estrutura de cinco factores (cf. Quadro 12).

Quadro 12. *Estrutura factorial da Escala de Abandono Aprendido após rotação varimax, sem pré determinação do número de factores*

Item	F1	F2	F3	F4	F5
16	,778	,149	-,096	,159	,134
14	,752	,159	,449	,034	,146
18	,691	,396	,024	,102	,063
19	,689	,193	,453	,169	,152
20	,682	,066	,323	,105	,387
6	,604	,559	,088	,179	-,021
3	,601	,209	,134	,354	,126
13	,570	,486	,453	-,008	,173
2	,326	,802	,102	,054	,019
9	,407	,621	-,012	-,034	,408
1	,327	,619	,378	,206	-,109
12	-,091	,561	,344	,377	-,041
5	,073	,149	,857	,173	,153
11	,267	,170	,675	,358	,000
8	-,003	,144	,282	,807	,219
17	,378	,088	,204	,784	,044
15	,438	,081	-,018	,581	,439
4	,095	-,184	,004	,100	,812
10	,188	,501	,192	,183	,643
7	,306	,344	,330	,293	,577

Numa análise à estrutura factorial encontrada verificou-se uma não adequação entre os construtos e as respectivas dimensões, já que os cinco factores incluem itens de diferentes dimensões da escala original (cf. Quadro 13). Este resultado é análogo ao observado por Lima Santos et al. (2002).

Quadro 13. *Itens por factor observado no presente estudo e na versão original de Quinless e McDermott (1998)*

Factor	Quinless e McDermott (1998)	Presente Estudo
F1	7, 8, 10, 11, 12	3, 6, 13, 14, 16, 18, 19, 20
F2	9, 16, 18, 19, 20	1, 2, 8, 9
F3	1, 3, 5, 6, 13, 15	5, 11
F4	2, 17	8, 15, 17
F5	4, 14	4, 7, 10

Nota: Na escala original, o factor 1 foi designado por Internalidade-Extrenalidade, o 2 por Globalidade-Especificidade e o 3 por Estabilidade-Instabilidade.

Por conseguinte, e tal como os autores da adaptação portuguesa da escala, optou-se pela realização de uma análise factorial com pré-determinação de um factor que, como se pode ver no Quadro 14, explica 44,7% da variância total dos resultados. De salientar que este valor é inferior ao observado por Lima Santos e colaboradores (2002), cujo único factor encontrado explica 65, 4% da variância total dos resultados.

Quadro 14. *Estrutura factorial de Escala de Abandono Aprendido com pré-determinação de um factor*

Item	Factor 1	Comunalidade
13	,822	,675
19	,816	,666
14	,789	,623
7	,762	,580
20	,748	,560
6	,743	,552
3	,698	,488
18	,696	,484
1	,690	,476
10	,687	,472
9	,660	,435
2	,653	,426
17	,652	,418
15	,647	,418
11	,641	,411
16	,629	,396
5	,558	,311
8	,523	,273
12	,459	,211
4	,253	,064
	Val. Próp. 8,94	% Var.44,72

Sensibilidade e Poder Discriminativo

Por último, a sensibilidade de um instrumento prende-se com a distinção ou diferenciação dos sujeitos entre si, em torno de uma distribuição de resultados igual ou próxima à curva normal. Como nos dizem Almeida e Freire (2000), a sensibilidade diz respeito ao “grau em que os resultados obtidos aparecem distribuídos diferenciando os sujeitos entre si nos seus níveis de realizações” (p.151).

Conforme uma inspecção ao Quadro 15 revela, os valores da média e da mediana aproximam-se bastante e os coeficientes de assimetria e de curtose não se afastam de zero ou,

peelo menos, não ultrapassam a unidade. Para além disso, a diferença entre o valor mínimo e o valor máximo atingido para cada item e para o total de abandono aprendido representa uma boa dispersão dos resultados. Por conseguinte, os resultados confirmam a sua distribuição normal, revelando boa sensibilidade do instrumento na discriminação dos sujeitos. Estes resultados corroboram os observados por Quinless e McDermott (1988) e por Lima Santos et al., (2002).

Quadro 15. *Estatística descritiva para cada item para o total de Abandono Aprendido (A.A)*

Item	Média	Mediana	Desvio Padrão	C. Assimet.	C. Curtose	Mínimo	Máximo
1	2,35	2,00	,668	,027	-,150	1	4
2	2,44	2,00	,683	-,039	-,174	1	4
3	2,51	3,00	,601	-,793	-,320	1	3
4	2,59	3,00	,699	-,440	,049	1	4
5	2,45	2,00	,722	,388	-,099	1	4
6	2,39	2,00	,613	-,457	-,620	1	3
7	2,27	2,00	,644	-,310	-,660	1	3
8	2,48	3,00	,685	-,445	-,211	1	4
9	2,41	2,00	,737	-,004	-,252	1	4
10	2,19	2,00	,586	-,049	-,246	1	3
11	2,43	2,00	,640	-,035	-,205	1	4
12	2,55	2,00	,684	,349	-,258	1	4
13	2,32	2,00	,596	,149	-,098	1	4
14	2,24	2,00	,654	,305	,304	1	4
15	2,19	2,00	,562	,032	-,087	1	3
16	2,44	3,00	,758	-,366	-,412	1	4
17	2,55	3,00	,776	-,070	-,318	1	4
18	2,68	3,00	,681	-,290	,123	1	4
19	2,27	2,00	,704	,527	,447	1	4
20	2,43	2,00	,681	-,254	-,277	1	4
Total AA	48,15	49,00	8,753	-,568	,611	23	63

Relativamente ao poder discriminativo dos itens, procedeu-se ao cálculo das percentagens das várias alternativas de resposta dadas pelo sujeito, que podem variar entre o

“discordo totalmente” e o “concordo totalmente”. Com este procedimento, é possível observar possíveis tendências ou viés nas respostas.

Em termos gerais, e como se pode ver no Quadro 16, a escala de Abandono Aprendido discrimina satisfatoriamente os sujeitos, já que os sujeitos se distribuem por todas as alternativas de resposta possíveis em cada item. A única exceção observa-se nos itens 3, 6, 7, 10 e 15 em que a alternativa “concordo totalmente” não foi escolhida por nenhum sujeito. Observa-se igualmente que os sujeitos têm tendência para escolher as alternativas de resposta “discordo” e “concordo”, ocorrendo em muito menor número as respostas extremas.

Quadro 16. *Poder discriminativo da Escala de Abandono Aprendido*

% Alternativas de Resposta						
Item	1	2	(1+2)	3	4	(3+4)
1	8	52	60	37,3	2,7	40
2	6,7	46,7	53,4	42,6	4	46,6
3	5,3	38,7	44	56	0	56
4	6,7	33,3	40	54,7	5,3	60
5	5,3	52	57,3	34,7	8	42,7
6	6,7	48	54,7	45,3	0	45,3
7	10,7	52	62,7	37,3	0	37,3
8	8	38,7	46,7	50,7	2,7	53,4
9	9,3	45,3	54,6	40	5,3	45,3
10	9,3	62,7	72	28	0	28
11	5,3	49,3	54,6	42,7	2,7	45,4
12	2,7	48	50,7	41,3	8	49,3
13	5,3	58,7	64	34,7	1,3	36
14	9,3	60	69,3	28	2,7	30,7
15	8	65,3	73,3	26,7	0	26,7
16	12	36	48	48	4	52
17	8	38,7	46,7	44	9,3	53,3
18	4	32	36	56	8	64
19	9,3	60	69,3	25,3	5,3	30,6
20	8	44	52	45,3	2,7	8

Nota. 1=Discordo Totalmente; 2=Discordo; 1+2=Total de Discordância; 3=Concordo; 4=Concordo Totalmente; 3+4=Total de Concordância

Em termos específicos, verifica-se que o item que apresenta um melhor poder discriminativo é o item 12, seguido dos itens 16, 20, 17, 2, 8, 11 e 6. Para além disso, é possível verificar que a alternativa de resposta menos escolhida é a “concordo totalmente”, logo seguida pela alternativa “discordo totalmente”. De facto, os sujeitos evitam a escolha de alternativas que indicam a maior presença de abandono aprendido ou a ausência de abandono aprendido, escolhendo com maior frequência as alternativas 2 e 3. De salientar, igualmente, que nos itens 3, 4, 8, 16, 17 e 18 se observa um predomínio de escolhas da alternativa “concordo”. Em todos os outros itens, que constituem a maioria, a alternativa mais escolhida é a “discordo”.

3.5.1.2. Escala de Auto-Estima Global

Fidelidade

Em relação à fidelidade, a escala de auto-estima apresenta uma boa consistência interna, tendo-se observado um valor de *alpha* de 0,80. Este valor aproxima-se do observado no estudo original (Rosenberg, 1979), sendo ligeiramente superior ao encontrado por Faria e Silva (2000), relativamente à versão portuguesa (cf. Quadro 17).

Quadro 17. *Coefficientes de alpha relativos ao total de itens da Escala de Auto-Estima observados no presente estudo, na adaptação portuguesa de Faria e Silva (2000) e na versão original de Rosenberg (1979)*

<i>Alpha de Cronbach</i>	Rosenberg (1979) (N=648)	Faria e Silva (2000) (N=219)	Presente Estudo (N=75)
	0,89	0,77	0,80

Relativamente às correlações entre os itens e o total, estas foram satisfatórias o que atesta a homogeneidade da escala (cf. Quadro 18). De salientar que o item que apresenta uma

menor correlação com o total é o 7 (“Sinto que sou uma pessoa com valor, pelo menos num plano de igualdade com os outros”), seguido dos itens 3 (“Sinto que tenho um bom número de qualidades”) e 8 (“Gostaria de ter mais respeito por mim próprio (a)”).

Quadro 18. *Correlações item-total e valores de alpha da Escala de Auto-Estima*

Item	Correlação item-total	Alpha se item eliminado
1	,542	,772
2	,570	,768
3	,348	,793
4	,526	,779
5	,493	,778
6	,568	,768
7	,238	,802
8	,413	,790
9	,535	,772
10	,515	,778

Validade

À semelhança do que anteriormente referimos para a escala do abandono aprendido, procedemos primeiramente à análise da adequabilidade da amostra e da capacidade de rotação dos factores através do cálculo do coeficiente de KMO e do teste de Barlett. O valor de KMO encontrado foi de 0,77, o que significa que a análise factorial é boa. Relativamente ao teste de Barlett, deparamo-nos com um nível de significância inferior a 0,001, o que pressupõe correlação entre as variáveis. Deste modo, os itens podem sofrer uma rotação ortogonal através do método *varimax*.

Seguidamente, procedeu-se a uma análise factorial em componentes principais com rotação *varimax*, sem pré-definição do número de factores, tendo-se obtido uma configuração de dois factores (cf. Quadro 19).

Quadro 19. *Estrutura factorial da Escala de Auto-Estima após rotação varimax, sem pré-determinação do número de factores*

Item	F1	F2
6	,788	,056
2	,736	,123
8	,718	-,123
9	,610	,298
5	,600	,190
1	,552	,379
4	,237	,798
3	,079	,753
7	-,048	,699
10	,410	,540

Tal como para a Escala de Abandono Aprendido, a análise factorial encontrada revelou uma não adequação entre os construtos e as respectivas dimensões (cf. Quadro 20).

Quadro 20. *Itens por factor observado no presente estudo e na versão original de Rosenberg (1979)*

Factores	Escala original de Rosenberg (1979)	Presente Estudo
F1	1,2,3,5,6,8,9,10	1,2,5,6,8,9
F2	4,7	3,4,7,10

Deste modo, optou-se pela realização de uma análise factorial com pré-determinação de um factor, o que explica 42% da variância total dos resultados (cf. Quadro 21).

Quadro 21. *Estrutura factorial da Escala de Auto-Estima com pré-determinação de um factor*

Item	Factor 1	Comunalidade
6	,679	-,402
2	,673	-,317
1	,671	-,002
9	,666	-,100
4	,648	,522
10	,642	,212
5	,605	-,186
8	,525	-,510
7	,362	,601
3	,494	,574
	Val.próp. 14,3	% var 42,25

Sensibilidade e Poder Discriminativo

Como se pode observar no Quadro 22, os valores da média e da mediana são próximos e os valores do mínimo e máximo encontram-se afastados. Estes resultados pressupõem que as respostas apresentam uma distribuição próxima da curva normal. Assim, o instrumento revela boa sensibilidade, corroborando os restantes estudos feitos.

Quadro 22. *Estatística descritiva para cada item para o total de Auto-Estima*

Item	Média	Mediana	Desvio Padrão	C. Assimet.	C. Curtose	Mínimo	Máximo
1	4,31	5,00	1,355	-,949	-,006	1	6
2	3,55	3,00	1,388	,306	-1,176	1	6
3	4,52	5,00	1,070	-1,447	1,835	1	6
4	4,69	5,00	,870	-1,127	1,523	2	6
5	3,43	3,00	1,416	,168	-1,291	1	6
6	3,91	5,00	1,612	-,302	-1,371	1	6
7	4,77	5,00	,879	-1,499	3,380	2	6
8	2,81	2,00	1,504	,744	-,871	1	6
9	4,09	5,00	1,357	-,540	-,802	1	6
10	4,65	5,00	1,020	-1,685	3,141	1	6
Total AE	40,73	41,00	7,552	-,359	,635	18	58

Finalmente, no Quadro 23 apresenta-se o poder discriminativo dos itens positivos e negativos da escala de Auto-Estima. Os itens positivos são o 1,3,4, 6, 7, 9 e 10, sendo os restantes negativos. As alternativas de resposta mais escolhidas são as de concordância (“concordo totalmente”, “concordo” e “concordo parcialmente”), sendo a mais escolhida a opção “concordo”. Nos itens negativos (“discordo parcialmente”, “discordo” e “discordo totalmente”), a opção mais escolhida é “discordo”, embora os sujeitos se avaliem globalmente de uma forma positiva, apresentando valores francamente positivos de auto-estima global.

Quadro 23. Poder discriminativo da Escala de Auto-Estima

% Alternativas de Resposta									
Item	1	2	(1+2)	3	4	(3+4)	5	6	(5+6)
1	4	12	16	6,7	17,3	24	46,7	13,3	60
2	1,3	28	29,3	26,7	12	38,7	22,7	9,3	32
3	1,3	8	9,3	4	18,7	22,7	60	8	68
4	0	2,7	2,7	8	17,3	25,3	61,3	10,7	72
5	4	32	36	18,7	13,3	32	26,7	5,3	32
6	5,3	25,3	30,6	9,3	9,3	18,6	34,7	16	50,7
7	0	5,3	5,3	0	20	20	61,3	13,3	74,6
8	13,3	50,7	64	5,3	6,7	12	20	4	24
9	2,7	14,7	17,4	16	14,7	30,7	41,3	10,7	52
10	1,3	6,7	8	1,3	17,3	18,6	62,7	10,7	73,4

Nota. 1= Discordo Totalmente; 2= Discordo; 1+2= Total de Discordância; 3 Discordo Parcialmente; 4=Concordo Parcialmente; 3+4= Total de (dis)cordância Parcial; 5= Concordo; 6= Concordo Totalmente; 5+6= Total de Concordância.

3.5.2 - Estudos Diferenciais e Correlacional

No que diz respeito aos estudos diferenciais, foram realizadas análises de variância (ANOVAs) com o factor intra-grupo Arrumadores de Carros e com os factores inter-grupo Abandono Aprendido e Auto-Estima.

Para além disso, e no sentido de melhor compreender os resultados observados, foram realizadas ANOVAs factoriais para cada um dos itens das Escalas do Abandono Aprendido e da Auto-Estima. Esta opção por uma análise mais fina da variação das médias intergrupais item-a-item teve em consideração, por um lado, a especificidade da amostra, e, por outro lado, os resultados observados na análise às qualidades psicométricas.

Sempre que se observaram diferenças significativas entre os grupos ($p < .05$) foi realizado o teste *Scheffé*.

No caso do estudo correlacional, procedeu-se ao cálculo do coeficiente de correlação de Pearson.

3.5.2.1 Abandono Aprendido

No que diz respeito ao Abandono Aprendido, e como se pode ver no Quadro 24, verifica-se que o grupo que tem um menor abandono aprendido é o Porto Feliz Livre de Drogas, seguindo-se o grupo Porto Feliz Redução de Riscos e Minimização de Danos e, finalmente, o grupo Rua, que apresenta maiores valores de abandono aprendido. Esta diferença entre os grupos foi altamente significativa ($F(2,74) = 16,968, p = ,000$).

Na análise Post Hoc, usando o teste *Scheffé*, verifica-se que todos os grupos diferem entre si.

Quadro 24. Médias, e respectivos Desvios-Padrão, do Abandono Aprendido por grupo

Grupo	Média	Desvio Padrão
Porto Feliz Livre de Drogas ($n=25$)	41,96	8,88
Porto Feliz Redução Riscos ($n=25$)	48,48	6,34
Rua ($n=25$)	54,00	6,45

Numa análise mais fina à existência de diferenças inter-grupo para cada um dos itens que integra a escala de Abandono Aprendido, e como se pode ver no Quadro 25, foram encontradas diferenças estatisticamente significativas para a grande maioria dos itens (17 itens em 20).

As diferenças encontradas foram essencialmente entre o grupo Rua e o Porto Feliz Livre de Drogas, em que o primeiro apresentou valores mais elevados de Abandono Aprendido. Já as diferenças entre os grupos Porto Feliz Redução de Riscos e Minimização de Danos e Porto Feliz Livre de Drogas observam-se apenas nos itens 1, 6, 9, 11, 19. Por último, a única diferença observada entre o grupo Rua e o Grupo Porto Feliz Redução de Riscos e Minimização de Danos diz respeito ao item 11.

Quadro 25. Médias, e respectivos desvios-padrão, para cada item da Escala de Abandono Aprendido, por grupo, e resultados da Anova

Item	Porto Feliz Livre de Drogas		Porto Feliz Redução de Riscos		Rua		F	gl	P	Scheffé
	Média	DP	Média	DP	Média	D P				
1	1,92	,640	2,44	,50	2,68	,62	10,67	2,74	,000	G2>G1 G3>G1
2	2,16	,850	2,44	,58	2,72	,45	4,61	2,74	,013	G3>G1
3	2,20	,645	2,52	,58	2,80	,40	7,29	2,74	,001	G3>G1
4	2,56	,768	2,48	,58	2,72	,73	,75	2,74	,472	
5	2,12	,781	2,44	,50	2,80	,70	6,35	2,74	,003	G3>G1
6	2,00	,645	2,48	,51	2,68	,47	10,14	2,74	,000	G2>G1 G3>G1
7	2,00	,70	2,36	,56	2,44	,58	3,54	2,74	,034	G3>G1
8	2,24	,66	2,52	,58	2,68	,74	2,76	2,74	,069	
9	2,08	,81	2,44	,50	2,72	,73	5,28	2,74	,007	G3>G1
10	1,96	,61	2,40	,50	2,20	,57	3,80	2,74	,027	G2>G1
11	2,08	,64	2,40	,50	2,80	,57	9,82	2,74	,000	G3>G1 G3>G2
12	2,28	,67	2,48	,58	2,88	,66	5,61	2,74	,005	G3>G1
13	1,96	,53	2,40	,50	2,60	,57	9,20	2,74	,000	G2>G1 G3>G1
14	1,88	,66	2,24	,52	2,60	,57	9,25	2,74	,000	G3>G1
15	2,00	,57	2,24	,43	2,32	,62	2,26	2,74	,111	
16	2,00	,76	2,44	,50	2,88	,72	10,62	2,74	,000	G3>G1
17	2,20	,86	2,52	,58	2,92	,70	6,15	2,74	,003	G3>G1
18	2,44	,71	2,60	,57	3,00	,64	4,96	2,74	,010	G3>G1
19	1,84	,55	2,20	,50	2,70	,72	14,92	2,74	,000	G2>G1 G3>G1
20	2,04	,73	2,44	,50	2,80	,57	9,59	2,74	,000	G3>G1

Nota: G1= Porto Feliz Livre de Drogas; G2= Porto Feliz Redução de Riscos e Minimização de Danos; G3=Rua

3.5.2.2 Auto-Estima

Já no que diz respeito à auto-estima, o padrão de resultados observado é inverso. De facto, e como se pode verificar no Quadro 26, o grupo Porto Feliz Livre de Drogas é o que apresenta uma maior auto-estima, enquanto que o grupo Rua é o que apresenta uma auto-estima mais baixa. No entanto, esta diferença entre os grupos não atingiu significância ($F(2, 74) = 2,42, ns$).

Quadro 26. Médias, e respectivos Desvios-Padrão, da Auto-Estima por grupo

Grupo	Média	Desvio-Padrão
Porto Feliz Livre de Drogas (n=25)	43,36	8,49
Porto Feliz Redução de Risco (n=25)	39,80	7,04
Rua (n=25)	39,04	6,57

Na análise às diferenças dos grupos por item, o único item em que se observam diferenças significativas entre os grupos Porto Feliz Livre de Drogas e Porto Feliz Redução de Riscos e Minimização de Danos é o item 2 (“Por vezes penso que nada valho”). Aqui, o grupo Porto Feliz Livre de Drogas apresentou valores de Auto-Estima mais elevados. Em mais nenhum item foram observadas diferenças inter-grupo (cf. Quadro 27).

Quadro 27. Médias, e respectivos desvios-padrão, para cada item da Escala de Auto-Estima, por grupo, e resultados da Anova

Item	P. F. Livre de Drogas		P.F. Redução de Riscos		Rua		F	gl	p	Scheffé
	Média	DP	Média	DP	Média	DP				
1	4,44	1,41	4,44	1,22	4,04	1,42	,72	2,74	,49	
2	4,08	1,55	3,08	1,32	3,48	1,12	3,51	2,74	,03	G1>G2
3	4,72	1,02	4,44	,91	4,40	1,25	,65	2,74	,52	
4	4,92	,86	4,72	,84	4,44	,87	1,97	2,74	,14	
5	3,92	1,35	3,16	1,51	3,20	1,29	2,36	2,74	,10	
6	4,12	1,71	3,96	1,45	3,64	1,68	,56	2,74	,56	
7	4,84	,89	4,68	,90	4,80	,86	,22	2,74	,80	
8	3,00	1,65	2,92	1,52	2,52	1,32	,72	2,74	,48	
9	4,56	1,47	3,72	1,37	4,00	1,11	2,58	2,74	,08	
10	4,76	1,20	4,68	,85	4,52	1,00	,35	2,74	,70	

3.5.2.3 Abandono Aprendido e Auto-Estima

No sentido de averiguar a existência de uma relação entre o abandono aprendido e a auto-estima, procedeu-se ao cálculo do coeficiente de correlação de Pearson. Este cálculo do R de Pearson foi feito após análise da normalidade através do teste de Kolmogorov-Smirnov, tendo-se verificado que ambas as variáveis – abandono aprendido e auto-estima – apresentam uma distribuição normal ($p > 0,10$ em ambos os casos).

Assim, foi observada uma moderada associação linear negativa entre o abandono aprendido e a auto-estima ($r = - .571$), que foi estatisticamente significativa ($p = .01$), tendo-se encontrado um coeficiente de determinação que explica 33% da variação de uma variável que é determinada pela outra ($R^2 = 0,326$).

3.6 – Discussão dos Resultados

No que diz respeito ao estudo das qualidades psicométricas da Escala de Abandono Aprendido, e da Escala de Auto-Estima, os resultados observados evidenciaram, em termos gerais, bons níveis de fidelidade, de validade, de sensibilidade e de poder discriminativo dos itens em ambas as escalas quando administradas a esta amostra específica. De salientar que, tal como os autores das versões originais da Escala de Abandono Aprendido (Quinless & McDermott, 1998) e da Escala de Auto-Estima Global (Rosenberg, 1979), bem como os das adaptações portuguesas (Lima Santos & Ribeiro, 1999; Lima Santos et al., 2002; e Faria & Silva, 2000, respectivamente), os resultados obtidos apoiam a unidimensionalidade de ambas as escalas.

Relativamente aos estudos diferenciais verificou-se que o síndrome do abandono aprendido é mais elevado no grupo que está na Rua, seguindo-se o grupo Porto Feliz Redução de Riscos e, por último, com menor manifestação de abandono aprendido, o grupo Porto Feliz Livre de Drogas. Esta diferença entre todos os grupos foi significativa, o que nos leva a

rejeitar a hipótese 1. Este resultado corrobora os estudos descritos na literatura que sugerem níveis mais elevados de Abandono Aprendido nos sem-abrigo (e.g., Langer & Rodin, 1976), bem como nos indivíduos que consomem substâncias psicotrópicas (e.g., Gonçalves, 2002; Starling et al.). De facto, os indivíduos que se encontram na Rua foram os que obtiveram níveis mais elevados de Abandono Aprendido, o que parece sugerir que a adesão a programas de intervenção psicossocial e o sucesso que daí possa advir pode ser explicada, pelo menos em parte, por esta variável.

De salientar, no entanto, a existência de diferenças significativas entre os dois grupos de indivíduos que se encontram a frequentar os programas Porto Feliz Livre de Drogas e Porto Feliz Redução de Riscos. Neste caso, estas diferenças podem ser explicadas parcialmente pelo facto de os indivíduos que frequentam o programa Porto Feliz Livre de Drogas serem alvo de intervenções psicológicas que visam, entre outros, a promoção da auto-estima, o que poderá ter contribuído para uma menor manifestação de abandono aprendido.

Na verdade, ao contrário do programa Porto Feliz Redução de Riscos, o Porto Feliz Livre de Drogas é um programa de tratamento estruturado e muito exigente, em que indivíduos nele integrado foram, a partir de uma intervenção directiva aprendendo que conseguiam ir tendo sucessos, a não consumirem, e a adquirirem normas e valores coadunados com a sociedade vigente, entre outros. Apesar de uma intervenção mais directiva na auto-estima poder estar na base das diferenças entre os grupos, a verdade é que esta explicação é apenas parcial, devendo ser analisada com algum cuidado. De facto, no que diz respeito à auto-estima, apesar de o grupo Porto Feliz Livre de Drogas ter sido aquele que apresentou uma maior auto-estima, e o grupo Rua ter sido o que apresentou uma auto-estima mais baixa, esta diferença entre os grupos não atingiu significância. Por conseguinte, confirma-se a hipótese 2 do nosso estudo. Um aspecto interessante que foi observado é que, em termos gerais, os indivíduos dos três grupos apresentam uma auto-estima bastante elevada: tendo em consideração o *score* máximo possível (que é de 60), os indivíduos dos três grupos,

situa-se, em termos médios na metade superior (a média da auto-estima é de 43 no grupo Porto Feliz Livre de Drogas, de 40 no grupo Porto Feliz Redução de Riscos e de 39 no grupo Rua.

Ora tais resultados, na perspectiva de Donellan e colaboradores (2005), poderão ter a ver em certa medida, com uma certa independência entre a auto-estima e o narcisismo no caso dos indivíduos do grupo Porto Feliz Livre de Drogas, ao contrário do que se passaria no grupo Rua e, em geral, no grupo Porto Feliz Redução de Riscos.

De facto, a ausência de diferenças entre os três grupos quanto à auto-estima pode ser explicada por referência à teoria do narcisismo negativo, que considera que os indivíduos consolidam o seu *self* de auto-continuidade através do tempo e de igualdade através da projecção de um sentimento de estabilidade e de previsibilidade do mundo, bem como de outras pessoas que considere poderosas e perigosas. Por conseguinte, este *self* protege-os simultaneamente de conflitos insustentáveis em volta da inveja primitiva que atormenta a personalidade narcisista menos protegida. Deste modo, a personalidade anti-social, propriamente dita, fica protegida da inveja agressiva ou pela apropriação agressiva, violenta, ou pela espoliação passivo-parasítica de outros (Kernberg, 1992).

Neste quadro, os indivíduos excluídos, para conseguirem viver na situação em que se encontram, necessitam de verbalizar um sentimento positivo sobre eles próprios, para não se sentirem ainda piores com a sua real situação de exclusão: de facto, e como nos dizem Donnellan et al. (2005), a literatura especializada tem sugerido que os indivíduos narcísicos apresentam uma elevada auto-estima. Ora, nesta perspectiva, a ausência de diferenças significativas entre os grupos pode ficar a dever-se ao facto de os indivíduos que não frequentam nenhum programa (grupo Rua) serem narcísicos, logo, apresentando uma elevada auto-estima, ao contrário do grupo Porto Feliz Livre de Drogas, cujos valores de auto-estima reflectiriam antes os resultados da intervenção psicológica específica (como defendido, e.g., por Dominicus, 1997/1998). Na medida em que o presente trabalho não permite esclarecer

esta questão, torna-se importante conduzir novos estudos que analisem a auto-estima e o narcisismo dos indivíduos.

Por último, e no que diz respeito ao estudo correlacional efectuado, observa-se uma correlação negativa entre o Abandono Aprendido e a Auto-Estima, o que nos leva a não rejeitar a hipótese 3. Este resultado corrobora os estudos de Markus (1977) e Valas (1991), que referem que uma Auto-Estima elevada, se encontra associada a níveis baixos de Abandono Aprendido, uma vez que os indivíduos tendem a atribuir os seus sucessos a causas internas, estáveis e controláveis e os seus insucessos a causas externas, instáveis e incontroláveis. O inverso é igualmente verdade, isto é, uma Auto-Estima baixa encontra-se frequentemente associada a manifestações do síndrome de Abandono Aprendido.

Conclusão

O presente trabalho teve como principais objectivos o estudar o Abandono Aprendido e a Auto-Estima em indivíduos excluídos de rua, concretamente em *arrumadores de carros*, na cidade do Porto, e verificar a eventual existência de relação entre esses dois construtos psicológicos, no sentido de uma melhor compreensão das variáveis que interferem no ajustamento psicossocial e no bem-estar destes indivíduos.

Do nosso ponto de vista, a condução de estudos desta natureza assume particular importância uma vez que os fenómenos de exclusão social se exprimem através de manifestações múltiplas e diversas que são sempre manifestações da diferenciação e da desagregação que conduzem ao isolamento e à não participação real e simbólica de quem é ou se encontra excluído. Na verdade, a exclusão social situa-se no término de um processo global de precarização e de empobrecimento, no qual a história pessoal se inscreve e reage para construir percursos específicos. Por isso, não será de estranhar - e a literatura o comprova - que a população excluída apresente uma auto-estima baixa, bem como o síndrome de abandono aprendido.

No caso concreto deste estudo, foram observados um total de 75 sujeitos *arrumadores de carros*, na cidade do Porto, 25 dos quais pertencentes ao Programa “Porto Feliz” Livre de Drogas, outros 25 oriundos do Programa “Porto Feliz” Redução de Riscos e Minimização de Danos e os restantes 25 encontrando-se na Rua.

Os resultados observados, perspectivados no quadro de um estudo meramente exploratório, permitem traçar quatro conclusões principais. A primeira conclusão diz respeito aos dois instrumentos utilizados, tendo-se verificado que quer a Escala de Abandono Aprendido, de Lima Santos e Ribeiro (1999), quer a Escala de Auto-Estima, de Rosenberg (1979), apresentam boas qualidades psicométricas quando administradas a esta amostra específica.

A segunda conclusão prende-se com a manifestação de Abandono Aprendido nos três grupos de sujeitos observados. Como referimos, os indivíduos que andam na rua foram os que apresentaram um elevado síndrome de abandono aprendido, logo seguidos pelos indivíduos que se encontravam a frequentar um programa de tratamento de baixo linear (grupo Porto Feliz Redução de Riscos e Minimização de Danos) e, por último, os indivíduos em tratamentos de abstinência (grupo Porto Feliz Livre de Drogas). Esta diferença entre os grupos foi altamente significativa, o que sugere que a frequência em programas desta natureza contribui, de alguma forma, para níveis mais baixos de Abandono Aprendido. Saliente-se, todavia, a existência de diferenças significativas mesmo entre os dois grupos do programa Porto Feliz. Ora, na perspectiva dos investigadores do *American Journal of drug and alcohol abuse* (2003), as implicações práticas destes resultados são evidentes já que os indivíduos com maior abandono aprendido parecem beneficiar de programas de intervenção mais estruturados. De acordo com os resultados observados, são precisamente os indivíduos que frequentam o programa menos estruturado do Porto Feliz (i.e., Redução de Riscos e Minimização de Danos) que apresentam níveis mais elevados de Abandono Aprendido quando comparados com os que frequentam o programa mais estruturado (i.e., Livre de Drogas), o que nos alerta para a necessidade de se implementar programas mais directivos e mais estruturados para o primeiro caso.

A terceira conclusão diz respeito à Auto-Estima, em que, por um lado, não se verificaram diferenças significativas entre os grupos e, por outro lado, os níveis de auto-estima apresentados são relativamente elevados. Trata-se de um resultado que contraria o descrito na literatura na medida em que, segundo Fox (2000), os indivíduos que tendem a atribuir os fracassos a causas internas, estáveis e controláveis e os êxitos a causas externas, instáveis e incontroláveis evidenciam níveis mais baixos de auto-estima. Neste quadro, e na medida em que o grupo Rua foi o que apresentou níveis mais elevados de Abandono

Aprendido, seria de esperar que fosse também aquele que apresenta níveis mais baixos de Auto-Estima. No entanto, isto não se verificou.

Como referido anteriormente, estes resultados podem ser interpretados à luz da teoria do narcisismo negativo, já que os indivíduos narcísicos tendem a apresentar uma elevada auto-estima (Donnellan et al., 2005).

Na verdade, embora estes indivíduos tenham atingidos resultados elevados de auto-estima, isso não significa que realmente se sintam bem com eles próprios. Podem por exemplo, estar a usar formas ou estratégias de sobrevivência para perpetuarem a vida que sempre souberam ter. Por conseguinte, torna-se importante desenvolver programas de intervenção destinados a promover a auto-estima e a eliminar ou a reduzir o narcisismo negativo, com vista à mudança de atitudes e de comportamentos, respeitando sempre as especificidades e as idiossincrasias de cada indivíduo.

Por último, foi observada uma moderada associação linear negativa entre o Abandono Aprendido e a Auto-Estima, em que o aumento de uma variável resulta na diminuição de outra, resultado este que está em consonância com o descrito na literatura.

Em síntese, conclui-se do presente estudo que os indivíduos que se encontram a frequentar programas de intervenção sócio-sanitária, do mais estruturado ao menos estruturado apresentam níveis mais baixos de Abandono Aprendido do que aqueles que se encontram na rua, e que quanto menor for o abandono aprendido maior a auto-estima. De salientar, no entanto, que para uma maior compreensão destas constatações teria sido necessário dispor de outras informações sobre os sujeitos, em que se destaca o tipo de intervenção psicológica de que foram alvo, bem como um maior conhecimento das suas histórias de vida.

Neste quadro, os resultados observados no presente estudo devem ser analisados com algum cuidado, não sendo possível a sua generalização à população dos *arrumadores de carros*. Tratou-se, de facto, de um estudo exploratório que, a nosso ver, tem o mérito de

fornecer algumas pistas para futuros estudos, com vista a uma maior compreensão deste fenómeno. Assim, seria importante conduzir estudos longitudinais, no mínimo com três momentos de avaliação (e.g. no momento de entrada em programa de tratamento, passados seis meses e no momento de alta). Para além disso, seria igualmente importante alargar a amostra e incluir não só um grupo de controlo mas também um grupo de indivíduos que tivesse abandonado um programa de intervenção sócio-sanitária, e que se encontrasse novamente na rua.

Por último, a realização de estudos que analisassem o tipo de relação causal entre o Abandono Aprendido e a Auto-Estima, por um lado, e que apresentasse uma natureza mais qualitativa, através de histórias de vida, por outro lado, permitiria, a nosso ver, compreender melhor um fenómeno crescente e tão complexo como é o abandono aprendido e a auto-estima em contexto de exclusão social, permitindo, deste modo, chegar mais perto da essência dos *arrumadores de carros*. E se assim fosse, seria possível implementar programas de intervenção construídos e direccionados para as especificidades destes indivíduos, com o objectivo último da inclusão social.

Bibliografia

- Abramson, L. Y., Seligman, M. E. P., & Teasdale, J. D. (1978). Learned helplessness in humans: Critique and reformulation. *Journal of Abnormal Psychology*, 87, 49-74.
- Agra, C. (1998). *Entre a droga e o crime. Actores, espaços, trajectórias*. Editorial Notícias, Lisboa.
- Albuquerque, C. M. S. & Oliveira, C. P.F. (2001). *Características psicológicas associadas à saúde: A importância do auto-conceito*.
- Almeida, J. F. E; Capucho, L.; Firmino da Costa, A.; Machado, F. L.; Nicolau, E.; Reis, E. (1992). *Exclusão Social – factores e tipos de pobreza em Portugal – modos de vida* (Cap. 5). S.I.
- Almeida, L. S., & Freire, T.(2000). *Metodologia de Investigação em Psicologia da Educação*. Braga: Psiquilibrios.
- Ames, C. (1978). Children's achievement attributions and self-reinforcement: Effects of self-concept and competitive reward structure. *Journal of Educational Psychology*, 70, 345-355.
- Anderson, N. (1998). *On hobos and homelessness*. Chicago: University of Chicago Press.
- Antunes, R. A.(1995). *Adeus ao trabalho: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortes.
- Arndt, W. B. (1974). *Theories of personality*. New York: MacMillan.
- Arnold (1996/1997). *Learned helplessness and attribution for success and failure in LSD students*. National Center for Learning Disabilities. Reprinted with permission.
- Bandura, A. (1969). *Principles of behavior modification*. New York: Holt, Rinehart and Winston.

- Baptista, P. (1995). *Satisfação com a imagem corporal e auto-estima. Estudo comparativo de adolescentes envolvidos em diferentes níveis de actividade física*. Dissertação de Mestrado no Ramo das Ciências do Desporto, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade do Porto. Porto: Edição do Autor.
- Barros, J. H. & Barros, A. M. (1993). Raciocínio, locus de controlo e desempenho escolar – Perspectiva diferencial. *Revista Portuguesa de Psicologia*, 29, 81-95.
- Baumeister, R. F. (1994). Self-esteem. In V.S. Ramachandran (Ed.), *Encyclopedia of Human Behavior* (Vol.4, pp. 83-87). New York: Wiley.
- Beck, G. (1993). *Bullying among incarcerated young offenders*. Unpublished MSc. Thesis. Birkbeck College, University of London.
- Becker, H. (1963). *Outsiders*. New York: Free Press.
- Berndt, T. J. & Burgoyne, L. (1996). Social self-concept. In B. Bracken (Ed.), *Handbook of self-concept: Developmental, social and clinical considerations* (pp. 171-209). New York: Wiley.
- Besson, Privat, Eschaliér & Fialip (1998). Reversal of learned helplessness by morphine in rats: involvement of dopamine mediation. *Laboratoire de Pharmacology*. 60 (2): 519-525.
- Buarque, C. (1993). *O que é apartação: O apartheid social no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- Burns, R. B. (1979). *The Self-Concept: Theory, measurement, development and behavior*. London: Longman.
- Burns, R. B. (1982). *Self-concept: Development and education*. London: Dorset Press.
- Bréban, B. (1984a). La pauvreté, un destin? – *Características qualitativas do rendimento e modos de consumo* (Cap.3). Paris.
- Bréban, B. (1984b). La pauvreté, un destin? – *Causas e consequências de uma inserção precária na mercado de trabalho* (Cap.2). Paris.

- Bruto da Costa, A. (1998). *Exclusões Sociais*. Lisboa, Gradiva.
- Byrne, B. M. (1984). The general/academic self-concept nomological network: A review of construct validation research. *Review of Educational Research*, 54, 427-456.
- Byrne, B. M. (1986). The general/academic self-concept nomological network: A review of construct validation research. *Review of Educational Research*, 54 (3), 427-456.
- Byrne, B.M., & Shavelson, R.J. (1986). On the structure of the Croock, L. (1984). The linkage of work achievement to self esteem, career maturity, and college achievement. *Journal of Vocational Behavior*, 25 (1), 70-79.
- Byrne, B. M., & Shavelson, R. (1996). On the structure of social self-concept for pre, early and late adolescents. A test of the Shavelson, Hufner, and Stanton (1976) model. *Journal of personality and Social Psychology*, 70, 599-613.
- Castel, R. (1990). *Extreme Cases of Marginalisation*. European Seminar on Social Exclusion.
- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: Uma crónica do salário*. Petrópolis: Vozes.
- Castro, M. S. L. (1985). Desânimo aprendido: Das expectativas de aprendizagem animal à análise das atribuições na aprendizagem humana – Algumas implicações desenvolvimentais. In J. Cruz, L. Almeida & O. Gonçalves (Orgs.), *Intervenção psicológica na educação* (pp. 115-124). Porto: A. P. L. P.
- Cloward, R. & Ohlin, L. (1960). *Delinquency and opportunity: A theory of delinquent gangs*. New York: Free Press.
- Cohen, J. (1986). Research on criminal careers: Individual frequency rates and offence seriousness. In A. Blumstein, J. Cohen, J. A. Roth e C. A. Visher (Eds.), *Criminal Careers and Career Criminals*. Washington, DC: National Academic Press.

- Combs, A., & Snygg, D. (1959). *Individual behaviour: A perceptual approach to behavior*. New York: Harper.
- Comer, R. J. (2004). *Abnormal psychology* (5ª ed.). New York: Worth Publishers.
- Commission of the European Communities (1981). *Final Report from the Commission to the Council on the first programme of pilot schemes and studies to combat poverty*, Bruxelas
- Cooley, C. H. (1902). Human nature and social order. In P.Oñate (Ed.), *El auto-concepto*. Madrid: Narcea, S. A. Ediciones.
- Coopersmith, S. (1967). *The antecedents of self esteem*. San Francisco: W. H. Freeman.
- Costa, A. (1999). *Exclusões sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Diener, C. & Dweck, C. S. (1978). An analysis of learned helplessness: Continuous changes in performance, strategy, and achievement cognitions following failures. *Journal of Personality and Social Psychology*, 36, 451-462.
- Dinis, M. (1995). *Satisfação com a imagem corporal e motivação para as actividades desportivas. Estudo comparativo de adolescentes envolvidos em diferentes modalidades desportivas*. Dissertação de Mestrado no Ramo das Ciências do Desporto, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade do Porto. Porto: Edição do autor.
- Dominicus, (1997/1998). *The effects of holistic healing on the self-esteem of homeless battered women in comparison to other existing programs*. Washington: Howard University.
- Donnellan, M. B., Trzesniewski, K. H., Robins, R. W., Maffitt, T. E. & Caspi, A.(2005). Low self-esteem is related to aggression antisocial behavior and delinquency.
- Durkheim, E. (1984). *A divisão do trabalho social*. Lisboa. Editorial Presença.

- Dweck et al. (1978). Sex differences in learned helplessness: the contingencies of evaluative feedback in the classroom. An experimental analysis. *Development Psychology*, 14, 268-76.
- Dweck, C. S. & Elliot, E. (1984). Achievement motivation. In H. Hetherington (Ed.), *Handbook of child psychology (4^a ed., vol. 4): Socialization, personality and social development* (pp. 643-691). New York: John Wiley & Sons.
- Elig, T. W. & Frieze, I. H. (1979). Measuring causal attributions for success and failure. *Journal of Personality and Social Psychology*, 37, 621-634.
- Epstein, S. (1973). The self-concept revisited or a theory of a theory. *American Psychologist*, 28, 405-416.
- Erthal, T. C. S. (1986). A auto-imagem: Possibilidade e limitações da mudança. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 38 (1), 39-46.
- Escorel, S. (1999). *Vidas ao léu: Trajectórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Faria, L. (1990). *Concepções pessoais de inteligência*. Dissertação apresentada para provas de aptidão pedagógica e capacidade científica na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Porto: Edição do Autor.
- Faria, L. & Azevedo, A. S. (2004). A auto-estima no ensino secundário: Validação da Rosenberg Self-Esteem Scale. In actas da *X Conferência Internacional*. Avaliação Psicológica Formas e contextos. Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Faria, L. & Fontaine, A. M. (1990). Avaliação do conceito de si próprio em adolescentes: Adaptação do SDQ I de Marsh à população portuguesa. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 6, 97-105.
- Faria, L. & Silva, S. (2000). Efeitos do exercício físico na promoção do auto-conceito. *Psychologica*, 25, 25-43.

- Faria, L. & Silva, S. (2001). Promoção do auto-conceito e prática de ginástica de academia. *Teoria, Investigação e Prática Psicológica*, 6 (1), 45-57.
- Fernandes, L. (1998). *O sítio das drogas – Etnografia das drogas numa periferia urbana*. Porto: Editorial Notícias.
- Ferreira, C. (1996). Pobreza, cidadania e desqualificação social: Notas de reflexão teórica. *Interacções*, 3 (Janeiro/Junho), 23-36.
- Ferreira, J. P. L. (1997). *A influência de variáveis biossociais e de aptidão física na evolução do auto-conceito/imagem corporal em jovens entre os 14/16 e os 17/19 anos de idade com e sem sucesso escolar*. Tese de Mestrado não publicada, Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana.
- Fontaine, A. M. (1990). *Desenvolvimento do conceito de si próprio e realização escolar na adolescência*. *Psychologica*, 5, 13-31.
- Fontaine, A. M. (1991). *Desenvolvimento do conceito de si próprio e realização escolar na adolescência*. *Psychologica*, 5, 13-31.
- Fontaine, A. M. & Faria, L. (1989). Teorias pessoais do sucesso. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 5, 5-18.
- Forrester, V. (1997). *O horror económico*. São Paulo: Editora da UNESP.
- Fox, K. R. (1997). The physical self and processes in self-esteem development. In K.R. Fox (Ed.), *The physical self: From motivation to well-being* (pp.27-58). Champaign, IL: Human Kinetics.
- Fox, K. R. (1998). Advances in the measurement of the physical self. In J. L. Duda (Ed.), *Advances in sport and exercise psychology measurement* (pp. 295-310). Morgantown, WV: Fitness Information Technology.
- Fox, K. R. (2000). Self-Esteem, self-perceptions and exercise. *International Journal of Sport Psychology*, 31, 228-240.

- Freud, S. (1897). *Carta 69, V.I. Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1930). *O mal estar na cultura*. Standard ed. 21.
- Giddens, A. (1997). *Sociologia*. S.I.
- Goffman, E. (1993). *A apresentação do Eu na vida quotidiana*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Gonçalves, R. A. (1999). *Psicopatia e processos adaptativos à prisão. Da intervenção para a prevenção*. Braga: Centro de Estudos de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.
- Gonçalves, R. A. (2002). *Delinquência, crime e adaptação à prisão*. Lisboa: Quarteto.
- Instituto da Droga e da Toxicodependência (2004). *Relatório Anual*. Manuscrito não publicado.
- Hanrahan, S. J., Grove, J. R., & Hattie, J. A. (1989). Development of a questionnaire measure of sport-related attributional style. *International Journal of Sport Psychology*, 20, 114-134.
- Harter, S. (1998). The development of self-representations. In N. Eisenberg (Ed.), *Handbook of child psychology: Social, emotional and personality development* (Vol. 3, pp. 553-618). New York: Wiley.
- James, W. (1963). *The principles of psychology*. New York: Holt, Rinehart & Winston. (Trabalho original publicado em 1890)
- Jenks, C. (1992). *Rethink social policy: Race, poverty and the underclass*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.
- Kelly, C. (1978). *Arte e comunicação*. Rio de Janeiro: Agir.

- Kernberg O.F. (1992). *Aggression in Personality Disorders and Perversions*. New Haven, CT: Yale Univ. Press (trad. it.: *Aggressività, disturbi della personalità e perversioni*. Milano: Cortina, 1993).
- Kim, Suh & Ahn (2000). *A study on the relationship between learned helplessness and self-care agency in dialysis patients*. Department of nursing. Seoul National University.
- L'Abbe, J. (1999). *Self-efficacy and learned helplessness as predictors of premature termination of substance abuse treatment*. Tese de Doutoramento em Psicologia. Ann Arbor, MI: UMI.
- Leith, L. M. & Prapavessis, H. (1989). Attributions of causality and dimensionality associated with sport outcomes in objectively evaluated and subjectively evaluated sports. *International Journal of Sport Psychology*, 20 (3), 224-234.
- Lima Santos, N., Lima, A.P. & Faria (Submetido). *Escala de Abandono aprendido (EAA) revisitada: Estudo no contexto prisional do Norte de Portugal*.
- Lima Santos, N. & Ribeiro, H. (1999). *Escala de Abandono Aprendido*. Porto: Edição dos Autores.
- Lima Santos, N., Ribeiro, H. & Faria, L. (2002). Adaptação de uma “Escala de Abandono Aprendido” (Learned Helplessness Scale) ao contexto português. *Revista de Psiquiatria*, III (3-4), 25-44.
- Lima Santos, N., Ribeiro, H. & Faria, L. (2003). “Abandono Aprendido” e risco psicossocial: Estudo diferencial numa amostra da cidade do Porto. *Mente Social, Revista Científica de Mestrado em Psicologia da Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro*, 6 (1-2), 75-87.
- Lopes, J. T. (1996). *Tristes Escolas. Práticas culturais estudantis no espaço escolar urbano*. Porto: Afrontamento.
- Maier, S. F. & Seligman, M. E. P. (1976). Learned helplessness: Theory and evidence. *Journal of Experimental Psychology: General*, 105, 3-46.

- Markus, H. (1977). Self-schemata and processing information about the self. *Journal of Personality and Social Psychology*, 35, 63-78.
- Markus, H. & Wurf, E. (1987). The dynamic self-concept: A social psychological perspective. *Annual Review of Psychology*, 38, 299-337.
- Marsh, H. W. (1994). Sport motivation orientations: Beware of jingle-jangle fallacies. *Journal of Sport and Exercise Psychology*, 16 (4), 365-379.
- Marsh, H. W. (1997). The measurement of physical self-concept: A construct validation approach. In K. R. Fox (Ed.), *The physical self: From motivation to well-being* (pp. 27-58). Champaign, IL: Human Kinetics.
- Marsh, H. W., Byrne, B. M., & Shavelson, R. J. (1988). A multifaceted academic self-concept: Its hierarchical structure and its relation to academic achievement. *Journal of Educational Psychology*, 80, 366-380.
- Marsh, H. W. & Jackson, S. A. (1986). Multidimensional self-concepts, masculinity and femininity as a function of women's involvement in athletics. *Sex Roles*, 15, 391-415.
- Marsh, H. W., Parker, J. W. & Smith, I.P. (1983). *Preadolescent self-concept: relation to self-conception inferred by teachers and to academic ability*. *British Journal of Educational Psychology*. 53, 60-78.
- Marsh, H. W. & Shavelson, R. J. (1985). Self-concept: Its multifaceted, hiererchical structure. *Educational Psychologist*, 20, 107-125.
- Marshall, T. H. (1967). *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Martins, S. R. S. (1997). Auto-conceito em crianças repetentes e não repetentes: Dois procedimentos de avaliação. Dissertação de Mestrado não publicada, Pontificia Universidade Católica de Campinas, São Paulo.
- Matza, D. (1969). *Becoming deviant*. M. J.: Prentice-Hall.

- Mead, G. H. (1934). *Mind, self and society: From the standpoint of a social behaviourist*. In C. W. Morris, ed. Chicago: University of Chicago Press.
- Merton, R. (1938). Social structure and anomie. *American Sociological Review*, 3, 672-682.
- Morais, P. (2003). *Jornal o primeiro de Janeiro*. 14 de Fev. de 2003.
- Morel, A. (1997). *Cuidados ao Toxicodependente*, Lisboa.
- Mota Cardoso, C. (2000). Os limites da vida. *Revista Saúde Mental*, II (5), 55-56.
- Mota Cardoso, C. (2002). *Os caminhos da Esquizofrenia*. Lisboa: Climepsi Editores
- Mota Cardoso, C. (2003). Busca de sentido em tempos de angústia. *Revista Humanística e Teologia*, 24, Porto: Universidade Católica.
- Mota Cardoso, C., Agra, C., & Marques-Teixeira, J. (2002). *Proposta para a criação de unidades funcionais de diagnóstico/investigação e intervenção sócio-sanitária*. Manuscrito não publicado.
- Myres, D. G. (2002). *Social psychology (7ª ed.)*. New York: McGraw-Hill.
- Myrdal, G. (1963). *Challenge to Affluence*. Nova York, Pantheon
- Nascimento, E. P. (1994). A exclusão social na França e no Brasil: Situações (aparentemente) invertidas, resultados (quase) similares?. In E. Diniz., J.S.L. Lopes & R. Prandi (Orgs.), (pp. 289-303). São Paulo: Hucitec/Anpocs/Ipea.
- Nave, A. (2004). Estacionamentos sem riscos, arrumadores sem exclusão. Trabalho com arrumadores de carros da cidade de Lisboa. *Revista Toxicodependências*. 10 (2), 41-50.
- Oliveira, S. M. (2001). *O impacto do exercício físico na auto-estima, investimento corporal e sentimentos de auto-eficácia em estudantes universitários: Estudo exploratório*. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

- Overmier, J.B & Seligman, M. E. P.(1967). Efeets of inescapable shock upon subsequent escape and avoidance responding. *Journal of Comparative and Physiological Psychology*, 63, 28-33.
- Pais, J. M. (2001). *Jovens arrumadores de carros – a sobrevivência nas teias da toxicodpendência. Análise Social XXXVI*, 373-398.
- Palenzuela, D. L. (1982). *Variables moduladoras del rendimiento académico: Hacia un modelo de motivación cognitivo-social*. Tese de Doutoramento não publicada, Universidade de Salamanca.
- Paugan, S. (1993). *La disqualification sociale, essai sur la nouvelle pauvreté*, Paris : PUF..
- Paugan, S. (1996). *L 'exclusion: L'état dès savoirs*. Paris : La Découverte.
- Pestana, M. H. & Gageiro, J. (2000). *Análise de dados para ciências sociais. A complementaridade do SPSS (2ª ed)*. Lisboa : Sílabo.
- Pimenta, M., Almeida, D. & Amaral, S. (1996). Os arrumadores na cidade do Porto. Porto : Câmara Municipal.
- Prochaska, J. O. & Diclemente, C.C. (1994). *Changing for good*. William Monward. Comp. Inc., N.Y.
- Purkey, W.W. (1970). *Self-concept and school achievement*. New Yourk : Prentice Hall.
- Queirós, C. (1997). *Emoções e comportamento desviante*, Porto: Faculdade de Psicologia e ciências da Educação.
- Quinless, F. & McDermott, M. M. (1988). Development of a measure of learned helplessness. *Nursing Research*, 37 (1), 11-15.
- Quintas, J. (2000). Consumos de drogas: Realidades e representações sociais, *Revista Toxicodpendências*, 3, (6).

- Reynolds, W. M. (1988). Measurement of academic self-concept in college students. *Journal of Personality Assessment*, 52(2), 223-240.
- Robinson, T. E & Berridge, K. C. (1993). *The neural basis of drug craving: an incentive, sensitization theory of addiction*. *Brain research* 18: 247-291.
- Rodrigues, F. (1997). Rendimento mínimo garantido: A janela indiscreta. *Intervenção Social*, 15/16. 111-119.
- Rodrigues, C. (2004). *Arrumar carros: A vivência de um Espaço-Tempo da Cidade do Porto*. Manuscrito não Publicado.
- Rosanvallon, P. (1996). *La nouvelle question sociale*, Paris: Seuil.
- Rosenberg, M. (1985). *Society and the adolescent self-image*. Princeton, NJ: Princeton University.
- Rosenberg, M. (1979). *Conceiving the Self*. Florida: Krieger Publishing Company.
- Santos, B. S. (1994). *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, T. (2001). Globalização e exclusão: A dialética da mundialização do capital. *Sociologia*, Porto Alegre, nº 6.
- Sawaia, B. (2001). Introdução: exclusão ou inclusão perversa?. In B. Sawaia (Ed.), *As artimanhas da exclusão: Análises psicossociais da ética da desigualdade social*. (pp.7-13). Petrópolis: Vozes.
- Schnapper, D. (1996). *Contra o fim do trabalho*. Terramar: Lisboa.
- Seligman, M. E. P. (1975). *Helplessness: Depression, development and death*. New York: W. H. Freeman.

- Seligman, M. E. P. (1992a). *Helplessness. On development, depression and death*. New York: W. H. Freeman and Company.
- Seligman, M. E. P. (1992b). *Learned optimism*. New York: Pocket Books.
- Seligman, M. E. P. & Maier, S. F. (1967). Failure To escape traumatic shock. *Journal of Experimental Psychology*, 74, 1-9.
- Shavelson, R. J., & Bolus, R. (1982). Self-concept: The interplay of theory and methods. *Journal of Educational Psychology*, 74, 3-17.
- Shavelson, R. J., Hubner, J. J., & Stanton, J. C. (1976). Self-concept: validation of construct interpretation. *Review of Educational Research*, 46, 407-441.
- Silva, J. (1995). *Preferência manual e auto-estima. Estudo exploratório em jovens de ambos os sexos do 3º ciclo*. Dissertação de Mestrado no Ramo das Ciências do Desporto, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade do Porto. Porto: Edição do Autor.
- Simmel, G. (1971). *Mélanges de Philosophie Relativiste*. Paris
- Swenson, M. J. (1988). *Filosofia dos animais domésticos*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Sposati, A. (2003). *Mapa da exclusão social da cidade de São Paulo – 2000: Dinâmica social dos anos 90*.
- Skinner, B. F. (1971). *Beyond freedom and dignity*. New York: Knopf.
- Townsend, P. (1979). *Poverty in the United Kingdom*. London: Pequin Books.
- Valas, J. (1991). *O que há de novo num texto velho – a propósito do artigo de Heider: Social perception and phenomenal causalita*. *Psicología*, VIII (1), 157-159.
- Vaz Serra, A. (1986). O inventário clínico do auto-conceito. *Psiquiatria clínica*, 7 (2), 57-66.

- Vaz Serra, A. (1988). Atribuições e auto-conceito. *Psychologica*, 1, 127-141.
- Vaz Serra, A., Firmino, H.& Matos, A.P. (1987). *Auto-conceito e locus de controlo*. *Psiquiatria clínica*, 8(3), 143-146.
- Wanderley, M. B. (1997). Reflectindo sobre a noção de exclusão. *Revista de Serviço Social e Sociedade*, 55.
- Weiner, B. (1979). A theory of motivation for some classroom experiences. *Journal of Educational Psychology*, 71, 3-25.
- Weiner, B. (1985). *An attributional theory of achievement motivation and emotion*. *Psychological Review*, 92, (pp 548-573).
- Weiss, M. R. (1987). Self-esteem and achievement in children's sport and physical activity. In D. Gould & M. R. Weiss (Eds.), *Advances in pediatric sport sciences* (vol. 2, pp. 87-119). Champaign, IL: Human Kinetics.
- Wylie, R. C. (1974). *The self-concept: A review of methodological considerations and measuring instruments*. Lincoln: University of Nebraska Press.
- Xiberras, M. (1993). *As teorias da exclusão – Para uma construção do imaginário do desvio*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Xiberras, M. (1994). *Les théories de l'exclusion: Pour une construction de l'imaginaire de la déviance*. Paris: Méridiens Klincksieck.
- Zaluar, A. (1997). Exclusão e políticas públicas. Dilemas teóricos e alternativas políticas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12 (35), São Paulo.

Índice de Autores

Abramson.....	55, 58
Agra.....	7, 37, 44, 45
Ahn.....	61
Albuquerque.....	75
Almeida, L.....	102, 104, 108
Almeida, J.F.....	3
Ames.....	81
Antunes.....	65
Arndt.....	70
Arnold.....	61
Azevedo.....	66
Bandura.....	23, 71
Barros.....	55
Batista.....	99
Baumeister.....	69, 72
Becker.....	25, 35
Berridge.....	34
Berndt.....	73
Besson.....	61
Bouget.....	12
Brébant.....	4, 5, 6
Bruto da Costa.....	12
Bryne.....	75
Buarque.....	19
Burgy.....	73
Burns.....	67, 72, 76
Byre.....	70
Byrne.....	66
Caspi.....	78
Castel.....	1, 18, 19, 20
Castro.....	53, 54
Cloward.....	28
Cohen.....	33
Combs.....	72
Comer.....	51, 59
Cooley.....	71
Coopersmith.....	70, 72
Costa.....	2, 22
Costello.....	79
Davis.....	79
DiClemente.....	41, 42
Diener.....	81
Dinis.....	99
Dominicus.....	78
Donnellan.....	78
Dunaway.....	79

Durkheim	26
Dweck	81
Elig	58
Elliot	81
Epstein	66, 72
Erthal	76
Eschaliel	61
Escorel	18, 24
Faria	52, 53, 66, 69, 70, 76, 77, 96, 97, 98, 102, 106, 108
Fernandes	15, 32
Ferreira	13
Fialip	61
Firmino	81
Fontaine	65, 69, 70
Forrester	19
Fox	65, 66, 69, 72, 73, 80
Freire	102, 104, 108
Frieze	58
Gageiro	104
Giddens	31
Goffman	40, 64
Gonçalves	64
Grove	58
Gunnar Myrdal	17
Hanraahan	58
Harter	69
Hattie	58, 72, 73, 76
Hubner	70, 73, 75, 76
Javeau	29
Jenks	17
Kaplan	79
Kelley	79
Kim	61
Langer	60
Leith	66
Lima Santos	52, 53, 96, 97, 98, 102, 106, 108
Lopes	80, 99
Maffitt	78
Maier	52, 54, 58
Matos	81
Markus	76, 81
Marques-Teixeira	44, 45
Marsh	69, 72, 73, 76
Marshall	22

Martin	21
Martins.....	20
Mash	72
Matza	25
McDermott	102, 108
Mead.....	71
Merton	27
Morais.....	38
Morel	34, 35
Mota Cardoso	6, 7, 37, 38, 44, 45
Myers.....	52
Nascimento	18, 19, 22
Nels Anderson	25
Ohlin.....	28
Oliveira.....	75, 77
Overmier.....	52
Pais	38, 40
Palenzuela.....	68
Paugan	12, 14, 19
Pereira.....	39
Pestana	104
Pimenta.....	39
Prochaska.....	41, 42
Purkey.....	76
Queirós	7
Quinless	102, 108
Quintas.....	30
Reynolds.....	76
Ribeiro	52, 53, 96, 97, 98, 102, 106, 108
Robins.....	78
Robinson.....	34
Rodin	60
Rodrigues.....	41, 99
Rosanvallon	19
Rosenberg.....	68, 69, 98
Sahagan.....	80
Santos	21,22
Sawaia.....	20, 21
Schnapper	19
Sebastião.....	10
Seligman	52, 53, 54, 58, 60
Shavelson.....	70, 72, 73, 75,76
Silva.....	39, 76, 77, 98, 99
Simmel.....	13
Snygg	72
Sposati	22

Staton.....	53, 54,60
Suh.....	61
Swenson.....	51
Toch.....	79
Towsend	1, 13
Trzesniewski.....	78
Vaz Serra	65,66, 67, 68, 69, 71, 81
Wanderley.....	18
Weiner	56, 57, 58
Weiss	65, 69
Wurf.....	76
Wylie	22, 72
Xiberas.....	22
Zaluar.....	19

